

ROSA MARIA ASSIS VEADO
DANIEL ALVARENGA
- ORGANIZADORES -

7

ENSAIOS DE LINGÜÍSTICA

CADERNOS DE LINGÜÍSTICA E TEORIA
DA LITERATURA

FACULDADE DE LETRAS DA UFMG
DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA
E TEORIA DA LITERATURA

ROSA MARIA ASSIS VEADO
DANIEL ALVARENGA

Ensaio de Lingüística

Cadernos de Lingüística e Teoria da Literatura

ISSN - 0101 - 3548

FACULDADE DE LETRAS DA UFMG
DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA E TEORIA DA LITERATURA
Ano IV — Número 7 — Dezembro de 1982
Belo Horizonte — Minas Gerais — Brasil

«Com Carl Rogers, eu acho que eu diria que o único aprendizado que faz sentido para mim é o que realmente modifica a vida de alguém, não este tipo de aprendizado que se pode medir com testes ou fazendo perguntas».

John Robert Ross
(UFMG/82)

A Maria Beatriz Nascimento Decat, chefe do Departamento de Linguística e Teoria da Literatura, a quem devemos, em grande parte, a continuidade dessas publicações.

Esta revista está aberta a contribuições — Prazo: 30 de junho

Endereço para correspondência:

Departamento de Lingüística e Teoria da Literatura

FACULDADE DE LETRAS DA UFMG

Rua Carangola 288 — 7º andar — sala 729

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
Conversa com Haj Ross Maria Cristina Magro (UFMG)	9
A Classificação do Tapirapé na Família Tupi-Guarani Yonne de Freitas Leite (UFRJ — Museu Nacional)	25
Sobre a interpretação dos fatos do desenvolvimento fonológico Eleonora Albano da Motta Maia (PUC-SP)	33
Dois fenômenos de supressão em limite em palavra Mônica G. R. Alkimin e Cristina A. Gomes (UFMG)	43
Alçamento de vogais pretônicas Maria do Carmo Viegas e Rosa Maria Assis Veado (UFMG)	53
Sobre os reflexos sociais da mudança em progresso Marco Antônio de Oliveira (UFMG)	71
A ordem VS em Português Eunice Souza Lima Pontes (UFMG)	90
Anacoluthon and «Double Subject» Sentences Eunice Pontes (UFMG)	138
Discussion of the Anatomy, Physiology and Pathology involved in Dysarthria and Apraxia Dilza Dantas Rodrigues Antunes	147
Cognitive Psychology and Applied Linguistics: a timely rapprochement Richard Jackson Harris (Kansas State University/UFMG)	153
Conceitos de Estilística Anna Maria Viegas (UFMG)	165

Prefácio

Gostaríamos de apresentar os «ENSAIOS DE LINGUÍSTICA — 7» com um ponto de vista amplo e enriquecedor a respeito de cultura:

«— Assim como eu acho que seria bom pra todo mundo ser um cidadão do mundo, saber quantas línguas fosse possível e conhecer quantas culturas houvesse, para transcender a estreiteza de sermos cidadãos de um único país, seria bom que um lingüista teórico fosse versado em várias metalinguagens. Quando se é cidadão de um só país, a gente tem a impressão de que nosso país é melhor do que todos os outros». (John Robert Ross — em entrevista de Maria Cristina Magro).

Num número como este, de participação variada, três agradecimentos se fazem necessários.

Agradecemos a John Robert Ross e Richard Harris, que, como professores visitantes, propiciaram a ampliação e enriquecimento de nossa cultura, ministrando cursos em nossa Faculdade e participando desta publicação. A visão humanística de Ross, numa perspectiva pluridimensional (e não compartimentada) da cultura, está aqui presente na entrevista de M.C. Magro. Harris revê pontos da psicologia cognitiva contemporânea e argumenta, exemplificando, que tais conhecimentos são úteis à Lingüística Aplicada.

Agradecemos a Yonne de Freitas Leite, Eleonora Albano de Motta Maia e Dílza Dantas Antunes — não pertencentes à UFMG — por se fazerem presentes nesta edição através de seus trabalhos. A primeira nos apresenta um estudo da mudança da vogal *a e de outras vogais na classificação do Tapirapé na família Tupi-Guarani. A segunda mostra as dificuldades de interpretar os dados do conhecimento fonológico fora do contexto comunicativo e aponta maneiras de conceber

a fonologia adulta e infantil. E a terceira, discute a questão das desordens de fala que afetam a coordenação e movimentos dos músculos articulatórios.

Finalmente, agradecemos a Maria Cristina Magro, Mônica E. G. Alkimin, Christina A. Gomes, Maria do Carmo Viegas, Rosa Maria Assis Veado, Marco Antônio de Oliveira, Anna Maria Viegas e Eunice Pontes — Professores e pesquisadores da UFMG — por levarem a público pesquisas de nosso Departamento e Faculdade. M. Alkimin e C. Gomes apresentam a descrição de fenômenos da supressão de vogal entre consoantes em final de frase, antes de pausa, e da supressão de certas sílabas em limite de palavras. M. C. Viegas e R. M. Veado propõem uma reanálise para o alçamento das vogais pretônicas /e/ e /o/, argumentando que a questão não se esgota com postulados categoriais. M. A. Oliveira trata do cancelamento de (r) como um caso de mudança lingüística com origens nos grupos mais baixos da escala social. A. M. Viegas apresenta um exame crítico sobre o sentido de estilo e sua relação com a competência e desempenho lingüísticos. E. Pontes, no primeiro artigo, investiga o «status» da ordem VS em Português e conclui ser esta uma ordem marcada, pouco freqüente em linguagem escrita e menos ainda em linguagem oral. No segundo artigo, E. Pontes examina construções que os gramáticos têm estudado sob o rótulo de «anacoluto» e argumenta que tais construções podem ser interpretadas por regras do discurso.

Dezembro, 1982

R.M.A.V.

D. A.

Conversa com Haj Ross

Depois de algumas semanas que Haj Ross estava em Belo Horizonte dando um curso em nossa Faculdade, pensei em fazer uma entrevista com ele, uma forma de passar para mais gente uma série de coisas interessantes e muito pouco convencionais que falava em suas aulas. Haj aceitou logo. Acabamos fazendo uma gravação de três horas, trabalho de dois dias, que, pena, não pudemos publicar integralmente. Tive de reduzir tudo, e com isto receio ter perdido muita coisa, muita correlação, muita dica importante a respeito de uma visão integral do mundo e da vida.

Rosália Dutra participou de parte da conversa. Perini ouviu outra. Mas o que é básico é que esta foi uma conversa para todo mundo e, por isso a pedido dele, sai aqui em português — para todo mundo poder ler — e num português muito coloquial...

John Robert Ross ou Haj, como quer ser chamado, é um dos lingüistas do M. I. T. que mais se sobressaiu na década de 1970 com seus trabalhos na linha gerativo-transformacional. Hoje ele tem uma postura crítica diante da Linguística Formal, da nossa visão compartimentada do conhecimento.

C: Todo mundo que te viu aí pela Faculdade sabe que você faz malabarismo na sala e carrega bolas nesta sacola. Por que você faz malabarismos e por que ensina isto pra gente?

H: No ano passado, de março até maio, eu estive em Berkeley, onde encontrei uma estudante de Lingüística que era também malabarista profissional, Nancy Levidow. Uma forma muito pouco elucidativa de falar sobre o que aconteceu seria dizer que eu **aprendi** a fazer malabarismos. Eu descobri que **era** um malabarista, ou seja, foi quase uma experiência de 'déjà vu'. Então, o que o malabarismo tem a ver com a minha vida? Por que ele estava dormindo dentro de mim por tanto tempo? A mesma sensação de 'reconhecimento' eu tive quando, em 1956, fiz meu primeiro curso de Lingüística. Li no catálogo de graduação da Yale sobre o único curso de Lingüística que ofereciam, onde a estrutura da linguagem seria pesquisada e, no segundo semestre, uma língua desconhecida pelos alunos seria estudada. Fascinante! Decidi, depois deste curso que fiz com Bernard Block, um professor fabuloso, ser lingüista. Mas na Yale não havia graduação em Lingüística, então eu tive que cursar Matemática, pensando em fazer pós-graduação em Lingüística. Fui um péssimo estudante na Yale, mas me diverti até, jogando pôquer, futebol... **(risos)**. Eu tinha uma certa habilidade formal, mas não o suficiente para ser um matemático. Até que eu rodei em Matemática, e fui propor ao Bernard Block fazer um programa especial em Lingüística para mim. Fui o primeiro e único lingüista da Yale, porque durante dez anos eles não se arriscaram a ter outros alunos como eu **(risos)**.

C: Eu sinto que o mesmo tipo de coisa que te fez fracassar na Matemática te levou a abandonar a Lingüística Formal, tá certo?

H: Está certo por um lado. No início, quando eu pensava em ser um lingüista, eu pensava em estudar Lingüística e mais nada, sem ligar pra Química, ou História, ou Arte Grega, como era o pensamento de todo mundo na época. Conheci a Sintaxe através de Zellig Harris, depois no M.I.T. sob uma forte influência de Chomsky e Morris Halle e outros, como Ed Klima e Paul Postal. Nesta época eu estava sendo um lingüista, vivendo numa torre de marfim, como se a Lingüística nada tivesse a ver com as outras áreas acadêmicas ou mesmo com a vida real. Mas quando eu estava terminando o curso do M.I.T. eu tinha 29 anos. Havia uma crise geral na minha vida particular e na história da América. Com exceção do genocídio

que praticamos contra os índios, o genocídio que estávamos praticando contra o povo do Vietnam era o pior que já tínhamos feito. Nesta época também começava uma controvérsia no campo da Gramática Gerativa. Minha visão bastante simplista de ciência, segundo a qual há uma só verdade que todos lutamos juntos para descobrir, começou a ser substituída por uma visão pluralista do trabalho científico, onde duas teorias são duas maneiras de se ver o mundo, podendo ambas ser corretas, e além disto necessárias. Eu nunca tinha pensado nisto até esta controvérsia que ocorreu na Lingüística.

Logo que acabei minha tese, Chomsky estava dando uns cursos no M.I.T. sobre o que ele chama hoje de lexicalismo ou teoria de \bar{X} , apresentando um artigo chamado «Remarks on Nominalizations». Nestes cursos eu discuti com ele apaixonadamente, desesperadamente, porque eu via um homem genial, magnífico, que me ensinou a pensar, e a quem psicólogos e filósofos devem muitíssimo, uma pessoa que eu reverenciava e tentava transformar em meu pai intelectual, falando coisas que para mim eram terrivelmente erradas, pouco intuitivas. O que eu hoje diria é que Chomsky tem um senso de estética diferente, que ele vê a beleza com olhos de um matemático, de um filósofo formal, de um lógico. Sua formação foi toda técnica, analítica. Um de seus professores foi Nelson Goodman, um homem brilhante, extremamente lógico, preciso; ele sofreu também influências de Carnap, Bar-Hillel, todos eles pessoas que trabalharam primordialmente com linguagens formais como a Aritmética ou a Lógica Formal. Nestas linguagens faz sentido separar claramente a Sintaxe da Semântica e da Pragmática. Muitos de nós, hoje, não achamos que tem tanto sentido assim fazer esta separação com línguas naturais, onde estes sistemas estão intrinsecamente conectados.

C: *Mas a sua tese ainda foi feita no espírito formalista de Chomsky!*

H: Vista por um lado, eu diria até que ela é uma contribuição para a Lingüística Formal, uma expansão do seu livro até então inédito **The Logical Structure of Linguistic Theory**, que estudava propriedades de regras. Oficialmente, minha tese era sobre a formação das relativas em quaisquer línguas do mundo. É uma contribuição ao estudo das transformações, vistas como entidades abstratas. Mas se

você olhar bem, vai achar nos pés-de-página montes de digressões, coisas de quem entrou numa área pouco conhecida e ficou fascinado, como um naturalista jogado nas Galápagos que fica fascinado com os novos tipos de borboletas, aves ou cobras que encontra lá. Tinha mais ou menos um interesse 'botânico' pela Sintaxe. Uma amiga minha, uma das pessoas mais geniais que trabalham no campo do que podemos chamar de 'a estética da Lingüística', ou a psicologia profunda do campo da Lingüística, Anneliese Kramer, me chamou a atenção para algo muito interessante a respeito da minha tese. Quando tento definir áreas da estrutura sintática que resistem à mudança de elementos de dentro dela para fora e vice-versa, chamo estas áreas de **ilhas**, e não de **domínios**, ou qualquer coisa assim. Por que eu uso esta metáfora? Ela sugeriu que o que eu gosto mesmo de fazer é estar numa ilha, longe do resto do mundo, como se estivesse descobrindo um novo planeta ou Galápagos. Eu gosto de quebrar o que eu vejo como 'paredes' das pesquisas acadêmicas anteriores. Eu sou um péssimo estudante do trabalho dos outros. Eu detesto ter que ler as pilhas de livros e artigos que os outros escrevem, mas gosto de caminhar por mim mesmo, de tentar encontrar, em seus próprios termos, este ser magnífico que eu adoro profundamente, a linguagem.

C: Você uma vez falou que a linguagem era uma mulher.

H: É... talvez isto esteja relacionado com um livro que estive lendo chamado **Woman and Nature**, de Susan Griffin. Em duas palavras, a tese central do livro é o que se passou na mente de Descartes que, com a ajuda de Galileu e Bacon e outras pessoas, estabeleceu o curso da ciência moderna, por volta de 1600. Para Descartes, o universo em si seria dividido em duas partes, essencialmente corpo e mente — 'res-cogitans', a coisa pensante, agressiva, macho, controladora, exploradora, e 'res-extensa', a extensão, que é a natureza, meio passiva, receptiva, e fêmea. Não é à toa que falamos em Mãe-Natureza. Susan Griffin levanta neste livro uma série de metáforas usadas pelos primeiros cientistas como Bacon, por exemplo, que usou a palavra **tortura** falando sobre a relação entre o cientista e a natureza. Ele dizia que a Natureza deveria ser posta num cavalete e torturada para nos revelar seus segredos. Vemos hoje, como consequência deste tipo de pensamento sobre o desenvolvimento da tecnologia e ciência, o desequilíbrio em que se encontra o mundo atual. Carolyn Merchant chama atenção para o mesmo fato em seu livro **The Death of Nature**,

citado por Fritjof Capra no incrível **The Turning Point**. De qualquer forma, seja lá por que razões, vejo a linguagem como uma mulher, e para mim ela tem sido uma professora, um ser, depois que eu passei pelo que chamo de 'rituais de purificação', submetido a uma disciplina intelectual rigorosa, tendo que aprender a Gramática de Montague, a Gramática Gerativa, ou Fonologia, por exemplo, que não são coisas fáceis de se manejar de maneira criativa. Esta não é uma tarefa fácil que se tem exigido dos lingüistas.

C: Você acha então que o que os lingüistas do M. I. T. fizeram foi torturar a linguagem, construindo gramáticas tão formais e abstratas que não permitiram que ela desabrochasse, por assim dizer?

H: É... Eu não gosto de jogar pedras, não gosto de criticar as pessoas porque isto traz em geral efeitos negativos. Acho que o senso de beleza e elegância que está presente nos trabalhos de Chomsky e Halle é um tipo de beleza dos sistemas matemáticos abstratos e formais, uma beleza muito rígida. Mas obviamente existem tipos de Matemática menos rígidos. Tem uma pessoa em Berkeley, no Departamento de Ciências da Computação, chamada Lotfi Zadeh, que desenvolveu a teoria que ele chama de 'fuzzy-set theory'. As entidades básicas desta teoria são conjuntos onde a função de seus membros não é binária, onde há portanto **graus** de pertinência, **graus** de verdade etc. Vê-se então que é possível desenvolver sistemas matemáticos absolutamente formais que não sejam do tipo binário sim/não, aos quais estamos acostumados pelo estudo do Cálculo do Predicado ou da Lingüística Formal. O espírito de Chomsky, e acho também que o de Halle, ressoa mais com o tipo de sistemas rígidos, de contornos definidos, discretos, como o do Cálculo do Predicado e dos tipos mais convencionais da Matemática. Assim, eles olham com este tipo de óculos, com este aparato cognitivo, a linguagem, e nela buscam elementos ou aspectos que fazem um certo sentido ao serem analisados de maneira discreta, formal. Os fatos que me 'ligam' na linguagem são distintos dos que 'ligam' Chomsky e Halle. Para mim as coisas se parecem mais com um arco-íris, são mais graduais. Em 1960 ou 1961, quando eu não sabia nada sobre Gramática Gerativa, eu fiz uma palestra em Bonn, na Alemanha, a primeira da minha vida, sobre propriedades não discretas.

C: Você também desenha, pinta. E esta ausência de contornos definidos você também imprime no seu trabalho artístico...

H: Eu não vejo meu trabalho em arte desconectado do meu trabalho em Lingüística. Meu trabalho em Sintaxe é uma manifestação de minha 'necessidade' artística de criar coisas bonitas. Tem uns dez anos que eu tenho sido um artista de contornos muito pouco definidos, graduais. Não é à toa que gosto dos impressionistas, muito mais do que dos pintores realistas do século XVIII que os precederam. Acho que poderíamos dizer que eu sou um sintaticista impressionista. Voltando à minha tese, ela é uma mistura engraçada de Lingüística Formal, teórica, técnica, de contornos definidos, e subjacente a ela está uma sintaxe gradual, selvagem, anárquica, incontrolável, impressionista e botânica. E muito profética. Acho que ela é mais importante pelas questões que coloca após uma vivência disciplinar rígida do que por seus próprios resultados. O último capítulo termina com a citação de uma introdução ao livro de poemas de e. e. cummings:

«Always a more beautiful answer who asks the more beautiful question».

C: *Como e por que você começou a trabalhar com poemas?*

H: Quando escrevi minha tese, eu tinha tido a oportunidade de assistir um curso do Roman Jakobson no M.I.T., um curso sobre poética, chamado «Crucial problems in linguistics: poetics» (e **pronuncia o título com sotaque russo; rimos**). Este curso mudou para sempre minha visão de linguagem. Eu me lembro de ter perguntado a ele, depois de uma exposição de mais de três horas sobre a estrutura de um poema de Blake, «Infant Sorrow»:

«Olha, como Blake pôde fazer para que as quebras das sílabas resultassem numa série de substantivos, em número idêntico ao de verbos, de 'fs' aqui e de 'ns' e 'ds'?... Como ele conseguiu manter todas estas bolas no ar — para usar a metáfora do malabarismo —?»

A resposta de Jakobson foi ótima:

«Blake não fez isto conscientemente, da mesma forma que não pensamos em que preposição vai fechar uma cláusula relativa quando falamos uma sentença em inglês».

C: É interessante você ter mencionado isto porque nossos alunos, ou às vezes colegas, costumam dizer: "por que fazer isto com um poema? Você acha que o poeta fez isto mesmo?" As pessoas criticam muito o trabalho dos críticos sobre os poemas.

H: Hoje eu tenho um sentimento bem mais radical a esse respeito do que tinha naquela época. Minha visão é a de que a arte não é criada conscientemente pelo artista. Vejo isto pelo meu próprio trabalho em pintura, música e poesia, amador como ele é. É necessário entrar num estado místico de consciência, de que os poetas falam usando a metáfora das Musas que são invocadas. Até onde eu posso ver, o espaço necessário para se fazer qualquer criação artística é o mesmo espaço que se tenta atingir com práticas de meditação no Budismo, Taoísmo, Hinduísmo, onde a gente deixa de se enxergar como sendo separado e distinto do universo. É um espaço onde o tempo não é mais uma seqüência linear de momentos, onde as oposições e polaridades são transcendidas. É um espaço onde a diferença entre res-cogitans e res-extensa de Descartes deixa de existir. Aí o Universo fala através do artista. O Universo, eu acho, é o verdadeiro autor, o verdadeiro artista, é uma inteligência vasta e inacreditável da qual nossa consciência limitada pode às vezes apenas experimentar um cantinho.

Como cientistas, eu acho, usamos nossa ciência como um veículo, como uma forma de sermos levados para dentro deste espaço. É nossa maneira de contactarmos Musas, e quando estamos lá é que a Ciência nasce. De fato, muitos cientistas foram bastante explícitos ao falar de suas 'peak experiences', no dizer de Abraham Maslow. Falam de ter trabalhado com um problema por muito, muito tempo, sem sucesso nenhum, até que a solução da equação é vista, num instante atemporal, com absoluta clareza. Mozart conta ter visto uma sinfonia inteira num destes momentos, algo como uma estrutura abstrata, uma escultura, uma forma geométrica e tudo o que ele fez foi passar para o papel. Estas são experiências que todos buscamos. Pena que não possamos permanecer neste espaço de 'satori', no espaço de 'nirvana' — para usar os termos budistas — porque temos que dar continuidade a esta disciplina da gramática de Montague, da Fonêmica Estruturalista, ou qualquer outro aspecto do nosso papel na ciência.

C: Você vê este trabalho com poemas, ou sinfonias, ou pinturas, como uma conversa com o artista? O que significa para você trabalhar um poema?

H: Bom, poesia é uma transação muito engraçada. Em geral acredita-se que o poeta rabisca uns traços na folha de papel e o que o leitor ou o crítico fazem é retirar destes rabiscos o que o poeta pôs neles. Esta idéia está bem de acordo com o pensamento descrito num artigo incrível de Michael Reddy chamado «The Conduit Metaphor», que está num livro organizado por Andrew Ortony, **Metaphor and Thought**. Ele mostra que usamos, em inglês, frases como 'That woman **packs** a lot of meaning into her words', ou 'why don't you **put** this thought earlier in the paragraph?'. Segundo esta metáfora, idéias seriam 'coisas' como balas de goma, por exemplo, e comunicar-se seria mover as balas de goma de um lado a outro de um tubo. Assim poderíamos dizer que um poema é uma representação física ou visual de idéias do poeta. Mas eu não acredito que seja isto mesmo, porque cada um de nós vem para o poema com uma história completamente diferente e única. Uma imagem que funciona para uma pessoa não funciona para outra. Por isto eu penso que a relação entre poeta, poema e leitor é triádica e que, num certo sentido, o poema surge porque o poeta trabalhou seu contato com a Musa. Para penetrar nesse espaço atemporal de criação, o espaço-fonte dos 'insights', o leitor tem que praticar um certo tipo de disciplina. Há certas coisas nos poemas que se repetem, como a distribuição dos versos e rimas, há certos tipos de estrutura que você provavelmente já terá visto antes. Por outro lado, haverá coisas que você nunca encontrou ou encontrará em qualquer outro poema, uma estrutura própria que irá sendo construída à medida que ele avança. Então, se você aborda um poema assim com uma visão pesada, prescritivista, controladora sobre o que o poema pode te mostrar, tudo o que ele irá te mostrar será o que você tem em seus próprios olhos. Acredito que você tem que chegar até um poema com o máximo de conhecimento possível sobre a teoria da rima, do ritmo, de figuras como metáfora, metonímia, sinédoque etc, mas também e principalmente, você deve chegar com a determinação de abandonar tudo isto e deixar que o poema se mostre a você como uma flor nova numa ilha que um naturalista esteja explorando, algo que nunca existiu antes.

C: *Você uma vez me falou que a linguagem é também para você um poema, e argumentamos em favor de sua afirmação falando, por exemplo, da sonoridade da linguagem. Pensando agora em linguagem e comunicação, para você o usuário da língua deveria interagir com os outros da mesma forma que o leitor com o poema?*

H: Exatamente. Corretíssimo. É por isto que eu acho que não podemos superestimar a idéia de Reddy do artigo «The Conduit Metaphor», apesar de ela casar bem com o sem-número de expressões do inglês sobre comunicação. Segundo esta visão, **comunicação é bem fácil**. É fácilimo eu pegar uma caixa, enchê-la de balas de goma, entregar-lhe esta caixa e você retirar dela as balas. Isto não exige nenhum esforço. Há, por outro lado, uma analogia interessantíssima feita por Peter Elbow no apêndice do livro **Writing without Teachers**, chamado «The Doubting Game and the Believing Game — An Analysis of the Intellectual Enterprise». Ele compara a comunicação com a transferência de um filme: na cabeça do emissor há imagens de um filme e uma trilha sonora. O que o emissor transfere para o receptor é só a trilha sonora. O que o receptor tem que fazer é imaginar que imagens estariam na cabeça do emissor correspondendo à trilha sonora recebida. Seria construir um filme tão rapidamente quanto possível a partir dos dados que temos. Pensa quanta imaginação e ingenuidade seriam necessárias neste processo! Imagine se te dessem a trilha sonora do 2001 e você tivesse que construir todas aquelas imagens fantásticas! Seria uma aventura criativa, imperfeita, corajosa e cheia de riscos. A metáfora de Reddy só é válida para certos tipos de comunicação, triviais, desinteressantes. A analogia de Elbow, no entanto, parece válida para todos os tipos, porque além do conteúdo denotativo de, por exemplo, uma informação que você dê sobre como ir ao Correio da Savassi, há todo tipo de informações paralingüísticas na velocidade de sua fala, na melodia de sua voz, nos seus gestos, nas suas atitudes, se, por exemplo, você está próximo ou não da pessoa com quem fala. Todas estas coisas comunicam demais! Se eu estou dando informações objetivas ou escrevendo um poema, tudo estará me comunicando da forma mais profunda possível. A Lingüística tem centrado seu interesse na parte da mensagem que diz 'primeira rua à direita, segunda rua à esquerda e depois cinquenta metros à direita está o correio', que a meu ver é a porção mais trivial e desinteressante.

C: *Você saiu da Lingüística Formal para a Lingüística 'Natural' ou 'Humanística', e, da mesma forma, de um trabalho a que se poderia chamar 'Crítica Literária', vamos dizer, para a Poética 'Natural', certo? Depois disto tudo qual a sua visão de ciência? O que seria esta 'visão pluralista de ciência'?*

H: Vários fatos foram cruciais neste processo. Primeiro, como falei antes, as controvérsias em torno da Lingüística Gerativa; além disto, as dificuldades inerentes à passagem dos 30 anos — quando você se vê frente à sua própria mortalidade — e ainda algumas leituras que fiz sobre Zen, os livros de Castañeda, todo tipo de coisas sobre pensamento não-ocidental: Taoísmo, Filosofia, Budismo, Hinduísmo etc. É impressionante como todos estes ensinamentos possuem uma certa constância. Eles dizem que o mundo em que vivemos tem um certo tipo de realidade, que é essencialmente a realidade que sonhamos: se você chuta uma pedra no sonho, seu pé dói. Mas está também disponível para nós um outro tipo de percepção da realidade: quando você acorda, você descobre que a pedra que você chutou era apenas criação da sua mente. Todos estes ensinamentos concordam com que haja uma maneira de se acordar. O que nós tomamos como sendo o mundo real possui uma realidade condicional em si mesmo, e você pode se perder nesta empreitada. A grande questão da vida seria **acordar**. Comecei a pensar no que significaria **acordar** e me dediquei a aprender um pouco de yoga, meditação, e outras coisas. Todos estes ensinamentos nos mostram que quando estamos **acordados** nós não vemos o mundo todo repartido, separado, sendo Haj diferente de Cristina e de Perini. É uma ilusão considerar-me diferente. Da mesma forma, meu trabalho em Lingüística deveria ser uma tentativa de entender a estrutura do universo: Medicina, Arte Grega, tudo como sendo a mesma coisa.

A ciência atual vê o mundo como uma máquina. Há uma certa percepção do universo como um monte de partículas independentes uma das outras e do próprio observador. Esta visão nos permite falar de dois elétrons, pensar em suas interações em termos de atração magnética, gravitação. A Física Moderna, no entanto, nos mostra que esta perspectiva é falsa, ou seja, que nossa decisão sobre que propriedade do elétron decidimos medir influencia esta propriedade, ou seja, ele não tem certas propriedades por si mesmo, independente do observador. O elétron e o observador constituem, juntos, um sistema. Isto foi descoberto na Alemanha há 50 anos atrás. O sucesso obtido pela possibilidade de se reduzir fenômenos complexos em termos de unidades menores levou-nos a encarar como sendo objetivo, completamente neutro, este procedimento. Por isto achamos que é ótimo poder partir qualquer fenômeno complexo, estudar suas partes isoladamente e que um dia conseguiremos juntar nova-

mente estas partes. Há, no entanto, muitos casos que nos mostram que este procedimento não funciona. Acho que é o caso da água do mar, por exemplo, que pode ser quimicamente decomposta e analisada em detalhe, mas quando tentarmos sintetizá-la ajuntando todos os seus ingredientes, e pusermos dentro dela um peixe, ele não viverá. Há muitos casos no estudo do mundo em que o todo é mais do que a soma de suas partes, assim como, eu diria, um poema não é a soma de seus versos... Se olharmos a estrutura atual das universidades, achamos inteiramente plausível termos universidades que separam a ciência das humanidades, e que separam as ciências sociais das exatas etc. Impede-se assim que os estudantes tenham uma visão global do universo.

Em Lingüística, o que seria necessário seria juntar prosa e poesia, vê-las como o mesmo tipo de coisa, provavelmente vista sob duas perspectivas distintas. Juntar aí o que chamamos de para-lingüística. Transcender as fronteiras entre Filosofia e Psicologia, Filosofia e Física, ver um trabalho que eu tenha feito sobre um poema como sendo idêntico ao trabalho de Einstein etc, etc. O próprio Fritjof Capra fala no **The Turning Point** que o mundo está em total desequilíbrio. Nós idolatramos a ciência a ponto de acharmos que a ciência é o único caminho válido para o conhecimento, e ainda nós jogamos fora tudo o que seria o 'espírito' — valores espirituais, religiosos, morais e éticos, que poderiam refrear, por assim dizer, a ciência.

C: É. O que temos feito vida afora é partir estruturas em pedaços e perder o sentido do todo. Parece-me ser muito mais difícil agora pôr tudo junto, do que se especializar em algo muito particular, não acha?

H: Acho sim. Nós temos duas alternativas hoje: saber nada sobre tudo, que é a atitude do generalista, e saber tudo sobre nada, que é o caso, limitante, do especialista. Kenneth Pike falou, num encontro a que esteve presente em Arlington, Texas, março passado, que ele tem tentado, com seu trabalho, perfurar fundo, mas irrigar bem amplamente. É assim que eu acho que não faz mal a gente estudar, saber tudo o que se pode sobre a aquisição de cláusulas relativas em turco por crianças de dois anos de idade, contanto que se tenha em mente que isto é somente uma pequena parte do todo, que isto é parte do universo, de uma estrutura única que estamos iluminando com este estudo.

R: Você falou uma vez que não consegue mais fazer Sintaxe como antes. Você acha que ao fazer Sintaxe — se voltar a fazê-lo — seria possível quebrar com esta distância entre Linguística e Química, por exemplo, ou... talvez no seu trabalho com poemas isto seria mais fácil...

H: Quando eu trabalhava com Sintaxe, eu estava fazendo 'ciência'. Eu estava partindo o mundo em pedaços e eu queria parar de fazer isto, porque comecei a acreditar, a ter opinião de que isto era ruim, e não queria contribuir mais com esta visão de ciência. Uma vez uma amiga, Ellen Zweig, que é uma poetisa incrível, disse que eu tinha uma compreensão muito limitada da arte. Acho que ela estava certa. Primeiro, porque não conheço muitas formas de arte. Segundo, porque na verdade eu devia ver meu trabalho em Sintaxe como uma manifestação artística. A arte não precisa se parecer com pintura, escultura, uma sinfonia ou algo assim. Acho também que as pessoas valorizaram meu trabalho em Sintaxe porque ele era divertido, 'insightful', bastante criativo. Mas o que eu detesto mesmo é ficar discutindo com os outros, entrar em polêmicas como as que costumam ocorrer entre 'cientistas'.

R: E você tem que se ver envolvido em polêmicas se você faz Sintaxe?

H: A primeira coisa que eu acho é que a gente não precisa ficar atacando o trabalho dos outros — se ele te parece pouco criativo, não precisa dizer. Suponha então que eu escreva um artigo em Sintaxe e use diagramas em árvore ou use nódulos como SN ou O. O meu treinamento é que será ouvido, e então as pessoas que sempre foram excluídas da Gramática Gerativa, que se opuseram a ela e foram criticadas por ela, vão cair de pau em cima de mim. Eles acham que só por eu ter usado O, ou setas, ou ter mencionado a palavra transformação, eu as estou atacando diretamente. Hoje você tem que ler tudo o que escreveram sobre determinado assunto na semana passada, mesmo sem entender nada. Todo mundo é fascinado com a linguagem, mas acaba desencantado pela Linguística. É quase que um milagre termos os três aqui sobrevivido ao incrível monte de coisas aborrecidas que tivemos que estudar sobre a linguagem. O que eu adoraria fazer é escrever algo sobre a estrutura da linguagem que todo mundo pudesse ler.

R: Você sempre fala de sua preocupação em desanimar pessoas com um certo tipo de Sintaxe. Mas eu tenho certeza que você

também está desagradando muita gente com o trabalho que está fazendo agora. Fica parecendo que você está arranjando desculpa para não fazer Sintaxe.

H: Uma vez eu escrevi um artigo sobre performativos, isto foi em 1968. Foi publicado em centenas de cópias que circularam por aí, e gerou este tipo de indústria de gente que é a favor da análise de performativos, ou contra a análise. Quilos e quilos e quilos de papel e livros foram escritos. O que me incomoda é que eu gastaria a minha vida criativa inteira pra saber, disto tudo, o que há de verdadeiro a favor ou contra a análise. Se eu tivesse que fazer isto me acharia preso, sem liberdade. É por isto também que a Sintaxe foi interessante para mim e pode ser por isto que ela não é mais. Eu detesto ter que ficar lendo milhares de páginas, anotando coisas. Talvez seja isto a ciência, séria, real — percorrer milhares de páginas e fazer este tipo de trabalho. Neste sentido, eu duvido então que eu seja um cientista sério.

C: *Como que se poderia trabalhar em Lingüística para não se perder a noção do todo?*

H: Eu acho que, onde quer que se veja uma distinção em Lingüística, a gente deve se perguntar se não é possível transcendê-la. Uma fácil é a distinção feita na universidade entre Lingüística — a ciência — e Literatura — o estudo da arte. Vamos abolir esta distinção. O que eu quero dizer com isto não é que ninguém mais pode trabalhar em Sintaxe ou em Literatura, mas que não se treine o estudante só em Sintaxe. É preciso mantê-lo o mais possível no estado de malabarista, ajudá-lo a ter tanto entendimento sobre Poesia quanto sobre Sintaxe. E isto não significa que ele deva ser um mero consumidor da poética, ler uma quantidade infinita de análises de poemas, de gêneros literários, história da literatura de Portugal e do Brasil ou coisa assim. O estudante precisa ser um poeta, não interessa se seus poemas são ótimos ou não. Ele precisa ouvir poetas lendo seus próprios poemas, precisa ele próprio ler poemas seus e dos outros, e assim entender como um poema é uma dança da voz. Suponhamos, no entanto, que alguém queira ser um sintaticista. Como treiná-lo para isto? O que eu acho é que a gente não deve ter por objetivo fabricar gramáticos gerativos, por exemplo. É preciso tratar a Gramática Gerativa como um tipo particular de metalinguagem, uma forma de falar da linguagem. Assim como eu acho que seria bom para todo mundo

ser um cidadão do mundo, saber quantas línguas fosse possível e conhecer quantas culturas houvesse para transcender a estreiteza de sermos cidadãos de um único país, seria bom que um lingüista teórico fosse versado em várias metalinguagens. Quando se é cidadão de um só país, a gente tem a impressão de que nosso país é melhor do que todos os outros. Se a gente tem a habilidade de um malabarista, de manter uma série de bolas no ar, de manter uma série de bolas teóricas no ar, isto não previne você contra se sentir mais em casa numa perspectiva teórica que noutra. A gente tem que lutar contra o não se sentir em casa em todas as teorias exceto uma. Esta é a dicotomização inimiga. O que eu gostaria é de ter todo um conjunto de perspectivas teóricas dentre as quais eu escolhesse uma e que qualquer uma delas me ajudasse a iluminar e enriquecer um conjunto de dados lingüísticos. Nós não temos que ver cada perspectiva como competindo com outra, de forma a termos então só uma correta. Suponhamos — vamos deixar serem todas corretas. Vamos deixam serem todas parciais, cada uma delas nos dizer um pouco, o que puder, sobre o objeto. Podemos fazer um paralelo entre o que acabo de dizer e o trabalho de Lakoff and Johnson, **Metaphors We Live By**. Eles mostram que o sistema metafórico de uma língua tem também um certo tipo de pluralismo, ou são mais ou menos como fatos poli-culturais. Ou seja, se você fala de uma coisa em termos de uma outra coisa — que é o que chamamos de metáfora — você está tentando ganhar algum entendimento sobre uma idéia abstrata, usando vocabulário apropriado a áreas mais concretas do conhecimento. Não há, neste sentido, uma só metáfora correta. Elas serão sempre parciais, ressaltando algumas das características de um conceito e abafando outras. Assim, se tivermos uma variedade de metáforas disponíveis sobre um mesmo conceito, este conceito terá uma riqueza incrível, impossível de ser atingida de outra forma. O mesmo acontecerá com um trabalho em que se possam considerar várias perspectivas teóricas.

C: Você tem dito que é importante para você fazer malabarismos. Por que você acha que isto é importante pros outros também?

H: Eu acho que o malabarismo é a minha dança. Se alguma coisa é categorizada como sendo arte, ela amedronta. Muita gente diz: eu não sou artista, eu não sei cantar, eu não sei dançar, eu não sei ler poesia. Para mim, o malabarismo é uma forma não convencional de arte, que não é categorizada como arte. Então eu estou tentando ensinar pessoas que 'não são artistas', que se acham 'não artistas',

que não podem cantar, ler poesia, dançar, pintar e coisas assim, esta forma particular de arte. Outra coisa boa sobre o malabarismo é o equilíbrio que a gente precisa ter, precisa restaurar no mundo em que vivemos. Além disto, o malabarismo nos envolve sempre em 'acidentes', e você tem que improvisar, tem que jogar com seus próprios meios. Ser um malabarista, para mim, está diretamente relacionado com uma atitude frente à vida, a de ser um malabarista real, sem pensar que você é o maior. É não pensar que existam acidentes. É saber que qualquer coisa que te acontecer você precisa conviver com ela, manter as coisas indo da melhor maneira possível. Eu acho que fazer malabarismos é uma metáfora excelente tanto para aprender quanto para viver.

C: E qual o sentido de ensino e aprendizado para você, se você disse antes que não era muito correto dizermos que você aprendeu a fazer malabarismo?

H: Pois é... Com Carl Rogers, eu acho que eu diria que o único aprendizado que faz sentido para mim é o que realmente modifica a vida de alguém, não este tipo de aprendizado que se pode medir com testes ou fazendo perguntas. Mesmo o tipo de coisa que fazemos na universidade pode provocar diferenças na vida de alguém, como, eu acho, aconteceu comigo. Eu fico satisfeito de ter tido este treinamento, mas de alguma forma me pergunto se tudo isto não é consequência de eu ter hoje 44 anos e sentir que meu tempo no mundo está se acabando.

C: A gente tem percebido que você trabalha com coisas que não são standard. Você tem trazido para nós poemas, formas de arte e coisas assim que estão na fronteira das formas convencionais. Por que você trabalha com estas coisas? Você acha que esta parte da produção humana, se é que a gente pode falar assim, é mais criativa?

H: Eu acho que a resposta para esta pergunta é saber de quem é esta fronteira. Num certo sentido você poderia dizer que é uma visão radical e fronteira dizer que o universo é um todo e recusar a vê-lo de maneira fragmentada, compartimentada. Nos termos em que o conhecimento é visto no mundo ocidental está certo dizer que tudo isto está 'na fronteira'. O que acho é que, basicamente, crescemos acreditando que tudo o que está na fronteira tem pouca importância, não é central, não merece respeito, atenção, estas coisas. Eu estou

chegando a um novo mapa do mundo e da vida, no qual elas não são fronteiriças mas centrais, e aquelas com as quais gastamos todo nosso tempo não só estão nas fronteiras como ainda estas fronteiras são muito perigosas. Elas nos levam aos muitos problemas a que Capra se refere no **The Turning Point** como sendo problemas sistêmicos: a poluição, a inflação, a superprodução etc. Talvez ele esteja certo em pensar que estes problemas derivam do velho paradigma do pensamento, e que só ficaremos livres deles se desenharmos nossos mapas outra vez, de outro jeito. Este trabalho é amedrontador, a gente fica sozinho nele, é difícil viver nas fronteiras e ainda ser ridicularizado ou visto como senil, doido ou algo assim. Mas esta é a única na qual, eu acho, eu consigo viver. Tem uma citação belíssima do Martin Luther que diz:

«Here I stand
I can do nothing else
God help me.»

Sempre achei que Haj gostava destes finais grandiosos. Aplaudi. Rimos muito.

Abaixo estão as referências bibliográficas que colhi durante esta conversa:

1. CAPRA, Fritjof — **The Turning Point**. New York, Simon and Schuster, 1982.
2. CHOMSKY, Noam. «Remarks on Nominalization». In: JACOBS & ROSEMBAUM (eds.) **Readings in Transformational Grammar**. Waltham, mass: Blaisdell, 1968.
3. ————. **The Logical Structure of Linguistic Theory**. New York, Plenum Press, 1975.
4. ELBOW, Peter — «The Doubting Game and the Believing Game — An Analysis of the Intellectual Enterprise». In ————. **Writing Without Teachers**. New York, Oxford Nn., 1973.
5. GRIFFIN, Susan. **Woman and Nature — The Roaring Inside Her**. New York, Harper and Row, 1978.
6. LAKOFF, George and JOHNSON, Mark — **Metaphors We Live By**. Chicago, Un. of Chicago, 1980.
7. MASLOW, Abraham — **The Farther Reaches of Human Nature**. Harmondsworth, Penguin, 1971.
8. MERCHANT, Carolyn — **The Death of Nature**. New York, Harper and Row, 1980.
9. REDDY, Michael — «The Conduit Metaphor». In: ORTONI, Andrew (ed.) **Metaphor and Thought**. Cambridge Un., 1979.

YONNE DE FREITAS LEITE (2)

Museu Nacional (U. F. R. J.)

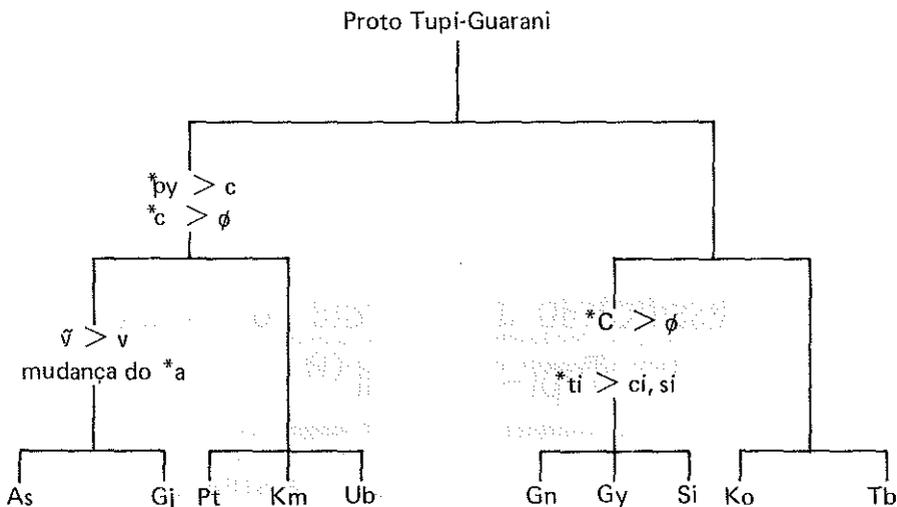
A Classificação do Tapiraté na Família Tupi-Guarani (1)

ABSTRACT

This paper is a study about vowel changes, specially of the vowel *a (introducing the notion of cronologic ordering of these changes), in the classification of Tapirapé in the Tupi-Guarani group.

Entre as línguas indígenas faladas no Brasil, as do grupo Tupi têm, sem dúvida alguma, merecido maior atenção por parte dos estudiosos brasileiros.

Do ponto de vista classificatório conta este grupo com os trabalhos de A.D. Rodrigues e M. Lemle. O trabalho de Rodrigues é o mais extensivo em termos das línguas consideradas e de nível das relações estabelecidas, chegando ao tronco Tupi composto pelas seguintes famílias: Tupi-Guarani, Juruna, Arikém, Tupari, Ramarama, Mondé e Puruborá. O método adotado é o da léxico-estatística, sendo a relação entre as línguas, famílias e dialetos determinada pela percentagem de cognatos do vocabulário básico retida pelas línguas examinadas. Lemle detém-se na subclassificação da família Tupi-Guarani, adotando o método comparativo. Segundo esse método a hipótese para o agrupamento é a de que uma inovação compartilhada por um grupo de línguas implica numa separação e desenvolvimento comum das línguas, cuja história passa a ser independente da das línguas em que aquela mudança não ocorreu. Lemle considera o Tupinambá (Tp), Guarani (Gn), Guarayo (Gy), Sirionó (Si), Kokama (Ko), Parintintin (Pt), Urubu (Ub), Kamayurá (Km), Asurini (As) e Guajajara (Gj), e chega à seguinte classificação:



Segundo Rodrigues, o Tapirapé é uma língua da subfamília Tupi-Guarani, subfamília essa que juntamente com as subfamílias Kokama, Maué, Munduruku e Sirionó (com certa reserva) constituem o tronco Tupi. Lemle, embora não inclua o Tapirapé em sua classificação, faz a seguinte observação: "O Tapirapé (dados de Yonne Leite) tem muito em comum com o Asurini, incluindo a perda do contraste entre \tilde{u} e \tilde{o} , a fusão de algumas vogais com \tilde{a} e a manifestação fonética do /y/ como [y] em posição final de sílaba e com [ç] em outros ambientes (3). Entretanto sua inclusão na mesma seção do diagrama junto ao Asurini é difícil porque a nasalização das vogais continua como um traço fonêmico do Tapirapé, mas não do Asurini e do Guajajara".

Nenhuma das duas classificações, pois, põe em dúvida que o Tapirapé é uma língua da família Tupi-Guarani. O problema reside em seu grau de relacionamento com as demais línguas dessa família. O método léxico-estatístico é de pouca utilidade para resolver casos como esse, uma vez que a relação língua-família é determinada pelo percentual de cognatos retidos, que será, portanto, o mesmo (cerca de 80%) para todas as línguas componentes da família. E a dificuldade de Lemle em incluir o Tapirapé, embora sua maior relação com o Asurini pareça evidente, mostra a inadequação também do mecanismo de classificação genética por diagrama em árvore. Por esse mecanismo cada inovação significa uma história em comum das línguas que a compartilham e a ruptura de relacionamento entre aquele grupo e as demais línguas em que a mudança não ocorreu. Assim pelo diagrama em árvore apresentado acima a primeira subdivisão que separa o Asurini, o Guajajara, o Parintintin, o Kamayurá e o Urubu do Guarani, Guarayo, Sirionó, Kokama e Tupinambá são as mudanças idênticas ocorridas nas línguas do primeiro grupo em relação à proto-seqüência **py* e ao proto-fonema **c*. Enquanto que nas línguas do segundo grupo encontramos a seqüência /*py*/ e o fonema /*c*/, nas línguas do primeiro grupo, a seqüência **py* corresponde uma africada ou fricativa e ao proto-fonema **c* corresponde /*h*/ ou \emptyset . O Tapirapé (Tap) compartilha das mudanças do primeiro grupo. Deste modo temos as correspondências **py* : *c* e **c* : *h* \emptyset .

Ex.: *epyak*: * As. $\overset{v}{e}c\grave{a}n$, Gj e Km $\overset{v}{e}c\grave{a}k$, Ub *usak*, Tap $\overset{v}{e}c\grave{a}k$, enquanto que Tp *epyak*, Gy *epia* e Si *ea*.

yact: As. Gj. Pa. Ub. *yaht*, Km. *yaht* e Tap. *yaht* ou *yaht*, enquanto que Ko. GY. *yact*, Gn, $\overset{v}{y}a\grave{c}t$, Si. $\overset{v}{c}asi$ e Tp. *yast*.

O que constitui, portanto, problema para a classificação do Tapirapé é a mudança da proto-vogal **a*, da qual o Tapirapé participa, e a desnasalização das vogais, da qual o Tapirapé não participa.

Neste trabalho estuda-se a mudança da vogal **a* e de outras vogais, introduzindo a noção de ordenamento cronológico das mudanças ocorridas. Parece-nos que o estudo da mudança vocálica é central para o Asurini, Tapirapé e Guajajara, pois essas línguas da família Tupi-Guarani têm um sistema vocálico (excluindo-se a série nasal) de seis vogais, a saber, /*i*/, /*e*/, /*a*/, /*ɛ*/, /*u*/, /*o*/, o Tapirapé e o Asurini têm um sistema com cinco vogais — /*i*/, /*e*/, /*a*/, /*ɛ*/, /*o*/ — e o Guajajara, um sistema com sete, a saber, /*i*/, /*e*/, /*a*/, /*ɛ*/, /*ɛ*/, /*u*/, /*o*/.

O ponto de partida serão as correlações estabelecidas por Lemle para o Asurini e Guajajara. Serão acrescentados os dados do Tapirapé (4). A seguir será estabelecida uma ordem temporal na ocorrência de cada mudança. Essa ordem temporal é relativa, uma vez que, se tratando de línguas ágrafas, não há documentação histórica pela qual se possa inferir a época de introdução e período de atuação da mudança. O método será, pois, o corrente na fonologia gerativa, só que a noção de ordenamento é utilizada para fins diacrônicos. Cada mudança é assim encarada como o acréscimo de uma regra à gramática da(s) língua(s). Pela participação maior ou menor da língua na regra em questão pode-se determinar o maior ou menor grau de relacionamento das línguas.

ças podem, em primeiro lugar, ser formuladas como regras adicionadas às gramáticas dessas línguas e não às gramáticas das demais. Em segundo lugar a gradualidade da mudança nos permite supor que a passagem de *a para /i/ em Asurini e Tapirapé se deu em etapas, isto é, *a > ə > i. Do mesmo modo na evolução do *ã para /o/ teríamos as seguintes passagens gradativas: ã > ẽ > õ > o (5).

O ORDENAMENTO DAS REGRAS

Assim sendo, podemos estabelecer o seguinte ordenamento que exprime as mudanças ocorridas:

REGRA 1

$$\left[\begin{array}{c} \text{V} \\ + \text{ rec} \\ + \text{ baixa} \\ - \text{ arr} \\ - \text{ nas} \end{array} \right] \longrightarrow \left[- \text{ baixa} \right] \quad / \left[\begin{array}{c} \text{C} \\ \text{nas} \end{array} \right] \quad / \text{ em As. Tap. Gj.}$$

a passa a ə em Asurini, Tapirapé e Guajajara

REGRA 2

$$\left[\begin{array}{c} \text{V} \\ + \text{ rec} \\ + \text{ baixa} \\ - \text{ arr} \\ + \text{ nas} \end{array} \right] \longrightarrow \left[- \text{ baixa} \right] \quad / \quad \text{ em As., Tap., Gj.}$$

ã passa a ə em Asurini, Tapirapé e Guajajara.

REGRA 3

$$\left[\begin{array}{c} \text{V} \\ + \text{ rec} \\ - \text{ alta} \\ - \text{ baixa} \\ - \text{ nas} \end{array} \right] \longrightarrow \left[+ \text{ alta} \right] \quad / \quad \text{ em Gj. exceto no ambiente } _ \text{ (Co).}$$

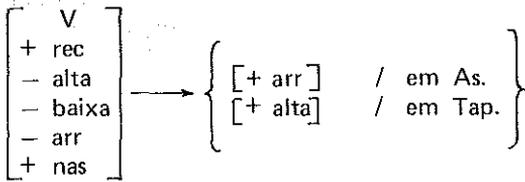
o passa a u em Guajajara exceto quando em sílaba final ou em penúltima sílaba precedendo sílaba com *o*.

REGRA 4

$$\left[\begin{array}{c} \text{V} \\ + \text{ rec} \\ - \text{ alta} \\ - \text{ baixa} \\ - \text{ arr} \\ - \text{ nas} \end{array} \right] \longrightarrow \left[+ \text{ alta} \right] \quad / \quad \text{ em As. e Tap.}$$

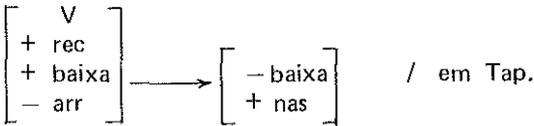
e passa a ɨ em Asurini e Tapirapé.

REGRA 5



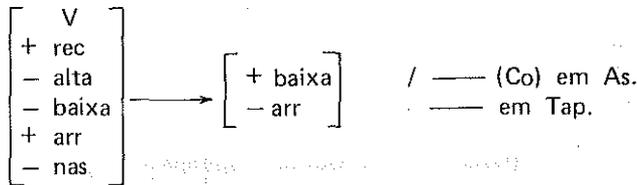
\tilde{a} passa a \tilde{o} em Asurini e a $\tilde{ɨ}$ em Tapirapé.

REGRA 6



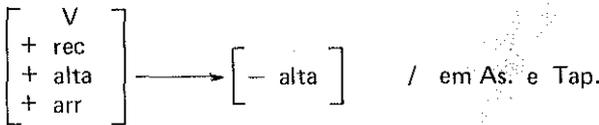
a passa a \tilde{a} em Tapirapé.

REGRA 7



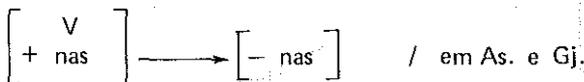
o passa para a a em todos os ambientes em Tapirapé e em Asurini somente quando em sílaba final ou em penúltima sílaba precedendo sílaba com o .

REGRA 8



u passa a o e \tilde{u} a \tilde{o} em Asurini e Tapirapé.

REGRA 9

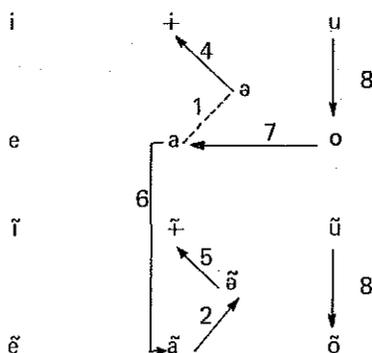


As vogais se desnasalizam em Asurini e Guajajara.

JUSTIFICATIVA DO ORDENAMENTO

Com relação ao Guajajara que só participa das regras 1, 2, 3 e 9 não há motivação para o ordenamento das regras 1, 2 e 9. A regra 3 porém tem que preceder a regra 9 senão õ passaria a u. Já com relação ao Tapirapé e Asurini o ordenamento é imprescindível. A regra 1 tem que preceder a regra 4, a regra 2 a regra 5, a regra 1 a regra 6, porque estão numa relação de "feeding". A regra 6 tem que preceder a regra 7, caso contrário todos os a se nasalizariam em Tapirapé. A regra 7 tem que preceder a regra 8 e 9; caso contrário todos os o passariam a a. Pelo mesmo motivo a regra 5 tem que preceder a regra 9.

O diagrama abaixo, em que se focaliza apenas o Tapirapé, serve para demonstrar a validade do ordenamento proposto. Esse ordenamento evidencia uma mudança em cadeia, em que a fusão de um fonema com outro deixa um vazio no sistema, acarretando outra mudança para preencher a lacuna aberta.



As regras 1 e 2 não criam uma lacuna no sistema. A primeira regra ocasiona apenas uma alofonia e a segunda modifica a qualidade fonética da vogal. O sistema, porém, permanece o mesmo. O mesmo ocorre com a regra 4. Apenas um alofone é deslocado de um fonema para outro. Já a regra 5 abre uma lacuna no sistema, lacuna essa que é preenchida pela regra 6, a qual, por sua vez, abre outra lacuna no sistema que é preenchida pela regra 7. Essa por sua vez abre uma lacuna no sistema que é preenchida pela regra 8.

CONCLUSÃO

A metodologia adotada permite demonstrar uma maior correlação entre o Tapirapé e o Asurini. Essas duas línguas participam de um maior número de regras conjuntamente. As mudanças em Guajajara prescindem de um ordenamento com relação às regras 1, 2, 3 e 1, 2, 9. A nasalização que é a última regra em Asurini pode, pois, ter-se dado independentemente em Guajajara, uma vez que ela pode ter ocorrido antes das regras 1 e 2. Julgamos oportuno frisar que para um melhor entendimento da questão seria conveniente estudar como e porque as vogais se desnasalizaram em Asurini e Guajajara.

NOTAS

- (1) Comunicação apresentada na X Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em Salvador, Bahia, de 22 a 25 de fevereiro de 1978.
- (2) Pesquisador-bolsista do CNPq.
- (3) A mesma distribuição se verifica para a Guajajara para o fonema /y/ que tem um alofone [z]. O Guajajara tem, porém, um fonema /c/.
- (4) As observações referentes ao Tapirapé se baseiam em dados colhidos durante 4 períodos de campo, totalizando 19 semanas durante os anos de 1967, 1968, 1969 e 1975. O trabalho de campo contou com o financiamento do Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- (5) Essa passagem gradual parece encontrar certa evidência concreta, uma vez que Lemle (p. 113) assinala reflexos do *a como /o/ em Asurini. Não conseguimos, porém, determinar os ambiente destas ocorrências.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- LEMLE, M. "Internal Classification of the Tupi-Guarani Linguistic Family". In: D. Bendor-Samuel (ed). *Tupi Studies I*. Norman, Oklahoma, Summer Institute of Linguistics, 1971.
- RODRIGUES, A.D. "A Classificação do Tronco Lingüístico Tupi." In: —. *Revista de Antropologia*. Junho e dezembro de 1964, vols. 12, nºs 1-2.

ELEONORA ALBANO DA MOTTA MAIA (2)

PUC - SP

Sobre a Interpretação dos Fatos do Desenvolvimento Fonológico (1)

ABSTRACT

This paper is an attempt at showing the difficulty of interpretation of data of phonological development out of the communicate context. Further more, it points out some ways to contrast child phonology and adult phonology.

A literatura sobre naturalidade fonológica contém referências abundantes à pronúncia infantil. Elas ocorrem quase sempre em argumentos sobre a simplicidade relativa de distinções ou de processos fonológicos. No primeiro caso, o exemplo clássico é a previsão de Jakobson (1968 [1941]) de que as labiais e as dentais devem contrastar entre si antes de contrastar com as velares. No segundo caso, são representativas as afirmações de Stampe (1969) sobre o caráter inato de fenômenos tais como enurdecimento das obstruções finais ou a redução de ditongos, em contradistinção com o caráter aprendido das alternâncias encontradas em pares do tipo elétrico/eletricidade.

Os argumentos fonológicos que envolvem recurso à ontogênese tipicamente utilizam a ordem de emergência na infância para justificar escalas de complexidade ou naturalidade pertinentes à medida de avaliação de uma determinada teoria fonológica. Embora aparentemente razoável, esse procedimento assenta-se sobre um pressuposto falso que, segundo o meu conhecimento, nunca foi discutido ou explicitado na literatura. Trata-se da suposição de que os fatos do desenvolvimento fonológico podem ser isolados da totalidade do desenvolvimento comunicativo, ou seja, de que são interpretáveis sem o concurso de informações sobre o desenvolvimento lingüístico como um todo.

Tal pressuposto não se origina apenas na leitura seletiva da bibliografia do desenvolvimento por teóricos da fonologia. Ele subjaz também à literatura específica da fonologia infantil, que tem, até agora, resistido às fortes tendências intragotoras manifestadas nos demais setores do estudo do desenvolvimento da linguagem. Embora seja hoje inconcebível investigar a aquisição de recursos sintáticos sem considerar os seus correlatos cognitivos e o seu uso na interação social, os estudos fonológicos permanecem preocupados em descrever a evolução interna dos sistemas sonoros, só se referindo a parâmetros externos ocasionalmente.

Um avanço recente é representado pelos trabalhos de David Ingram (1974, 1976), Lise Menn (1976, 1977) e do grupo liderado por Ferguson (Ferguson e Farwell 1975, Ferguson e Garnica 1975). Dentre as contribuições desses autores destacam-se: (1) a consideração dos efeitos de parâmetros lexicais sobre a ordem de aquisição; (2) a discussão das motivações subjacentes às restrições fonotáticas que operam na fala infantil; e (3) a descoberta de que há importantes diferenças individuais na ordem e no modo de aquisição de contrastes fonológicos. Tem-se, assim, uma visão atenta à singularidade da criança e, portanto, menos propensa a extrapolar do sistema adulto que a da tradição jakobsoniana. Tal visão inegavelmente abre um espaço para a discussão da questão das relações entre a competência fonológica e a competência comunicativa geral. Não obstante, um tratamento sistemático dessa questão ainda está por surgir na literatura.

Meu objetivo neste artigo é demonstrar a dificuldade de interpretar os dados do desenvolvimento fonológico fora do contexto do desenvolvimento comunicativo e, a partir daí, apontar maneiras mais frutíferas de conceber a relação entre fonologia infantil e fonologia adulta. Meu foco de ataque será o pressuposto, aceito pela maioria dos fonólogos, de que a pronúncia da criança nos primeiros estágios reflete tendências universais à simplificação fonética. Tentarei demonstrar que a noção de simplificação como um fenômeno funcionalmente unitário, implícita nesse pressuposto, torna-se incompatível com os dados ontogenéticos quando se examinam as interdependências entre desenvolvimento fonológico e desenvolvimento comunicativo.

Minha tese é de que há uma tipologia funcional de processos fonológicos na infância que envolve uma interação complexa entre o desenvolvimento percepto-motor e o desenvolvimento cognitivo e social. Processos diferentes iniciam-se, caracteristicamente, em etapas diferentes do desenvolvimento comunicativo, embora possam, subseqüentemente, coexistir por muito tempo. Um exame da evidência a favor dessa tipologia deixará claro que o emprego do termo simplificação nos argumentos ontogenéticos em fonologia é vazio, pois obscurece diferenças importantes do ponto de vista do desenvolvimento.

Em primeiro lugar, é preciso definir algumas noções que servirão de base à argumentação que se segue. Entende-se por processo uma estratégia de conversão de uma representação perceptual em uma representação que sirva de entrada a um programa motor. Nos primeiros estágios da aquisição, a tarefa de realizar essa conversão impõe uma sobrecarga ao mecanismo de processamento, uma vez que envolve a reconstrução de esquemas articulatorios ao nível simbólico (no sentido aproximado de Piaget 1954). A esse respeito, cabe lembrar que a construção do vocabulário exige a representação fonológica se associe estavelmente a uma representação sintático-semântica e pragmática. É, pois, razoável supor que os elementos fonológicos da expressão vocabular, isto é, a representação perceptual e a representação pré-motora tendam a ser extremamente conservadores e econômicos nessa fase. Assim, espera-se que a criança encaixe as suas primeiras palavras nos programas articulatorios mais automáticos e repetitivos que já possui. Essa previsão parece confirmada pelo fato, bastante conhecido, de que o período final do balbucio é articulatoriamente mais rico (i.e., apresenta maior variedade de sons) do que o das primeiras palavras (Oller 1981). Pelo mesmo raciocínio, espera-se que a representação fonológica seja, ao mesmo tempo, suficientemente informativa para veicular distinções lexicais importantes e suficientemente simples para facilitar tanto a sua utilização em operações simbólicas como a sua conversão em programas motores relativamente automáticos.

Essa perspectiva opõe-se à visão, adotada por muitos fonólogos (e.g., Stampe 1973, Kiparsky e Menn 1977) de que a representação fonológica da criança é idêntica à representação fonética do adulto. Contra tal visão, é possível apontar, pelo menos, três argumentos. O primeiro recapitula as objeções de Bloom (1973) e Dore (1975) contra a interpretação holofrástica do estágio de uma só palavra. Especificamente, parece um contra-senso que o crescimento acarrete na diminuição (e não no aumento) da complexidade das derivações — sejam elas sintáticas ou fonológicas. Assim, para derivar a forma infantil da forma adulta é preciso um grande número de processos de supressão, que, mesmo se inatos, como que Stampe (1973), implicariam numa enorme complexidade da derivação total. O segundo argumento deve-se a Waterson (1971), que, através de um estudo minucioso do vocabulário de uma criança de 18 meses, demonstrou que a relação entre as formas infantis e as formas adultas correspondentes é melhor capturada supondo-se que a criança depreende os traços comuns mais proeminentes de grupos de palavras adultas semelhantes e os rearranje segundo os seus próprios padrões silábicos e acentuais. O segundo argumento provém de estudos meus (Maia 1981), que demonstram que a acuidade da pronúncia da criança é inversamente proporcional à complexidade do contexto semântico-pragmático, sendo os contextos simples e familiares propícios à realização da pronúncia intentada. Assim, o acompanhamento longitudinal de tais aproximações da pronúncia intentada revela

mudanças significativas que dificilmente se poderiam explicar sob a hipótese de que a representação fonológica seja, desde início, idêntica à realização fonética adulta.

No que concerne à forma da representação fonológica, adotarei aqui a posição de McCarthy (1979), tomando certas liberdades no sentido de lhe atribuir realidade psicológica. De acordo com essa visão, a representação fonológica é constituída de uma ou mais camadas auto-segmentais de traços fonéticos — no sentido de Goldsmith (1976) — e de um esqueleto rítmico, que codifica informações tais como a divisão silábica e o padrão acentual. Essa aparente pluralidade resolve-se através de processos associativos que estabelecem elos sistemáticos entre as camadas autosegmentais e o esqueleto rítmico. Veja-se, por exemplo, a seguinte representação da reduplicação 'papa', onde o esqueleto rítmico está incompletamente especificado devido às limitações da representação no plano:

- (1) Camada consonantal
Esqueleto rítmico
Camada vocálica



Do ponto de vista ontogenético, esse tipo de representação apresenta, pelo menos, duas vantagens. Em primeiro lugar, ela possibilita a expressão de relações não lineares tão comuns nas primeiras palavras. Em segundo lugar, ela permite capturar o fato, bem conhecido, de que as crianças inicialmente manifestam preferências rígidas por certos padrões rítmicos implementáveis por esquemas motores relativamente automáticos. Assim, formalizando a proposta de Waterson (1971), é possível encarar os primeiros processos fonológicos como mecanismos para associar camadas autosegmentais compostas de traços salientes do modelo adulto a esqueletos rítmicos compatíveis com programas motores disponíveis a nível simbólico. O resultado final dessa associação constituiria a representação fonética ou — como prefiro chamá-la — a representação pré-motora.

À luz dessas considerações, é possível prever a existência de três tipos de processos fonológicos ordenados ontogeneticamente e com funções distintas e, às vezes, competitivas na implementação da representação pré-motora. O primeiro grupo tende a maximizar o uso da comunicação oral, em detrimento da inteligibilidade. Ele subsume todos os casos em que o esqueleto rítmico está sujeito a restrições externas quanto à automaticidade do programa motor associado. É óbvio que a forma desses processos muda radicalmente no curso do desenvolvimento, refletindo avanços cognitivos e motores. O segundo tipo de processo, por sua vez, tende a maximizar a inteligibilidade, implementando e reforçando distinções entre entradas lexicais. Seu surgimento coincide com uma redução maciça da homonímia e exige uma ampliação da capacidade de armazenar traços do modelo adulto e de atentar para as próprias produções. Finalmente, o terceiro tipo de processo surge bem mais tarde e caracteriza-se por refletir a detecção de regularidades locais dependentes de contexto na pronúncia adulta. O ponto terminal do seu desenvolvimento é a aquisição dos detalhes fonéticos da língua de exposição.

Conforme foi adiantado acima, minha posição é de que esses três tipos de processos constituem marcos do desenvolvimento fonológico e se relacionam significativamente a marcos do desenvolvimento cognitivo e social, não podendo

ser entendidos fora desse contexto. Examinemos agora a evidência a favor dessa afirmação.

Nosso ponto de partida será o primeiro grupo de processos, que compreende muitos dos fenômenos típicos da linguagem infantil, tais como a reduplicação, a harmonia consonantal e vocálica e as chamadas "conspirações fonotáticas" (i.e., reduções a estruturas canônicas silábicas ou acentuais). Descrever tais processos como meras manifestações de tendências inatas à simplificação, além de ser vago, implica na perda de generalizações importantes sobre a continuidade entre o balbucio e a fala propriamente dita. Já foi mencionado acima que as primeiras palavras fazem uso simbólico de esquemas motores já exercitados durante o balbucio. Além disso, há entre o balbucio e a fala referencial um período transicional em que vocalizações mais ou menos reconhecíveis se associam a intenções, gestos ou ações. Tais vocalizações também se encaixam em esquemas motores bem automatizados, mas diferem das primeiras palavras por não serem rigorosamente referenciais e por apresentarem maior variação na ordem linear dos seus componentes fonéticos (e.g., [g' e bw] e [bug'w], usado por Nigel Halliday (0; 10) para pedir talco; V. Halliday 1975, pp. 148-149). Sob a visão aqui defendida, a principal conquista fonológica do estágio das primeiras palavras seria o agrupamento dos traços fonéticos da representação perceptual em camadas auto-segmentais com uma organização interna linear. Em outras palavras, a representação fonológica já consistiria de um esqueleto rítmico e de um conjunto de traços fonéticos, mas esses últimos se associariam ao primeiro somente de acordo com as restrições impostas pelos programas motores disponíveis. Posteriormente, princípios inerentes à organização do próprio sistema fonológico teriam um papel cada vez maior em determinar essa associação, sendo responsáveis pela crescente estabilidade do vocabulário a partir do início da fala referencial.

Cabe, neste ponto, observar que a suposição de que, para fins de armazenagem lexical, a criança filtre os traços mais salientes da forma fonética adulta é inteiramente compatível com os resultados recentes da área da percepção da fala, que demonstram que o recém-nascido já é capaz de realizar certas discriminações categóricas (Eimas et al. 1971). Assim, o fato de que o sistema auditivo-perceptual impõe divisões discretas a contínuos físicos tais como o ponto de articulação e o VOT (3) facilita enormemente a extração de traços fonéticos da entrada lingüística, mas não implica, de maneira nenhuma, a computação, a nível simbólico, de todos os traços detectáveis nessa entrada.

Retornemos agora a discussão das vantagens de uma representação fonológica seletiva e capaz de crescimento. Como foi sugerido acima, a associação de um traço ou conjunto de traços a mais de uma posição no esqueleto rítmico é um recurso amplamente empregado no vocabulário inicial. Se atribuirmos à criança, nessa fase, a capacidade de representar todos os traços de forma fonética adulta ausentes na sua própria pronúncia, não teremos como explicar uma interessante evolução que se observa na aplicação dos processos reduplicativos e harmônicos. Num determinado ponto do desenvolvimento, certas crianças praticamente abandonam o uso desses processos na formação de palavras e passam a aplicá-los a unidades maiores do que a palavra, apresentando, assim, uma diferença marcada entre a pronúncia num contexto sintático. Por exemplo, aos dezenove meses, Verônica, a criança estudada por Maia (1975), já apresentava realizações isoladas de 'quer' como [k'e], 'sentar' como [sẽ'ta:] e aqui como [a'ki]. Entretanto,

numa sessão desse período, combinou essas palavras da seguinte maneira:

(2) (a) f é 'tʃe tʃé'tʃa tʃi
'neném quer sentar aqui'

(b) vo sêta tʃi
'vou sentar aqui'

É óbvio que, no princípio enunciado, Verônica reuniu no alvo fonético automatizado [tʃ] os traços descontínuo, coronal, estridente e alto, sintagmaticamente dispersos na forma intentada "nê qué sentá aqui". Isso facilita enormemente a inserção do enunciado num esquema motor longo, pois o comprimento é compensado pela repetitividade. Parece que, para Verônica, esse tipo de manobra se faz necessária sempre que o contexto sintático-semântico-pragmático se torna excessivamente complexo. É interessante a diferença entre o primeiro enunciado e o segundo, que constitui uma repetição com fim de reparo (Sacks, Sehegloff e Jefferson 1974), desencadeado por uma manifestação de espanto por parte do interlocutor adulto. Note-se que, no primeiro caso, a criança está iniciando um episódio e tentando assegurar a atenção do adulto, enquanto, no segundo, ela já atingiu esse objetivo. Observe-se, além disso, que, embora ambos os enunciados sejam consideravelmente mais longos que a média da criança nesse estágio (MLU = 2.2), o segundo constitui uma redução em relação ao primeiro.

Supor que, desde o início, haja processos que suprimam traços e segmentos da representação fonológica é negligenciar o fato de que tais supressões surgem, mais tarde, como estratégias para reduzir a carga total de processamento na emissão de um enunciado. Além disso, a transferência dos processos reiterativos do nível lexical para o nível da fonologia frasal parece coincidir com o aumento maciço, ao nível lexical, do segundo tipo de processo mencionado acima, ou seja, aqueles que visam à implementação cada vez mais redundante de distinções lexicais. Parece, pois, que a utilização de supressões permite que a criança, tendo recentemente expandido a representação lexical, faça uso novo dos velhos processos reiterativos, a fim de resolver sobrecargas temporárias de processamento devidas, em parte, a tal expansão.

Bates (1977) sugeriu que há mudanças maturacionais muito gerais na memória e na atenção que propiciam a emergência da fala. Segundo essa autora, tais mudanças envolvem a capacidade de interromper uma meta e retê-la na memória enquanto se selecionam meios para a sua execução. Essa hipótese parece se adequar sobremaneira à presente visão das relações entre as representações fonológicas e os programas motores. Um processo fonológico é um meio de converter uma representação fonológica numa entrada aceitável para um programa motor. Inicialmente, tais meios são tão simples e diretos como a associação de camadas auto-segmentais a esqueletos rítmicos. Mais tarde, eles se tornam complexos, envolvendo etapas intermediárias tais como supressões e substituições. É oportuno observar que, segundo a presente perspectiva, o desenvolvimento tem o efeito de dilatar a diferença entre a representação fonética e a representação fonológica. Como foi observado acima, a posição oposta é implicada pela hipótese de que a representação fonológica da criança seja idêntica à representação fonética do adulto.

Estendendo o raciocínio de Bates, é possível levantar hipóteses sobre os correlatos cognitivos do segundo tipo de processo mencionado acima. Trata-se da utilização sistemática de certos segmentos onde ocorrem outros na fala adulta. Tais segmentos podem funcionar como marcadores de posição, como costuma ocorrer com as semivogais (e.g., ['bɔje] 'bola' ['awa] 'água') ou podem ter uma relação mais estreita com o segmento adulto correspondente (e.g., [z] por [ʒ] em ['bezu] 'beijo' ['zãnte] 'janta'). Para realizar tais substituições é preciso que a criança seja capaz de computar o esqueleto rítmico das formas adultas, ao invés de tomá-lo de empréstimo ao seu próprio repertório. Além disso, para realizar substituições foneticamente relacionadas ao modelo adulto é preciso ser capaz de isolar partes da representação fonológica e operar sobre elas. Assim, a criança não só opera separadamente sobre as duas partes da representação fonológica — o esqueleto rítmico e a(s) camada(s) auto-segmental(ais) — como também depreende relações de figura-e-fundo nelas. Há aqui um paralelo fascinante com o desenvolvimento sintático e morfológico. A capacidade de operar sobre dois objetos ou sobre parte e todo também subjaz à emergência da sintaxe e da morfologia. Isso torna ainda mais interessante a observação acima mencionada de que a emergência de processos efetivamente substitutivos coincide com um aumento da estabilidade fonológica do léxico, concomitante a uma recapitulação de padrões prévios da instabilidade fonológica em combinações de palavras.

Consideremos agora os desenvolvimentos sociais concomitantes aos dois tipos de processos até agora examinados. No estágio de uma só palavra, em que a criança reinventa o vocabulário adulto através de processos do primeiro tipo, há inúmeros indícios de preocupação em usar a palavra para reinventar o diálogo, já exercitado através do gesto e da vocalização. É notório o número de repetições do turno do interlocutor, que, conforme aponta Lemos (1981), parecem marcar o reconhecimento e a interiorização do papel daquele. Em contrapartida, após a emergência da sintaxe, observa-se uma mudança gradativa no padrão de repetição. A criança passa a repetir mais a si própria e a produzir reparos cada vez mais frequentes, indicando uma capacidade nascente de atentar para o próprio turno e operar sobre ele. Não é, pois, surpreendente que as substituições fonológicas e a redução gradativa da homonímia, que exigem operações sobre a representação fonológica, surjam aproximadamente no mesmo período. A todos esses desenvolvimentos subjaz uma capacidade geral de atentar para a própria linguagem e de reconhecer a cooperatividade como constitutiva do diálogo.

A discussão acima preparou o terreno para o exame do terceiro e último tipo de processo a ser considerado aqui. Se os últimos marcos do desenvolvimento comunicativo acima examinados obedecem ao imperativo 'atentar para si para cooperar', os que consideraremos a seguir também podem ser descritos como manifestações de outro imperativo ontogeneticamente mais tardio, mais igualmente importante, a saber: 'atentar para o outro para se identificar'. Muitos investigadores, notavelmente Susan Ervin-Tripp (1974) e Catherine Garvey (1975), observaram que, por volta dos 3-4 anos, a criança começa a evidenciar uma progressiva capacidade computar a perspectiva do outro, através do uso cada vez mais adequado de rotinas sociais e fórmulas de polidez. Bates (1976) notou também que o crescimento de tal capacidade coincide com o aparecimento dos atos da fala indiretos e dos condicionais contrafactuais. Na fonologia, o correlato mais claro desse desenvolvimento é o surgimento de controle sobre detalhes

fonéticos da língua de exposição, bem como de suas variações socioletais e dialetais. É importante notar que a fala da criança, muitas vezes, já apresenta tais detalhes sob forma idiomatizada (no sentido de Moskowitz 1970). A novidade desse período consiste na sua sistematização e incorporação ao sistema. São exemplos típicos de tentativas de sistematização a supergeneralização do contexto de regras fonológicas e a exageração de variações fonéticas sutis observadas no modelo adulto. Uma ilustração do primeiro caso é oferecida por uma criança de 3 anos e dois meses, que teve ocasião de observar recentemente. Depois de ter apresentado formas tais como [kũ'eli] 'com ele' e [kũ'isu] 'com isso', ela passou a dizer [kũ'eli] e [kũ'isu], respectivamente. Provavelmente, essas inovações refletem a tentativa de dar conta da regra de inserção do [j], aqui generalizada para ambientes onde uma vogal nasal qualquer é seguida de vogal anterior. O segundo caso é ilustrado por uma criança de quatro anos que freqüentemente, mesmo em situações em que a velocidade de fala é normal, pronuncia ['bowwa] por ['bowa], 'boa', com geminação clara da semivogal. Parece que, aqui, há uma tentativa de incorporar ao sistema a regra de inserção do [w], embora essa última seja quase sempre muito breve na pronúncia adulta.

Dando continuidade às nossas especulações sobre as relações entre o desenvolvimento fonológico e o desenvolvimento cognitivo e social, podemos dizer que o que caracteriza o período em discussão é a capacidade de notar e levantar hipóteses sobre regularidades locais do ambiente físico e social. Inicialmente, tal capacidade dá lugar a muitas das perguntas embaraçosas das crianças de 3-4 anos, tais como: 'Por que a sua cara tem bolinha?' (Janaína, 3;2). 'Pra que tem que dormir de noite?' (Augusto 4;3). A longo prazo, porém, ela é exercitada e modelada na interação com o adulto e com o grupo etário, permitindo que a criança desenvolva uma sensibilidade social e se identifique com os vários grupos a que pertence.

Se o ponto de vista acima exposto é correto, ainda que haja muitos erros de detalhe, pode-se afirmar que não é válido nem instrutivo estudar os fatos do desenvolvimento fonológico em isolamento. Os abusos da evidência ontogenética em fonologia têm dado lugar a absurdos tais como a derivação proposta por Stampe (1973) para a realização [kaẽ] da palavra 'candy', por seu filho de dois anos. Essa envolve nada menos que seis processos: nasalização, assimilação, degeminação, formação de flape, supressão de flape e semivocalização. Segundo Stampe, todos os processos fonológicos seriam inatos e o papel do desenvolvimento residiria em inibir uma boa parte deles. Deve ter ficado claro, pelo acima exposto, que essa posição envolve pressupostos falsos sobre a natureza do desenvolvimento em geral.

Espero ter conseguido justificar convincentemente o meu ceticismo sobre o uso de dados da criança para sustentar teorias sobre a língua adulta. Como procurei ilustrar acima, a contribuição dos estudos do desenvolvimento à fonologia pode e deve vir de dentro. É possível testar a utilidade de construtos fonológicos para a descrição de fenômenos do desenvolvimento. É possível também clarificar as relações entre fonética e fonologia, rastreando as interdependências entre desenvolvimento fonético e fonológico. Conforme demonstrou Menn (1976), a necessidade de alcançar controle fonético sobre certas articulações muitas vezes leva a criança a criar processos fonológicos que acabam por afetar todo o padrão de contrastes subjacentes. É possível que a observação de tais processos venha, num

futuro próximo, a reverter a ênfase das discussões fonológicas centradas sobre o desenvolvimento. Ao invés de se falar em critérios puramente fonéticos e naturalidade, falar-se-á cada vez mais em critérios fonológicos para a solução de problemas fonéticos.

A teoria do desenvolvimento fonológico ainda está por construir. Não obstante, já há suficientes pistas e sugestões de outras áreas de estudo para encorajar esforços integradores. Seguindo o exemplo de Slobin (1980), tenho esperança de que, num futuro próximo, também os estudiosos dessa área estejam em condições de saldar mais esse débito da Psicolingüística para com a Lingüística.

NOTAS

- (1) Trabalho apresentado no *Encontro sobre Naturalidade e Fonologia*, promovido pelo Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, 19 de novembro de 1981.
- (2) Pesquisadora do CNPq, processo nº 30.0909/81 — CH-07.
- (3) *Voice onset time* — tempo de início da sonorização — é o parâmetro fonético mais freqüentemente usado na descrição do contraste de sonoridade. Refere-se ao tempo decorrido entre o relaxamento de uma obstrução e o início da vibração das cordas vocais.

REFERÊNCIAS

- BATES, E. *Language and context: the acquisition of pragmatics*. Nova Iorque, Academic Press, 1976.
- . "The emergence of symbols: does ontogeny recapitulate phylogeny?" Trabalho apresentado no *Minnesota Symposium on Child Psychology*, Minneapolis, University of Minnesota, 1977.
- BLOOM, L. *One word at a time*. Haia, Mouton, 1973.
- DE LEMOS, C. "Interactional processes and the child's construction of language." In: DEUTSCH, W. (org.) *The Child's construction of language*. Londres, Academic Press, 1981.
- DORE, J. "Holophrases, speech act and Language Universals." In: ——. *Journal of Child Language*. 1975. 2: 21-40.
- EIMAS, P., SIQUELAND, E., JUSCZYK P. e VIGORITO, J. "Speech perception in infants. In: ——. *Science*, 1971. 171:303-306.
- ERVIN-TRIPP, S. "Children's understanding and production of requests." Trabalho apresentado no *Stamford Child Language Forum*, Stamford, 1974.
- FERGUSON, C. e FARWELL, C. "Words and sounds in early language acquisition." In: ——. *Language* 1975. 51: 419-39.
- GARNICA, O. "Theories of phonological development." In: LENNEBERG, E. e LENNEBERG, E. (org.) *Foundations of language development*, Nova Iorque, Academic Press, 1975, v.2.
- GARVEY, C. "Requests and responses in children's speech." In: *Journal of Child*

- Linguagem*, 1975. 2: 41-64.
- GOLDSMITH, J. *Autosegmental phonology*. Tese de doutoramento inédita, MIT, 1976.
- HALLIDAY, M. *Learning how to mean: explorations in the development of language*. Nova Iorque, Elsevier, 1975.
- INGRAM, D. "Monological rules in young children." In: *Journal of Child Language*. 1974. 1: 233-241.
- . "Current issues in child phonology." In: MOREAD, O.M. e MOREAD, A.E. (org.) *Normal and deficient child language*. Baltimore, University Park Press, 1976.
- JAKOBSON, R. *Child language, aphasia, and phonological universals*. Maia, Mouton, 1968 (original alemão 1941).
- MAIA, E. *A negação na criança: reflexões sobre as bases empíricas da teoria gerativo-transformacional*. Tese de mestrado inédita, UFRJ, 1975.
- . "Semântico-pragmático: fatores na aquisição de fonologia." Trabalho apresentado no LSA Annual Meeting, Nova Iorque, 1981.
- Mc CARTHY, J. *Formal problems in Semitic morphology and phonology*. Tese de doutoramento inédita, MIT, 1980.
- MENN, L. *Pattern, control, and contrast in beginning speech: a case study in the development of word form and word function*. Tese de doutorado inédita, Universidade de Illinois, 1976.
- . "Phonological units in beginning speech." In: BELL, A. e HOOPER, J.B. (orgs.) *Syllables and segments*. Amsterdam, North Holland, 1977.
- MOSKOWITZ, A. "The two-year old stage in the acquisition of English phonology." In: ——. *Language*. 1970. 46: 426-41.
- OLLER, D. "The emergence of the sounds of speech in infancy." In: FERGUSON, C. e YENI-ROMSHIAN, G. *Child Phonology*. Nova Iorque, Academic Press, 1981. P. 93-112.
- SACKS, M., SCHEGLOFF, E. e JEFFERSON, G. "A simplest systematics for the organization of turn-taking in conversation." In: *Language*. 1974. 50: 696-735.
- SLOBIN, D. *Psicolinguística*. Tradução de Rossine Salles Fernandes. São Paulo, Cia Editora Nacional — Editora da Universidade de São Paulo, 1980.
- STAMPE, D. "The acquisition of phonetic representation." In: *Papers from the Fifth Regional Meeting*, Chicago Linguistic Society, 1969. p. 443-54.
- . *A dissertation on natural phonology*. Tese de doutoramento inédita. University of Chicago, 1973.
- WATERSON, N. "Child phonology: a prosodic view." In: *Journal of Linguistics*. 1971. 7: 179-221.

MÔNICA G. R. ALKMIM

CHRISTINA A. GOMES

Universidade Federal de Minas Gerais

Dois Fenômenos de Supressão de Segmentos em Limite de Palavra

ABSTRACT

This work presents an analysis of two phonological phenomena of portuguese, connected with the disappearance of segments at the end of words: vowel deletion between consonants at the end of the word, as in *saudades*, pronounced [saw'dads]; and the deletion of some syllables in word boundary as in 'script' phonetically [teyji'koku]. Here we intend to give a contribution to the study of word boundary phenomena, a subject not well known in portuguese phonology.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é apresentar a análise de dois fenômenos fonológicos do Português, ligados ambos ao desaparecimento de segmentos em final de palavra: a supressão de vogal entre consoantes em final de frase, como em *saudades*, pronunciado [saw'dads] antes de pausa; e a supressão de certas sílabas em limite de palavra, como em *leite de coco*, foneticamente [ˈleyʝi'koku]. Pretendemos aqui dar uma contribuição ao estudo dos fenômenos de limite de palavra, área pouco explorada da fonologia portuguesa, em que pese a sua importância como ingrediente do que se pode chamar, impressionisticamente, o "sotaque brasileiro".

O trabalho não se pode considerar completo: dois fatores importantes deixaram de ser levados em conta, muito embora afetem a aplicação das regras propostas: por um lado, a velocidade de elocução (largo, andante, allegretto, presto, proposto por Harris, 1969); e, por outro lado, o papel funcional da palavra — isto é, o seu "status" de *tópico* ou *não-tópico*, de *dada* ou *nova*, que causa variações entonacionais mesmo dentro de um mesmo estilo. Acreditamos que esses fatores podem condicionar a extensão das regras discutidas adiante no artigo; não obstante, as formulações aqui propostas são, na nossa opinião, basicamente corretas e essenciais como primeiro passo para um estudo cabal do fenômeno (1).

2. SUPRESSÃO DE VOGAL ENTRE CONSOANTES ANTES DE PAUSA

2.1. O fenômeno

Será abordado primeiramente o fenômeno da queda da vogal /i/ no ambiente C_C# antes de pausa, freqüente no português brasileiro, por exemplo em *saudades*, [saw'dads], procurando verificar em que ambientes, exatamente, ocorre essa supressão.

Mostraremos que a primeira consoante do ambiente C_C# pode ser qualquer oclusiva ou fricativa (isto é, qualquer obstruinte) exceto /s/ ou /z/; e que a segunda consoante é sempre /s/.

Veremos também que há, imediatamente após a queda da vogal, um ensurdecimento da consoante precedente. Por outro lado, observa-se ainda o impedimento da aplicação da regra de palatalização de /t/ e /d/ (Liberato, 1978), por efeito de queda prévia da vogal /i/. A partir dessas observações, argumentaremos em favor de uma ordenação das regras.

2.2. Argumentação a favor da presença da vogal na forma subjacente

Observem-se os seguintes dados:

[saw'dads]	'saudades'
[vari'ã ts]	'variantes'
['bɔbs]	'bobes'
['grips]	,gripes'

Para estabelecer a forma subjacente destas palavras são propostas duas hipóteses:

HIPÓTESE A: A vogal está presente na forma subjacente,
ex.: /saw'dadís/.

Nesse caso, a mesma seria eliminada por processos fonológicos.

HIPÓTESE B: A vogal não está presente na forma subjacente,
ex.: /saw'dads/.

Isso significa que a vogal seria inserida por processos fonológicos.

Considerando-se a palavra 'saudades' na sua forma singular [saw'dad^ví] 'saude', fica clara a presença da vogal /i/ na forma subjacente. Caso contrário, seria encontrada a forma agramatical *[saw'dad], sem palatalização, já que no Português, como aponta Liberato (1978), /t/ e /d/ quando seguidos de /i/ e /y/ se palatalizam, sendo esta uma regra obrigatória. Trata-se de uma evidência em favor da hipótese A.

O mesmo fato ocorre em [vari'ãts], cujo singular é [vari'ãç^vi]. Para ['bɔps] e ['grips] as formas de singular são respectivamente ['bɔbi] e ['gripi]. Nestes casos, o /i/ final é sempre pronunciado, às vezes sonoro, e às vezes ensurdecido.

Por conseguinte, a forma subjacente das palavras acima deve conter um /i/ entre as duas últimas consoantes: /saw'dadís/ etc.

2.3. Especificação da vogal

Tem-se /u/, /a/ e /i/ como ocorrências prováveis de vogais átonas em final de palavra ou frase no ambiente C_C#.

Dados:

['fatus]	'fatos'
['kazas]	'casas'
['lɛkis]	'leques'
['sɛg ^v is]	'chegues' (verbo chegar)

Porém, não ocorre a supressão de todas as vogais finais, conforme os dados abaixo:

*['fats]
*['kazs]
['lɛks]
['sɛg ^v s]

Como esses dados são típicos, conclui-se então que a queda da vogal só ocorre quando se trata de /i/.

2.4. Caracterização do ambiente

O fenômeno não ocorre em C_# em final de frase.

Dados:

[saw'daji]
[vari'ãci]

*[saw'dad]
*[vari'ãt]

Verificou-se que o lugar de ocorrência é em C_C em final de frase, como confirmam os dados:

['bofs]
['lɛvs]
[ga'raʒs]
['peys]

'bofes'
'laves'
'garages'
'peixes'

2.4.1. Caracterização da C_C na palavra

Segundo todos os dados levados em consideração até o momento, a sílaba estruturada em CVC ocorre no final de palavra, em final de frase. Mas não se trata da única possibilidade dentro da língua.

O fenômeno pode ocorrer em meio de palavras como em 'acontecido' [akõ'tsidu] e também em início de palavra como em 'distribuição' [distribui'sãw]. Entretanto, pode não ocorrer em 'distinção' [disti'sãw], problemas estes que não serão discutidos no presente trabalho.

2.5. Caracterização do ambiente consonantal

De posse de um certo número de dados do Português, observou-se que todas as oclusivas e fricativas, exceto /s/ e /z/, podem ocorrer como primeira consoante no ambiente determinado. Além disso, concluiu-se da impossibilidade de líquida ou nasal como primeira consoante, como mostram os dados:

['laris]
['tenis]
['fumis]
[pa'rêtezis]
[akõ'tɛsis]

'lares'
'tênis'
'fumes'
'parênteses'
'aconteces'

*['lars]
*['tens]
*['fums]
*['pa'rêtezs]
*['akõ'tɛss]

Com base nos mesmos dados, observou-se ainda que como segunda consoante ocorre apenas o /s/.

2.6. Formalização da regra

Para dar conta desse fenômeno, propõe-se a seguinte regra:

$$(1) \quad \begin{bmatrix} V \\ + \text{ sil.} \\ + \text{ pal.} \\ + \text{ alta} \end{bmatrix} \rightarrow \phi / \begin{bmatrix} C \\ + \text{ cons.} \\ - \text{ soante} \\ - \text{ cont.} \\ - \text{ ant.} \\ - \text{ cor.} \end{bmatrix} \quad \text{---} \quad \begin{bmatrix} C \\ + \text{ cont.} \\ + \text{ ant.} \\ + \text{ cor.} \\ - \text{ soante} \end{bmatrix} \quad |||$$

2º — palatalização do /t/ e /d/;

3º — enurdecimento.

3. HAPLOGIA EM LIMITE DE PALAVRA

3.1. Introdução

Passemos a considerar agora o segundo fenômeno mencionado acima, ou seja, a supressão de sílaba em final de palavra.

Interessa-nos em particular a supressão de sílaba causada por haplogia, onde há a supressão da sílaba final de uma palavra quando seguida por outra foneticamente semelhante.

O fenômeno será estudado no seguinte contexto: sílaba CV em final de palavra, seguida por sílaba C(C)V. Analisaremos os fatores que propiciam a supressão, observando-se as vogais e consoantes envolvidas no processo.

Verificamos que alguns casos, aparentemente problemáticos, que poderiam constituir um empecilho para a formalização de uma regra de supressão, na realidade fazem parte de outros processos distintos. A análise detalhada destes foge aos objetivos do presente estudo.

Finalmente, apresentaremos uma regra que procura dar conta dos casos considerados como haplogia.

3.2. Supressão da sílaba CV em limite de palavra

Observem-se os seguintes dados:

(1)	[li ^v mji ^v ipa'lavrə]	'limite de palavra'
	[le ^v ji ^v 'koku]	'leite de coco'
	[le ^v ti ^v pe ^v 'radu]	'leite temperado'
	[faku ^v 'daji ^v 'letras]	'faculdade de letras'
	[kaw ^v ji ^v 'kã ^v nə]	'caldo de cana'
	[kwã ^v tra ^v 'ba lu]	'quanto trabalho'
	[si ^v 'dada ^v 'sinə]	'cidade da China'

Tem-se, nos exemplos acima, a supressão da última sílaba da primeira palavra, decorrente de uma situação de contato com uma sílaba semelhante na palavra seguinte.

A supressão da sílaba parece ser a regra geral, exceto em estilos muito cuidadosos (*largo*), ou em situação de realce (contraste). Só assim ocorrem realizações como as seguintes:

(2)	[li ^v m ^v ci ^v ji ^v ipa'lavrə]	
	[le ^v ç ^v ji ^v 'koku]	
	[le ^v ç ^v ti ^v pe ^v 'radu]	
	[faku ^v 'daji ^v 'letras]	
	[kaw ^v du ^v ji ^v 'kã ^v nə]	
	[kwã ^v tutra ^v 'ba lu]	
	[si ^v 'dajida ^v 'sinə]	

3.3. Especificação das consoantes

Comparem-se agora os dados em (1) com os a seguir:

- | | | |
|-----|------------------------------|------------------|
| (3) | *[^v 'kodaba'ja] | 'coco da Bahia' |
| | *[^v 'piji'leyçi] | 'pingo de leite' |
| | *[^v 'ka'baysu] | 'cabo baixo' |

Vê-se que a haplogogia levou a resultados agramaticais. Nos dados anteriores (v. (1)), em que o apagamento é gramatical e o mais corrente, as consoantes envolvidas no processo possuem o mesmo ponto de articulação na forma subjacente:

- (4) /fakuw'dadi # di # 'letras/
/,kawdu # di # 'kana/
/si'dadi # da # ^v'sina/

3.3.1. Observe-se o que ocorre nos dados abaixo, cujas consoantes possuem o mesmo ponto de articulação, caso haja haplogogia:

- | | | |
|-----|-------------------------------|---------------------|
| (5) | [^v 'sabibey'za] | 'sabe beijar' |
| | [^v 'kãpuri'gozu] | 'campo perigoso' |
| | [^v 'kazozony'adu] | 'caso zoneado' |
| | [^v 'kãnu'novu] | 'cano novo' |
| | [^v 'a'falimi'to] | 'A FALE LIMITOU...' |
| | [^v 'osusu'miw] | 'osso sumiu' |
| | [^v 'u'mêgugo'lyo] | 'O mengo goleou...' |

O que se tem não é propriamente:

- | | |
|-----|-------------------------------|
| (6) | *[^v 'sabey'za] |
| | *[^v 'kãpiri'gozu] |
| | *[^v 'kazo'nyadu] |
| | *[^v 'kãhovu] |
| | *[^v 'a'falimi'to/ |
| | *[^v 'osu'miw] |
| | *[^v 'u'mêgo'lyo] |

mas antes:

- | | |
|-----|---------------------------------|
| (7) | [^v 'sab : e y'za] |
| | [^v 'kãp : iri'gozu] |
| | [^v 'kaz : o'nyadu] |
| | [^v 'kãn : ovu] |
| | [^v 'a'fal : imi'to] |
| | [^v 'os : u'miw] |
| | [^v 'u'mêg : o'lyo] |

O que ocorre em (7) é a supressão de uma vogal final de palavra, acarretando

o contato de duas consoantes idênticas. Estas, no entanto, continuam sendo pronunciadas distintamente, o que é facilmente percebido observando-se o par mínimo:

- | | | |
|-----|------------------|---------------------|
| (8) | [a'fal : imi'to] | 'A FALE limitou...' |
| | [a'falimi'to] | 'A FALE imitou...' |

Desse modo, não se pode dizer que houve haplologia em (7). Isso significa que não basta que as duas consoantes envolvidas tenham o mesmo ponto de articulação; pelo que se viu até o momento, a haplologia só afetou sílabas com /t/ e /d/ subjacentes.

3.3.2. Observem-se agora os dados:

- | | | |
|-----|---------------------------|----------------|
| (9) | [pɔ dey ^v 'sa] | 'pode deixar' |
| | [pɔ fa'la] | 'pode falar' |
| | [pɔ brĩ'ka] | 'pode brincar' |

Nos dois últimos exemplos, as consoantes não possuem o mesmo ponto de articulação e, no entanto, há a supressão da sílaba com resultado gramatical. Trata-se, na verdade, do efeito de uma regra diferente, que só se aplica a certos itens léxicos caracterizados como proclíticos. Há a supressão de sílaba por efeito da próclise. O mesmo ocorre com deixar (ex.: s^vo've, 'deixa eu ver') e outros.

3.4. Especificação da vogal

Observem-se os exemplos abaixo:

- | | | |
|------|------------------------------|--------------------|
| (10) | *[ko'midu'libãnu] | 'comida do Líbano' |
| | *[padaga'zɛlɐ] | 'Pata da Gazela' |
| | *[ko'mida ^v sinɐ] | 'comida da China' |

Apesar das consoantes possuírem o mesmo ponto de articulação na forma subjacente, tem-se resultado agramatical. É preciso, portanto, para formular o ambiente da regra de haplologia, levar em consideração não apenas as consoantes, mas também as vogais das duas sílabas contíguas. Voltando aos exemplos de (1), onde houve haplologia, vê-se que em todos os exemplos a primeira vogal possui o traço [+ alto], e para a segunda vogal parece não haver qualquer restrição. Além disso, ambas devem ser átonas, como se vê pela agramaticalidade de:

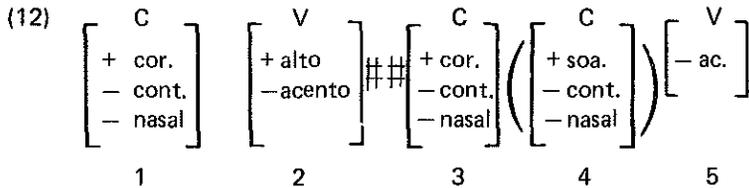
- | | | |
|-----|------------|--------------|
| (1) | *[ga'tõtu] | 'gato tonto' |
|-----|------------|--------------|

As consoantes possuem o mesmo ponto de articulação, a primeira vogal possui o traço [+ alto], e, no entanto, o resultado é agramatical. Neste caso, uma das vogais é tônica.

3.5. Formalização da regra

Finalmente, é proposta uma regra que procura dar conta da supressão de

sílaba em limite de palavra, nos casos considerados como haplogogia:



ø ø ## 3(4)5

A supressão de sílaba irá ocorrer com as dentais, exceto a nasal, quando as sílabas envolvidas no processo forem ambas átonas e a primeira vogal tiver o traço [+ alto].

NOTAS

- (1) Sobre a extensão da regra por influência do "status" funcional da palavra, ver Perini (em preparação).
- (2) Usou-se "||" como símbolo de "final de frase" ou 'pausa'.

BIBLIOGRAFIA

- HARRIS, James W. *Spanish Phonology*, Cambridge, MIT Press, 1969.
- LIBERATO, Yara Goulart. "Alterações Vocálicas em Final de Palavra e a Regra de Palatalização". In: — *Ensaíos de Linguística — 1, Cadernos de Linguística e Teoria da Literatura* — UFMG, Belo Horizonte, 1978. pág. 80 e 95.
- PERINI, Mário A. (em preparação), "Nota sobre o uso das velocidades de enunciação na descrição de fenômenos fonológicos".
- PONTES, Eunice. *Estrutura do Verbo no Português Coloquial*, Petrópolis, R.J., Ed. Vozes, 1972.

MARIA DO CARMO VIEGAS

E

ROSA MARIA ASSIS VEADO

Universidade Federal de Minas Gerais

Alçamento de Vogais Pretônicas

ABSTRACT: This paper discusses the pretonic vowels [e] ~ [i] and [o] ~ [u] alternation in the colloquial register of the Belo Horizonte metropolitan region. It argues that:

- a) The above mentioned alternations have the status of linguistic variable and so can not be described by categorial morfo-fonological rules;
- b) the structural environment isn't the same in the variable (i) and (u) conditioning, making clear that for each variable there is a rule with particular characteristics.

1. INTRODUÇÃO

Lemle (1974) postula uma regra morfo-fonológica responsável pelas alternâncias [e] ~ [i] e [o] ~ [u] do registro coloquial do dialeto carioca e as condições que regem a sua aplicabilidade. A saber:

$$(a) V \longrightarrow + \text{alto}/\# X \text{ ————— } \begin{matrix} Q & V & Y \\ \left[\begin{array}{l} B \text{ retraído} \\ B \text{ arredondado} \end{array} \right] & \left[\begin{array}{l} + \text{ acento} \\ + \text{ alto} \end{array} \right] & \end{matrix}$$

Condições: (1) todas as vogais contidas em Q são $\left[\begin{array}{l} \alpha \text{ retraído} \\ \alpha \text{ arredondado} \end{array} \right]$

(2) Q não contém limite de morfema derivador de adjetivo.

Analisando a mesma questão em dados de fala de região metropolitana de Belo Horizonte, pudemos observar que as alternâncias [e] ~ [i] e [o] ~ [u] têm status de variáveis lingüísticas, não podendo ser capturadas adequadamente por uma regra categorial, conforme propõe Lemle. Primeiro, os ambientes que propiciam o levantamento das vogais /e/ e /o/ não são exatamente coincidentes e, em termos de frequência da aplicação da regra, as diferenças são significativas. Em termos estruturais, são variáveis que têm que ser descritas separadamente; cada alternância uma regra e cada regra com suas características próprias.

Segundo, além dos fatores estruturais, há fatores não-estruturais, como classe social, idade, sexo e estilo de fala, que estão correlacionados ao alçamento de /e/ e /o/. E, desta forma, tais fatores sociais devem fazer parte do corpo das regras responsáveis pela elevação do traço de altura.⁽¹⁾

Nas seções deste artigo, trataremos apenas da questão estrutural, deixando a parte não-estrutural para estudos posteriores.

2. FATORES ESTRUTURAIS

2.1 Ambientes fonológicos

Na proposta de LEMLE (1974), a elevação das vogais /e,o/ é condicionada pela presença de uma vogal alta, /i/ ou /u/, na sílaba tônica. Nos nossos dados de fala, entretanto, observamos que a presença da vogal alta acentuada é fator que influencia favoravelmente o alçamento, mas não o determina. Na verdade, a regra proposta por Lemle é variável como pode ser visto nos exemplos que se seguem:

(1) <u>n</u> in <u>h</u> um	~	(5) <u>n</u> en <u>h</u> um
(2) <u>p</u> ri <u>c</u> iso	~	(6) <u>p</u> re <u>c</u> iso
(3) <u>p</u> ri <u>f</u> iro	~	(7) <u>p</u> re <u>f</u> iro
(4) <u>m</u> i <u>d</u> icina	~	(8) <u>m</u> e <u>d</u> icina
(9) <u>G</u> ur <u>d</u> uras	~	(13) <u>G</u> or <u>d</u> uras
(10) <u>d</u> u <u>m</u> ingo	~	(14) <u>d</u> o <u>m</u> ingo
(11) <u>t</u> ur <u>c</u> i	~	(15) <u>t</u> or <u>c</u> i
(12) <u>b</u> u <u>n</u> ito	~	(16) <u>b</u> o <u>n</u> ito.

Como evidência em favor do ambiente condicionante restringir-se a /i,u/ acentuados, Lemle cita algumas palavras que, segundo ela, não podem ser alçadas. Entre elas:

- (17) brevidade
- (18) deteriorar
- (19) proposital
- (20) oposição

Entretanto, podemos afirmar que a elevação da vogal não se restringe à influência do traço [+ acento]; há ocorrências alçadas em nossos dados contendo uma vogal alta não-acentuada:

- (21) Ifigênia (23) cumplicar
(22) íspecial (24) cumunidade

Uma outra condição imposta na regra de Lemle é a de não aparecer /a/ na seqüência entre a vogal alta do contexto e a vogal a ser alçada. Apesar de poucos dados, acreditamos que tal ambiente possa influenciar desfavoravelmente o alçamento, mas nunca bloqueá-lo. Encontramos poucas ocorrências alçadas, mas que podem servir de contra-exemplos para a regra proposta por Lemle:

- (25) ístadista
(26) íncaminha
(27) íxpandiu.

Temos, ainda, ocorrências alçadas no referido ambiente, porém sem o traço [+ acento] na vogal alta:

- (28) tumati
(29) dístaqui

De qualquer maneira, os dados coletados comprovam que a presença por si só do segmento /a/ tônico em posição imediatamente posterior à vogal a ser alçada é fator que atua de modo desfavorável ao alçamento, embora não o bloqueie (sobre esta questão falaremos mais adiante).

A regra de Lemle fica também comprometida na medida em que os dados demonstram que a elevação das vogais /e,o/ não se restringe exclusivamente à presença da vogal alta. Há ocorrências alçadas como:

- (30) ínlouqueceram
(31) dísicarregar
(32) ícunversa,

onde a vogal alta não está presente, o que comprova a necessidade de se expandir a regra de Lemle, se se quiser dar conta dos ambientes que influenciam favoravelmente o alçamento.

Concomitantemente, os dados demonstram que não é apenas a presença da vogal /a/ que atua no sentido de desfavorecer o alçamento. Há ocorrências não-alçadas como:

- (33) venceu
 _
- (34) pergunto
 _
- (35) comodismo
 _ _
- (36) grosseiro,
 _

onde a vogal /a/ não está presente. Assim, da mesma maneira que há necessidade de se expandir os ambientes que atuam favoravelmente, há necessidade de se expandir aqueles que atuam no sentido inverso, ou seja, desfavorecendo o alçamento.

Outra questão problemática na regra de Lemle é a obrigatoriedade de aplicação da regra em todas as vogais médias pré-tônicas dentro de um mesmo item léxico. Desta forma, a regra só pode gerar ocorrências do tipo:

- (37) dimulido
 _ _
- (38) vilucípede
 _ _
- (39) iguísta
 _ _
- (40) dirituria,
 _ _

o que contraria nossos dados que têm, na maioria das vezes, uma só das vogais pretônicas alçadas quando co-ocorrem no mesmo item léxico:

- (41) demulido
 _
- (42) direturia
 _
- (43) eguísta
 _

Com os dados de (1) a (43), já fica evidenciado que o alçamento é uma questão complexa e não se fecha numa regra fonológica categorial. Das duas condições estabelecidas por Lemle, ou seja:

- (a) uma condicionando o alçamento à presença da vogal alta acentuada;
- (b) outra condicionando o não-alçamento à presença da vogal /a/, endossamos que (a) seja um ambiente altamente propiciador (em termos quantitativos) e (b) exerça influência negativa ao alçamento, embora não bloqueadora.

Tomando dados de fala coloquial de oito informantes da região metropolitana de Belo Horizonte, estabelecemos uma amostra contendo 745 ocorrências da variável (e) e 333 da variável (o), em condições de alçamento, ou seja, em posição pré-tônica. Nesta amostragem, encontramos os seguintes ambientes fonológicos que parecem influenciar (às vezes mais, às vezes menos, em termos percentuais) a elevação das vogais médias /e,o/ do português:

I. A VARIÁVEL /e/

- (1) (e) em início de palavra: ⁽²⁾ 245/270 = 90.7%

Exemplos:

Alçados

(44) intão

(45) ixatamente

(46) iscócia

(47) inganado

Não-Alçados

(48) exemplo

(49) experiência

(50) errado

(51) estrutura

- (2) (e) seguido de sílaba contendo vogal alta acentuada:

102/153=66.6%

Exemplos:

Alçados

(52) sírviço

(53) sínti

(54) nínhum

(55) mínimo

Não-Alçados

(56) retiro

(57) negativo

(58) Jaqueline

(59) pesquisa

(3) (e) em sílaba inicial DE e DES³: 30/47 = 63.8%

Exemplos:

Alçados

(60) dímais

(61) dísgosto

(62) dípois

(63) dísligado

Não-Alçados

(64) decisão

(65) dezena

(66) delícia

(67) deserto

(4) (e)seguido de sílaba contendo vogal baixa acentuada:

95/246=38.6%

Exemplos:

Alçados

(68) mílhor

(69) íscola

(70) dísparece

Não-Alçados

(71) negócio

(72) ínteressa

(73) medalha

Na verdade, parece-nos que este ambiente pode ser removido da lista dos ambientes que atuam favoravelmente ao alçamento, já que, com exceção de 'milhor', todos os demais casos alçados podem ser explicados por possuírem outros ambientes já mencionados como altamente propiciadores (em termos percentuais) da elevação da vogal /e/, ou seja:

(a) início de palavra: (69) iscola

(74) ispero etc.

(b) sílaba inicial DE, DES: (70) disaparece etc.

(5) (e) seguido de sílaba contendo /e/: $45/156=28.8\%$

Exemplos:

Alçados

(75) piqueno

(76) impregada

(77) dispensa

Não-Alçados

(78) segredo

(79) veteranos

Neste ambiente também, observamos que todos os casos alçados, com exceção de 'piqueno', podem ser explicados por ambiente já mencionados como propiciadores da elevação de (e) para (i). No caso,

(a) início de palavra: (76) impregada

(80) istejam etc.

(b) sílaba inicial DE/DES: (77) dispensa

(81) dispesa

(c) seguido de vogal alta acentuada: (82) prifiriu.

Se isolarmos os ambientes descritos em (a), (b) e (c) e o item léxico 'piqueno', encontramos um resultado de 0/114=0% de alçamento quando o (e) pré-tônico é seguido de sílaba contendo outra vogal /e/. Parece-nos que, mais uma vez, estamos diante de um ambiente que pode ser desconsiderado do rol dos ambientes que influenciam favoravelmente o alçamento.

(6) (e) seguido de sílaba contendo /a/ acentuado: 55/154=35.7%

Exemplos:

Alçados

(83) inxada

(84) istamos

(85) dimais

(86) distaque

Não-Alçados

(87) tentava

(88) pegava

(89) pedaços

(90) sentado

Nos dados registrados, se isolarmos os ambientes:

(a) início de palavra;

(b) sílaba inicial DE/DES,

vamos obter um resultado de 0% de alçamento. Assim, podemos, também neste caso, eliminar o ambiente descrito em (6) da lista dos ambientes que atuam favoravelmente no alçamento.

(7) (e) não inicial, em sílaba travada 34/103 = 33.0%

Exemplos:

Alçados

(91) sirviço

(92) pirrido

(93) sirvir

Não-Alçados

(94) verdura

(95) pernil

(96) permitir

Neste ambiente, todas as ocorrências alçadas contém vogal alta acentuada. Isolando, pois, o ambiente $\left[\begin{array}{c} V \\ + \text{alto} \\ + \text{acento} \end{array} \right]$, obtemos um resultado de 0% de alçamento, o que é evidência para não considerar a sílaba travada, por si só, como propiciadora do levantamento de e > i.

- (8) (e) alternando-se com uma realização tônica com timbre aberto /ε/, sendo que esta oposição não implica em valor distintivo (Mattoso, 1971: 22): $55/170 = 32.3\%$

Exemplos:

Alçados

Não-Alçados

(97) visti (~ veste)

(100) divertir (~ diverte)

(98) crisci (~ cresce)

(101) integrar (~ integra)

(99) consigui (~ consegue)

(102) aparecendo (~ aparece)

Das 55 ocorrências alçadas, todas contém uma vogal alta acentuada. E, se isolarmos o referido ambiente, encontramos um resultado de 0% de alçamento no contexto onde há alternância. Desta forma, fica descartado o ambiente alternante dos propiciadores do alçamento.

- (9) (e) em sílaba CCV: $15/158 = 9.4\%$

Exemplos:

Alçados

Não-Alçados

(103) prifiro

(105) probleminha

(104) pricisa

(106) tremer

Isolando o ambiente favorecedor $\left[\begin{array}{c} V \\ + \text{ alta} \\ + \text{ acento} \end{array} \right]$, o resultado passa

a ser 0% de alçamento. Justifica-se, portanto, a eliminação do ambiente CCV da lista dos que atuam favoravelmente no alçamento,

já que o ambiente $\left[\begin{array}{c} V \\ + \text{ alta} \\ + \text{ acento} \end{array} \right]$ é que favorece os casos alçados.

Pelos dados até agora investigados, observamos um outro ponto não mencionado por Lemle (1974), mas que se delinea como relevante. É a questão da **hierarquia** dos fatores estruturais que atuam no sentido favorável ou desfavorável ao alçamento. Note-se o seguinte: se por um lado, a presença da vogal baixa /a/ acentuada é fator que atua num sentido desfavorável, tal ambiente perde sua supremacia, digamos assim, quanto o (e) a ser alçado encontra-se em posição inicial:

(107) istalo

=

(108) intalado

=

(109) inrolado

=

Enfim, os ambientes descritos de (1) a (3) parecem atuar de modo favorável ao alçamento e os descritos de (4) a (9) parecem oferecer dificuldade na elevação da vogal pré-tônica /e/.

II. A VARIÁVEL /o/

Os ambientes fonológicos encontrados na amostra foram os seguintes:

(1) (o) **seguido de vogal alta acentuada**: 36/69 = 52.1%

Exemplos:

Alçados

Não-Alçados

(110) dumingo

(113) sociologia

(111) bunite

(114) cortice

(112) custume

(115) comodismo

(2) (o) seguido de nasal: 61/150 = 40.6%

Exemplos:

Alçados

(116) cunhecer

(117) começando

(118) buneca

(119) cunversa

Não-Alçados

(120) otomava

(121) oconstrução

(122) oconforme

(123) oconcurso

(3) (o) seguido de vogal baixa acentuada 61/181 = 33.7%

Exemplos:

Alçados

(124) jugamos

(125) cunversa

(126) mulecada

Não-Alçados

(127) ocontato

(128) ocompleta

(129) oconforme

Neste contexto, com exceção das ocorrências em «JUGAMOS, JUGAVA, JUGANDO», as demais podem ser explicadas pelo ambiente nasal, ora em posição posterior ao (o) como em (125) cunversa, ora em posição anterior ao (o) como em (126) mulecada. Desconsideramos, pois, o ambiente $\left[\begin{array}{c} V \\ + \text{baixa} \end{array} \right]$ da lista dos ambientes que parecem propiciar o alçamento de (o).

(4) (o) **seguido de /a/ acentuado:** 19/106 = 17.9%

Exemplos:

Alçados

(130) tumate

(131) jugava

(132) mulecada

Não-Alçados

(132) aprovaram

(133) tomara

(134) importante

As realizações alçadas (130) tumate e (126) mulecada podem ser explicadas pela presença de um ambiente condicionador forte que é a nasal. Assim, podemos desconsiderar o ambiente /a/ acentuado do rol dos propiciadores do alçamento.

(5) (o) **alternando-se com uma realização tônica com timbre aberto:**
16/98 = 16.3%

Exemplos:

Não-Alçados

(135) morariam (~ mora)

(136) paroquial (~ paróquia)

(137) gostei (~ gosta)

Com exceção de 'JUGAVA, JUGAMOS, JUGANDO' que alternam com 'JOGA', os demais casos alçados contêm um ambiente favorecedor, que é a presença da vogal alta acentuada:

(138) pudia (~ pode)

(139) durmindo (~ dorme)

(140) turci (~ torce)

(141) muvia (~ move)

(6) (o) em sílaba CCV: $1/60 = 1.6\%$

Exemplos:

Não-Alçados

(142) promover

(143) problema

(144) proposta

Só foi registrada uma ocorrência alçada: (145) apruveita, o que evidencia que este é um ambiente que pode ser descartado da lista dos ambientes que influenciam favoravelmente o alçamento.

(7) (o) em sílaba travada: $7/31 = 22.5\%$

Exemplos:

Alçados

(146) gurdura

(147) turcida

(148) durmindio

(149) durmia

Não-Alçados

(150) formado

(151) cortição

(152) orfanatos.

Conforme pode ser observado, a elevação só ocorreu quando o (o) é seguido de uma vogal alta acentuada. Se isolarmos da contagem o ambiente $\left[\begin{array}{c} V \\ + \text{alta} \\ + \text{acento} \end{array} \right]$, a sílaba travada passa a atuar de modo

negativo ao alçamento (0%).

(8) (o) seguido de outra sílaba contendo /o/: 0/12 = 0%

Das 12 ocorrências, nenhuma foi alçada, mesmo quando está presente a vogal alta acentuada que, conforme já dissemos, é um ambiente altamente propiciador ao alçamento:

- (153) economia
- (154) horrorizada
- (155) comodismo

Os ambientes descritos (1) e (2) parecem atuar de modo favorável e os ambientes (3) a (8) parecem oferecer dificuldades na elevação de (o).

2.2 Ambientes Morfológicos:

LEMLE postula uma condição morfológica limitando os ambientes de aplicação da regra: «Q não contém limite de morfema derivador de adjetivo». Entretanto, observamos que não podemos restringir a elevação das vogais /e/ e /o/ aos sufixos com vogal alta que formam nomes e verbos. Existem casos de alçamento tanto com sufixos que formam adjetivos, quanto ocorrências não alçadas com sufixos com vogal alta acentuada que formam nomes e verbos:

(a) Exemplos alçados contendo sufixos formadores de adjetivo, que Lemle considera bloqueadores do alçamento:

(156) bunitinho

(157) piquininho

(158) quíridíssimo

(159) piquino

(160) piludo

(161) ispecialista

(162) ispecífico

(b) Exemplos de nomes e verbos não alçados em ambiente com vogal alta acentuada, que a regra de Lemle só prevê alçados:

(163) Sociologia

(164) economia

(165) comodismo

(166) verdura

(167) atenderia

(168) teria

(169) opina

Portanto, o condicionamento da elevação das vogais /e/ e /o/, em termos morfológicos, não é tão regular como propõe Lemle.

Ainda no âmbito morfológico, Lemle diz que «a regra se generaliza perdendo a restrição [+ acento] da vogal do contexto, em palavras com vogal alta não tônica que possuem em seu paradigma uma palavra em que a regra é aplicável em sua forma primitiva» (regra (a)). No entanto, encontramos em nossos dados palavras que não têm uma vogal alta acentuada, nem «parentes» com vogal alta acentuada e, mesmo assim, houve o alçamento.

(170) Cumeçamos

(171) disarregar

(172) pessual

(173) compriensão

E temos 'experiência', que é «parente» de 'ixperiencio' e nem assim houve o alçamento.

A questão dos «parentes» com vogal alta acentuada proposta por Lemle está pouco explícita. Será que alguns «parentes» exerceriam influência diferente de outros «parentes» («parentes próximos» x «parentes distantes»)? Parece que os «parentes» com vogal alta acentuada influenciam de maneira favorável o alçamento. Mas, muito a respeito dessa «herança» precisa ainda ser investigado.

III. CONCLUSÃO

Analisando a proposta de LEMLE (1974) em dados de fala casual da região de Belo Horizonte, concluímos que:

- as alternâncias [e] ~ [i] e [o] ~ [u] têm status de variáveis lingüísticas e, por isso, não podem ser explicitadas por regras categoriais;
- os ambientes não são exatamente coincidentes no condicionamento de cada variável;
- morfológicamente, não se pode restringir o alçamento aos sufixos com vogal alta acentuada que formam nomes e verbos;
- quando vogais /e/ e /o/ co-ocorrem num mesmo item léxico, a regra não se aplica obrigatoriamente tantas vezes quantas houver condições;
- há uma escala hierárquica de influência quando ambientes que atuam favorável ou desfavoravelmente co-ocorrem num mesmo item léxico.

* Agradecemos ao professor Marco Antônio de Oliveira, pelas valiosas sugestões e pelo acompanhamento do trabalho.

NOTAS

1. Numa amostragem inicial com oito informantes de diferentes classes sociais, sexos e idades, observamos que a elevação das vogais /e/ e /o/ não se realiza homoganeamente. Há diferenças significativas que evidenciam que tais fatores não-estruturais influenciam, distintamente, na freqüência das variáveis (i) e (u).

2. Quando o /e/ em início de palavra vem seguido de nasal na mesma sílaba, tivemos um resultado de 100% de alçamento. Não sabemos se estamos diante de uma questão morfológica, onde o EN/EM é interpretado como morfema inicial ou se a questão é apenas fonética e, neste caso, a nasal, por ser mais alta, pode estar favorecendo o alçamento, conforme valiosa observação do professor César Augusto Reis.

3. Os ambientes DE/DES podem ser considerados morfológicos, já que em muitos casos são prefixos e, em outros, podem ser interpretados como tal pelos falantes.

BIBLIOGRAFIA

LEMLE, M. «Analogia na morfologia: um estudo de um caso». In: ————. **Revista Brasileira de Lingüística**, Petrópolis, Vozes, 1974. v. 1: 16-21.

MATTOSO CÂMARA JR., J. **Problemas de lingüística descritiva**. Petrópolis, Vozes, 1967.

MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA

Universidade Federal de Minas Gerais

Sobre os Reflexos Sociais da Mudança em Progresso

ABSTRACT: This paper is a discussion of the social reflexes of linguistic change in progress. In particular, it deals with the general validity of the evidence provided by the curvilinear pattern of social distribution, age differences, and the rôle of the women for the detection of linguistic change in progress. It is argued here that: a) lack of curvilinear pattern is not an indication of lack of change in progress; b) the rôle of the women in linguistic change depends on their rôle in society, and c) new changes can be originated in the lowest stratum in society.

Já no caso das variáveis estáveis (aquelas que não implicam em mudança em progresso), uma variante não-prestigiosa tem suas maiores freqüências de ocorrência nas classes mais baixas, decrescendo nas classes mais altas, numa distribuição nos moldes da Figura 2.

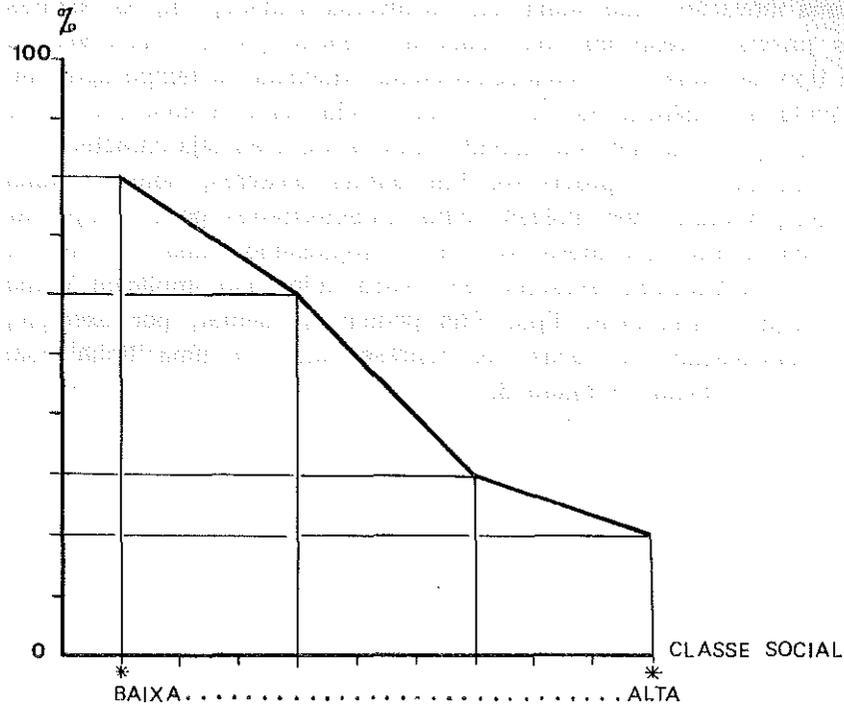


FIGURA 2

FIGURA 2: Padrão distribucional de variável estável

Ambos os padrões foram encontrados em vários estudos como, por exemplo:

a — **Padrão Curvilíneo: Mudança em Progresso**

(ch) — Cedergren, 1973.

(oh) — Labov, 1966.

(e) — Trudgill, 1971.

b — **Padrão de Variável Estável**

(th) — Labov, 1972.

(s) — Cedergren, 1973.

(r) — Cedergren, 1973.

(ing) — Labov, 1972.

(ing) — Trudgill, 1971.

A partir daí os casos de mudança em progresso — que são determinados por outros meios, como veremos — passaram a ter uma excelente indicação adicional para sua detecção: havendo padrão curvilíneo, temos mudança em progresso.

Com relação a faixa etária podemos observar o seguinte: nos casos de mudança em progresso as freqüências mais altas de realizações de uma inovação estão numa relação inversa a idade, i.e., os falantes mais jovens a realizam com mais freqüência que os mais velhos. Este tipo de evidência é conhecido como evidência do tempo aparente e, aliado à evidência do tempo real, é tido como a condição «sine qua non» para que um determinado caso de variação seja caracterizado como mudança em progresso. Em outras palavras, somente uma distribuição etária nos moldes acima caracterizados pode comprovar que uma determinada inovação está se propagando numa comunidade de fala. As variáveis estáveis, por outro lado, não implicam numa distribuição etária deste tipo. Elas podem apresentar, por exemplo, uma distribuição que pode ser representada por uma linha com vários picos, como na figura 3.

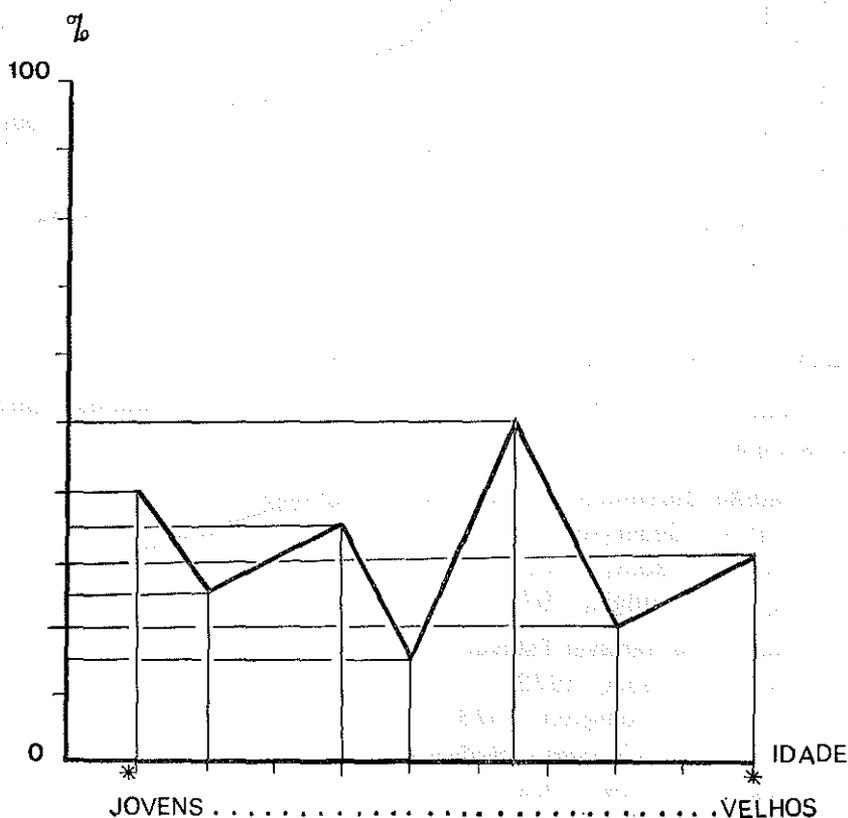


FIGURA 3

o que indicaria que não há nenhuma relação entre faixa etária e a variável em questão.

Com relação a sexo é necessário distinguir-se dois aspectos. Em primeiro lugar, as mulheres parecem ser mais sensíveis do que os homens no que se refere a formas de prestígio. E isso parece ser uma tendência universal. O fato é que as mulheres usam menos formas estigmatizadas do que os homens, no estilo de fala cuidada, sendo mais alertas ao padrão de prestígio. Esta tendência recebe confirmação de uma série de estudos independentes como, por exemplo, Fisher (1958), Levine & Crockett (1966), Anshen (1969), Trudgill (1971), entre outros. Contudo, há um segundo aspecto, que é o das mudanças em progresso. Netes casos o comportamento das mulheres não tem sido o mesmo. No estudo de algumas variáveis lingüísticas em Charmey, Suíça, realizado por Gauchat (1905), encontramos as mulheres liderando todos os casos de mudança em progresso. O mesmo resultado aparece no estudo de Labov (1966), em Nova Iorque, para as variáveis (eh) e (oh), e em Shuy, Wo fram & Riley (1967), para Detroit, para as variáveis (ae) e (a). No entanto, nem sempre as mulheres lideram as mudanças em progresso. Em casos como o da centralização de (ay) e (aw) na ilha de Martha's Vineyard (Cf. Labov, 1972: 42), são os homens que lideram o processo. O mesmo acontece no estudo de Trudgill (1971). Em função disso Labov (1972: 303) conclui que:

The correct generalization then is not that women lead in linguistic change, but rather that the sexual differentiation of speech often plays a major role in the mechanism of linguistic evolution. (...) We are dealing with some positive factor here, operating upon a subtle set of conventional social values. (...) The sexual differentiation of speakers is... an expressive posture which is socially more appropriate for one sex or the other.

Mesmo assim há uma tendência a se associar o sexo feminino a mudanças em progresso. Num trabalho recente Labov (1980: 260), discorrendo sobre o alçamento e a anteriorização de (ay^o), que é um caso de mudança em progresso, escreve:

It is worth noting that this is also the only change (em Filadélfia) where men are in the lead. For most of the linguistic changes

that have been traced so far, we find that women are about one generation ahead of men — at least in the early stages of the process. This is true in Philadelphia as well, except in the case of (ay^ə). There may be a connection between the normal curvilinear class pattern and the dominance of women in the advancement of sound change, but this direction of inquiry would carry us beyond the scope of the present report.

Em minha opinião a abordagem encontrada em Labov (1972) é mais judiciosa que a encontrada em Labov (1980). Ela reconhece o fato de que o comportamento das mulheres nestes casos não é sempre o mesmo, e evita qualquer generalização apressada. Além disso ela sugere alguns caminhos para se explicar este fato. É exatamente nesta direção que pretendo abordar a questão da relação entre sexo e mudança lingüística.

2. UM CASO DE MUDANÇA EM PROGRESSO EM PORTUGUÊS: (r)

Num trabalho anterior (Oliveira, 1981) procurei mostrar que é necessário fazer-se uma distinção entre (r) final em formas verbais e outros casos de (r) ((r) final em nominais e (r) interno) no que se refere à sua realização como Ø (i.e., r's não realizados foneticamente). Em resumo, procurei mostrar que realizações como **cantô** por **cantor**, **elevadô** por **elevador** e **mofologia** por **morfologia** são resultantes de uma mesma regra de cancelamento, representada aqui, em suas linhas gerais, por (1).

$$(1) \quad (r) \rightarrow \langle \emptyset \rangle / \text{—————} \left\{ \begin{array}{c} \# \# \\ C \end{array} \right\}$$

enquanto que realizações como **vendê** por **vender**, **cantá** por **cantar** e **qué** por **quer** não são resultantes de uma regra de cancelamento. A evidência para esta separação foi dada em termos estruturais e estilísticos. As questões a que me proponho agora são:

- 1ª — A regra variável (1) representa ou não mudança em progresso?
- 2ª — Qual o comportamento desta regra, no português de Belo Horizonte, em termos de classe social, sexo e faixa etária?

As freqüências de cancelamento do (r), em termos de idade, sexo e classe social podem ser vistas na Tabela 1, para o (r) final em nominais, e na Tabela 2, para o (r) interno. Os resultados probabilísticos para os dois casos podem ser vistos na Tabela 3.

TABELA 1

Cancelamento de (r) em posição final de palavra em nominais.
Fatores externos.

	FATORES	Nº APLIC.	Nº TOKENS	% APLIC.
Idade	— 20	210	531	38
	21 — 30	181	565	32
	31 — 40	67	276	24
	41 —	95	255	37
Sexo	Masculino	368	907	40
	Feminino	185	720	25
Classe	Baixa	133	309	43
	Trabalhadora	227	552	41
	Média Baixa	129	458	28
	Média Alta	64	308	20
		<u>553</u>	<u>1.627</u>	

TABELA 2

Cancelamento de (r) em posição interna.
Fatores externos.

	FATORES	Nº APLIC.	Nº TOKENS	% APLIC.
Idade	— 20	161	1459	11
	21 — 30	254	2218	11
	31 — 40	88	1014	8
	41 —	143	713	20
Sexo	Masculino	473	3168	14
	Feminino	173	2236	7
Classe	Baixa	141	812	17
	Trabalhadora	249	1742	14
	Média Baixa	148	1467	10
	Média Alta	109	1383	7
		<u>646</u>	<u>5404</u>	

TABELA 3

Resultados probabilísticos para os fatores das Tabelas 1 e 2.

	FATORES	P (r) INTERNO	P (r) FINAL
Idade	— 20	. 46	. 60
	21 — 30	. 50	. 53
	31 — 40	. 43	. 42
	41 —	. 60	. 46
Sexo	Masculino	. 58	. 55
	Feminino	. 42	. 45
Classe	Baixa	. 56	. 65
	Trabalhadora	. 51	. 55
	Média Baixa	. 51	. 46
	Média Alta	. 42	. 35

Trata-se de um caso de mudança em progresso ou não? Para responder-mos a esta pergunta teremos que examinar as evidências dos tempos real e aparente. Um exame da literatura sobre o problema (Cf. Oliveira, 1981) nos fornece as seguintes informações no que se refere ao tempo real:

a) Nas primeiras décadas do século XIX já havia alguma indicação de cancelamento de (r) em posição final dos nominais.

b) Nos meados do século XIX o cancelamento de (r) final em nominais já era um processo bastante saliente, fato este que é confirmado em alguns trabalhos do início do século XX.

c) Somente em trabalhos do final da década de 30 e início da década de 40, no século XX, é que encontramos indícios de cancelamento de (r) em posição interna (Vide também Votre, 1979).

Assim sendo, pode-se dizer que a regra de cancelamento se propagou de uma posição final para uma posição interna, onde ela é apenas incipiente. Considere-se agora a Tabela 3. No caso de cancelamento de (r) final em nominais temos também a evidência do tempo aparente para se falar de mudança em progresso: os informantes mais jovens, com menos de 30 anos de idade favorecem o cancelamento, enquanto que os mais velhos o desfavorecem. Por outro lado,

no caso do cancelamento do (r) interno não temos a evidência do tempo aparente para falarmos de mudança em progresso. Neste caso a probabilidade mais alta de cancelamento não está associada aos informantes mais jovens, e sim aos mais velhos (41 anos ou mais). Note-se também que em nenhum dos dois casos de cancelamento, final ou interno, encontramos o padrão curvilíneo no que se refere às classes sociais. O que encontramos é o padrão usualmente associado às variáveis estáveis, com as probabilidades mais altas de aplicação de regra associadas aos grupos sociais mais baixos, e vice-versa. Seriam estes resultados uma evidência contrária à caracterização do cancelamento de (r) como um caso de mudança em progresso? Penso que não. Considere-se, por exemplo, o trabalho de Labov (1972: 42-69) sobre a variável (r) em Nova Iorque. Em Nova Iorque há uma variação entre (r)'s não realizados foneticamente, ou (r-Ø), e (r)'s realizados foneticamente, ou (r-1). Numa comunidade que era caracteristicamente 'r-less', como Nova Iorque, (r-1) se constitui numa inovação. O trabalho de Labov mostra que na fala casual somente os falantes da classe média alta apresentam uma proporção substancial de (r-1). Mas seu trabalho mostra também que a grande maioria de (r-1)'s nesta classe social é fornecida pelos informantes mais jovens, com menos de 40 anos de idade. Os falantes mais velhos (+ de 40 anos), de qualquer classe, apresentam um comportamento bastante semelhante. A situação é basicamente a mesma na fala cuidada, muito embora haja aqui um aumento significativo de freqüências de (r-1) entre informantes entre 40 e 49 anos de idade, especialmente nos dois grupos mais altos da escala social. Em outras palavras, no trabalho de Labov, somente na classe média alta é que se pode encontrar evidência segura, em termos de tempo aparente, para se falar de mudança em progresso. O caso da variável (r) em Belo Horizonte é bastante semelhante ao caso da variável (r) em Nova Iorque. Considerem-se as Figuras 4 e 5.

Na Figura 4, para o cancelamento do (r) em posição final em nominais, pode-se ver que além do fato de os informantes com menos de 30 anos favorecerem mais o cancelamento do que aqueles com mais de 30 anos, eles apresentam também uma estratificação social bastante acentuada. Por outro lado, as diferenças de classe entre os informantes com mais de 30 anos, com exceção daqueles da classe baixa, são muito pequenas. Na Figura 5 encontramos, novamente, a mesma estratificação social entre os informantes mais jovens, e a mesma

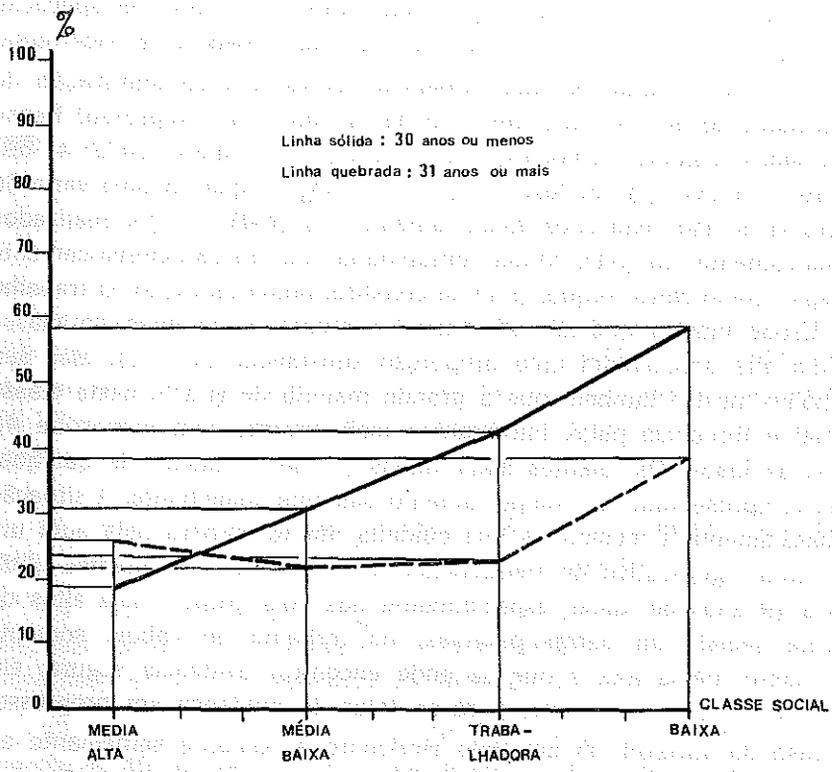


FIGURA 4

Média Alta Média Baixa Trabalhadora Baixa: Classe social

FIGURA 4: Cancelamento de (r) final em nominais por idade e classe social.

Linha sólida: 30 anos ou menos.
 Linha quebrada: 31 anos ou mais.

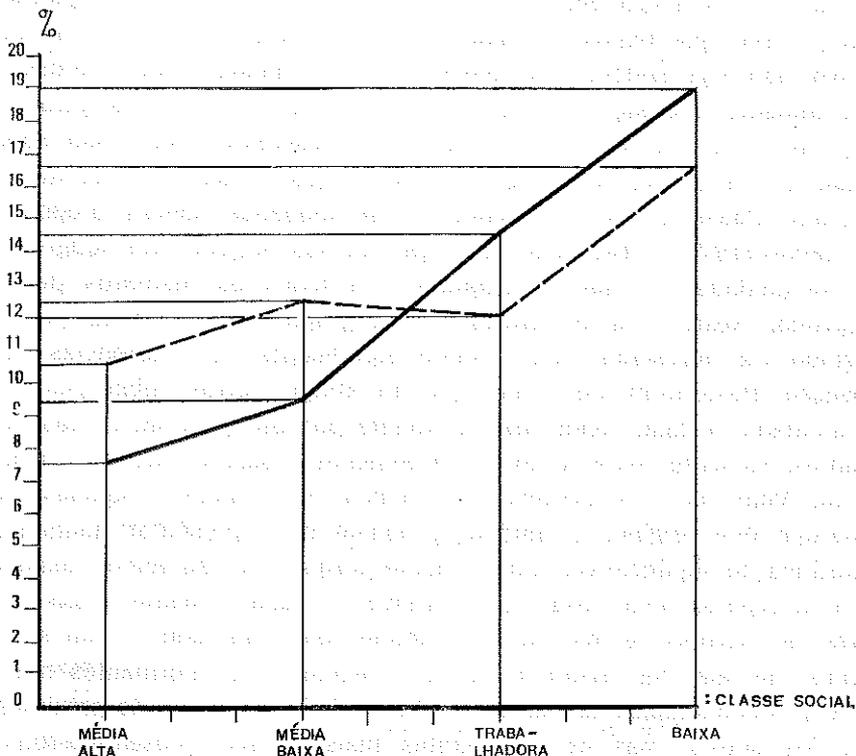


FIGURA 5

Média Alta Média Baixa Traba-lhadora Baixa: Classe Social

FIGURA 5: Cancelamento de (r) em posição interna por idade e classe social.

aproximação de freqüências entre os informantes mais velhos (excetuando-se novamente aqueles da classe baixa). Ou seja, como no caso de Nova Iorque, somente os informantes mais jovens apresentam uma estratificação social acentuada. Eu proporia então que, em vez de se considerar apenas a evidência do tempo aparente, consideremos também a estratificação social entre os informantes mais jovens como fator decisivo para se caracterizar um fenômeno lingüístico variável como um caso de mudança em progresso. A razão para isto é a seguinte: vamos supor que temos em mãos um caso para o qual, por algum motivo, não haja evidência de tempo real para mudança em progresso, mas somente diferenças etárias. Evidentemente isto não nos garante que tenhamos um caso de mudança em progresso. Mas caso seja mudança em progresso podemos esperar que certas características ocorram. Consideremos o mecanismo da mudança sonora proposto por Labov (1972: 178-80): a mudança tem sua origem num subgrupo da comunidade de fala, espalhando-se a todos os membros deste subgrupo. Neste estágio somente o subgrupo onde a mudança se originou irá apresentar um número significativo de ocorrências da inovação. Posteriormente a inovação irá atingir outros subgrupos da comunidade de fala, sendo levada adiante por gerações sucessivas de falantes. Somente neste ponto é que podemos observar a estratificação social. Além disso os falantes mais velhos, excetuando-se aqueles do subgrupo que originou a mudança, podem não apresentar nenhuma estratificação significativa, simplesmente porque já estão velhos demais para incorporar uma nova regra variável — que somente agora faz parte das normas de fala da comunidade como um todo — em seus hábitos de fala. Na Figura 4 temos o seguinte: os informantes mais velhos, exceto aqueles da classe social mais baixa, estão muito próximos uns dos outros, mas os informantes mais jovens apresentam uma estratificação social acentuada. Isto quer dizer que, exceto pelo grupo mais alto, os informantes mais jovens levaram a mudança adiante, além do modelo estabelecido por seus pais. Na Figura 5, onde encontramos as freqüências para o aspecto mais recente do cancelamento de (r), a situação é muito parecida com a da Figura 4, a não ser pelo fato de os informantes mais jovens das duas classes mais altas estarem aquém dos informantes mais velhos. Assim sendo, a aproximação das freqüências para os informantes mais velhos em ambas as figuras indica que houve um ponto no qual o cancelamento de (r) não era socialmente estratificado na comunidade de fala de Belo Horizonte.

Além disso, o comportamento diferencial, em ambas as figuras, dos informantes da classe baixa não é um problema, e sim uma evidência forte para se mostrar que o subgrupo que adotou o cancelamento de (r) como um indicador, que depois se propagou para outros grupos sociais, foi o grupo social mais baixo. Ou seja, as Figuras 4 e 5 sustentam a idéia de que as mudanças podem se originar nos grupos mais baixos da sociedade, i.e., a falta de um padrão curvilíneo, quando todos os informantes são considerados conjuntamente, não indica ausência de mudança em progresso. Voltarei a este ponto na seção 2.

Resta-nos examinar ainda a seguinte questão: se o cancelamento de (r) é um caso de mudança em progresso, qual é o comportamento dos homens e das mulheres em relação a este processo? Estariam as mulheres liderando mais este caso de mudança? Homens e mulheres de classes sociais diferentes têm o mesmo comportamento? Consideremos, em primeiro lugar, o cancelamento do (r) interno. De um total de 5.404 casos de (r) interno, 646 foram cancelados (Cf. Tabela 2). Na Tabela 4 estão combinados **sexo** e **classe social** para o (r) interno.

TABELA 4

Cancelamento do (r) em posição interna por sexo e classe social.

CLASSE SEXO	BAIXA	TRABALHADORA	M. BAIXA	M. ALTA
	Masculino	109/630 17.3%	224/1364 16.4%	83/428 19.4%
Feminino	32/182 17.6%	25/378 6.6%	64/1039 6.1%	52/637 8.1%

Na tabela 4 podemos observar um grande distanciamento entre as freqüências de cancelamento de (r) de homens e mulheres nas classes trabalhadora e média baixa. Considere-se agora a Tabela 5, para o cancelamento de (r) final em nominais.

TABELA 5

Cancelamento de (r) em posição final em nominais por
sexo e classe social

CLASSE SEXO	BAIXA	TRABALHADORA	M. BAIXA	M. ALTA
Masculino	89/197 45.1%	165/405 40.7%	81/167 48.5%	33/138 23.9%
Feminino	44/112 39.3%	62/147 42.1%	48/291 16.5%	31/170 18.2%

Na Tabela 5 temos, novamente, o mesmo distanciamento de freqüências entre homens e mulheres da classe média baixa. Para testar a significância das diferenças entre homens e mulheres nas duas Tabelas (4 e 5), apliquei um teste Qui-quadrado em todos os pares. E somente em três pontos as diferenças são significantes:

Tabela 4: Classe Trabalhadora — $\chi^2 = 28.72$, nível .001, 1gl

Tabela 4: Classe Média Baixa — $\chi^2 = 50.55$, nível .001, 1gl

Tabela 5: Classe Média Baixa — $\chi^2 = 57.40$, nível .001, 1gl

Como interpretar estas duas Tabelas? Em primeiro lugar, parece claro que os homens estão liderando o cancelamento de (r), e não as mulheres.¹ Além disso as Tabelas 4 e 5 sugerem também que o cancelamento de (r) se originou nos grupos mais baixos. Considere-se, em primeiro lugar, a Tabela 5. Nesta Tabela as percentagens mais baixas para os homens são encontradas na Classe Média Alta. Portanto, este grupo pode ser deixado de lado como sendo o grupo onde o processo se originou. Nos outros três grupos os homens apresentam freqüências semelhantes, e nos dois grupos mais baixos as mulheres estão muito próximas dos homens em suas freqüências. Esta situação sugere uma das duas possibilidades:

- A) A mudança se originou nos grupos centrais, de onde se propagou para os grupos mais baixos. As mulheres da classe média baixa, por sua vez, apresentam hipercorreção, sendo este o motivo do grande distanciamento de freqüências entre homens e mulheres neste grupo social.
- B) A mudança se originou no grupo mais baixo, com os homens na liderança. As mulheres, por sua vez, adotaram a mudança, começando nos grupos mais baixos, sem atingir nas classe médias as mesmas proporções que os homens.

Tanto em (A) quanto em (B) os falantes da classe média alta, homens e mulheres, são os últimos a serem atingidos pela mudança. Se considerarmos somente a Tabela 5, não há como se decidir entre A e B. Mas se considerarmos a Tabela 4, somente B é viável. A Tabela 4 mostra que o aspecto mais novo do cancelamento de (r), em posição interna, atingiu igualmente os falantes do sexo masculino, excetuando-se os da classe média alta. Contudo, somente as mulheres da classe baixa apresentam freqüências de cancelamento de (r) semelhantes às dos homens. Ou seja, a Tabela 4 corrobora o que já foi dito antes, i.e., o cancelamento de (r) é um caso de mudança com origens nos grupos mais baixos da escala social. A questão agora é a seguinte: como é que estes fatos se coadunam com as propostas recentes sobre os correlatos sociais da mudança em progresso? Examinarei esta questão na seção seguinte.

3. O PAPEL DAS VARIÁVEIS SEXO E CLASSE SOCIAL NA MUDANÇA EM PROGRESSO

Pelo que foi visto nas seções anteriores, o cancelamento de (r) é, em Belo Horizonte, um caso de mudança em progresso que contraria duas expectativas: as mulheres não lideram esta mudança, e nem encontramos o padrão curvilíneo na distribuição social.

Consideremos, em primeiro lugar, a questão do papel das mulheres na mudança lingüística em progresso. Como já vimos antes, as mulheres lideram a grande maioria das mudanças em progresso encontradas na literatura. Labov (1980: 261-2) caracteriza os falantes mais avançados numa mudança sonora da seguinte maneira:

... the persons with the largest number of local contacts within the neighborhood, yet who have at the same time the highest

proportion of their acquaintances outside the neighborhood. Thus we have a portrait of individuals with the highest local prestige who are responsive to a somewhat broader form of prestige at the next larger level of social communication.

Na sociedade brasileira são os homens, e não as mulheres, que desfrutam de uma mobilidade maior, tanto dentro quanto fora de sua vizinhança imediata. Assim sendo, o fato de os homens, e não as mulheres, estarem liderando no cancelamento de (r) pode ser encarado como uma conseqüência de sua maior mobilidade. Mas, se isto é assim, pode-se dizer que o papel das mulheres nas mudanças lingüísticas depende de seu papel na sociedade. É bem verdade que as mulheres são mais atentas ao prestígio do que os homens. Mas isto se aplica a todos os tipos de prestígio, e não somente ao prestígio lingüístico. Assim, caso uma mudança produza formas não prestigiosas, como é o caso com o cancelamento de (r), e na hipótese da caracterização feita por Labov dos falantes mais avançados estar correta, então não há nada de místico a respeito do papel das mulheres, per se, na mudança lingüística. Tudo dependerá de seu papel na sociedade. E em nossa sociedade as tendências ainda não são estabelecidas pelas mulheres.

Consideremos agora a questão da estratificação social. O caso do cancelamento do (r) fornece alguns fatos interessantes que podem ser confrontados com as teorias existentes sobre a estratificação social da linguagem. Segundo Labov (1972: 295), as mudanças fonológicas comuns («change from below») não se originam na camada mais alta da sociedade. Ele sugere também que as mudanças que são eventualmente introduzidas pelos grupos mais altos são inovações «mais ou menos conscientes», emprestadas de outros dialetos:

Innovation by the highest-status group is normally a form of borrowing from outside sources, more or less conscious; with some exceptions these will be prestige forms (290).

Assim, as inovações de prestígio teriam seu pico nos grupos mais altos da sociedade, enquanto que as mudanças comuns, que são as que nos interessam aqui, terão seu pico noutra ponta da escala social.

O que se deve notar aqui é que as explicações de Labov se apóiam, basicamente, na noção de **prestígio**, i.e., independentemente do ponto na sociedade onde uma mudança se origina, ela será assimi-

lada por falantes que consideram o grupo que incorpora a mudança como seu modelo social. Kroch (1978) propõe uma explicação alternativa para as mudanças fonológicas comuns, baseada na noção de **ideologia**. Na abordagem de Kroch, as mudanças fonológicas comuns, que são processos foneticamente motivados, surgem no sistema como um todo. A estratificação social irá surgir porque o grupo de elite

... characteristically resists normal processes of phonetic conditioning (both articulatory and perceptual) that the speech of non-elite strata regularly undergo (18).

Segundo Kroch, os falantes dos grupos de elite procuram, então, se diferenciar dos falantes de outros grupos. Contudo, há um fato que é um problema para ambas as teorias. Kroch escreve

His (Labov's) theory still gives one no reason to expect the speech of the common people to be more open to phonetic conditioning than that of the elite. In fact, his pluralistic conception of prestige leads one to expect change to originate equally at all social levels and social dialect variation to be, therefore, linguistically random (23).

Mas o fato é que as mudanças lingüísticas comuns não se originam em qualquer ponto da sociedade. Assim, Labov escreve

... whenever age distributions and earlier reports indicate that there may be sound change in progress the highest social class lags behind. Furthermore, it also appeared that the lowest social group was less advanced, a finding not anticipated in Kroch's argument. In each case of sound change in progress located, the variables display a curvilinear pattern of social distribution, where the innovating groups are located centrally in that hierarchy: the upper working class or lower middle class (1980: 254).

O problema é o seguinte: nem todas as possibilidades permitidas por cada uma das duas teorias são corroboradas pelos estudos socio-lingüísticos. O caso do cancelamento do (r) não se encaixa em nenhuma das duas teorias. O cancelamento do (r) interno, por exemplo, dificilmente seria um processo contra o qual os grupos de elite reagiriam,

uma vez que este é um processo do qual a maioria das pessoas não está consciente. Por outro lado, não encontramos o padrão curvilíneo em nenhum dos dois aspectos do cancelamento do (r). A questão é a seguinte: são realmente necessárias as noções de prestígio e/ou ideologia para se explicar a estratificação social do cancelamento do (r)? Penso que não, e proponho o seguinte: a estratificação social é um resultado direto da maneira pela qual a sociedade se organiza. Uma vez que sociedades diferentes se estruturam de modos diferentes, é de se esperar que diferentes padrões de estratificação social da linguagem sejam encontrados. As novas mudanças serão levadas adiante, nos centros urbanos, por aqueles grupos cujas características sociais determinam as características sociais gerais da comunidade. O padrão curvilíneo foi encontrado em centros industrializados no hemisfério norte, como Nova Iorque (Labov, 1966), Norwich (Trudgill, 1974) e Filadélfia (Labov, 1980). Foi encontrado também na cidade do Panamá (Cedergren, 1973). O impacto das classes trabalhadoras, por exemplo, não é o mesmo em países industrializados e não industrializados. Nos Estados Unidos e Grã-Bretanha a maior parte da população não se localiza nem nos grupos mais altos nem nos mais baixos da sociedade. Estes países têm uma classe trabalhadora e uma classe média bastante populosas, com suas subdivisões internas. Nos países não industrializados, ou naqueles onde o processo de industrialização é recente, estes grupos intermediários não constituem o grosso da população. Desconheço a situação do Panamá, mas o Brasil foi, até a Segunda Guerra Mundial, um país essencialmente agrícola, com uma economia baseada no café. Evidentemente havia uma classe trabalhadora. Mas esta era pequena e não influente. Com a migração em massa das áreas rurais para os centros urbanos a classe baixa cresceu numericamente, enquanto que a classe trabalhadora está surgindo como classe de peso com a industrialização do país. O fato é que nos centros urbanos brasileiros o espectro social pode ser representado por uma pirâmide, com o grupo mais alto situado em seu vértice. Assim, o padrão da estratificação social do cancelamento do (r) não é nada mais que um reflexo direto da estruturação da sociedade na cidade de Belo Horizonte.

Evidentemente serão necessárias pesquisas adicionais em contexto sociais semelhantes ao de Belo Horizonte, dentro e fora do Brasil, para que possamos refinar e entender melhor os aspectos sociais da mudança lingüística. O caso apresentado aqui não irá, é claro,

jogar por terra as hipóteses interessantes que já foram levantadas até agora. E nem é essa a intenção do artigo. Antes, ele pretende sugerir um reexame do assunto.

NOTAS

1. Um caso semelhante, onde os homens lideram uma mudança, é registrado por Modaresi (1976: 130-1) no persa moderno, para o cancelamento de oclusivas em clusters consonantais em posição final de palavra.

BIBLIOGRAFIA

- ANSHEN, F. **Speech variation among Negroes in a small Southern community.** (Dissertação doutoral inédita) New York University, 1969.
- CEDERGREN, H. **The interplay of social and linguistic factors in Panama.** (Dissertação doutoral inédita) Cornell University, 1973.
- FISCHER, J. L. «Social influences on the choice of a linguistic variant», In: ———. **Word** 14: 47-56, 1958.
- GAUCHAT, L. 'L'Unité phonétique dans le patois d'une commune'. In: ———. **Aus Romanischen Sprachen und Literaturen: Festschrift Heinrich Mort.** Halle: Max Niemeyer, 1905. pp. 175-232.
- KROCH, A. S. 'Towards a theory of social dialect variation', In: ———. **Language in Society**, 1978. 7:17-36.
- LABOV, W. **The social stratification of English in New York City**, Washington, D.C.: Center for Applied Linguistics, 1966.
- LABOV, W. **Sociolinguistic Patterns**, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1972.
- LABOV, W. 'The social origins of sound change', In: Labov, W. (ed.) **Locating Language in Time and Space**, New York, Academic Press, 1980.
- LEVINE, L. & H. J. Crockett, Jr., 'Speech variation in a piedmont community postvocalic', In: Liberson, S. (ed.). **Explorations in Sociolinguistics**, edição especial do Sociological Inquiry 36 (2), 1966.
- MODARESSI, Y. **A Sociolinguistic analysis of Modern Persian**, (Dissertação doutoral inédita), University of Kansas, 1978.
- OLIVEIRA, M. A. 'Reanálise de um problema de variação', In: ———. **Português: Estudos Lingüísticos**, Série Estudos, Uberaba, MG, 1981. vol. 7, F.I.S.T.A., pp. 23-51.
- SHUY, R., W. Wolfram & W. K. Riley. **A study of social dialects in Detroit**, Final Report, Project 6-1347. Washington, D.C.: Office of Education, 1967.
- TRUDGILL, P. **The social differentiation of English in Norwich**, (Dissertação doutoral), Edinburgh University, 1971.
- VOTRE, S. J. 'Aspectos da variação fonológica no Rio de Janeiro', In: ———. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, RS, 1979. n° 37, pp. 36-52.

A Ordem VS em Português

ABSTRACT: This paper investigates the status of VS order in Portuguese. The rules of subject posposing found in traditional grammars are listed, then some data of written and oral language are examined, in order to see if those rules are alive in contemporary language. The frequency of VS order in both varieties is compared and it is concluded that VS order is a marked order, not very frequent in written language and less in oral language. Finally, some functional explanation of the phenomenon is given.

Se considerarmos preferentemente as sentenças principais declarativas com verbo transitivo, diremos que em Português a ordem normal, não-marcada, dos elementos da oração é SVO (sujeito-verbo-objeto). Assim, a seguinte é uma sentença típica do Português:

«O leão devorou o menino».

Sabemos que esta ordem tem valor sintático porque, se mudarmos a seqüência dos elementos, o significado muda. A seguinte S não significa o mesmo que a anterior, pelo contrário:

«O menino devorou o leão».

Esta é a regra que vigora para as sentenças com verbo transitivo e sua função, nitidamente, é assegurar o significado. Se colocarmos o sujeito de uma oração transitiva depois do verbo, surge o perigo da ambigüidade, como se vê na sentença que segue:

«Devorou o menino o leão».

Neste caso, não se pode dizer se foi o menino que devorou o leão ou se foi o contrário que aconteceu.

A posposição do sujeito em orações transitivas é possível desde que o contexto assegure a interpretação correta, ou em casos (humor, por exemplo) em que se busque propositalmente a ambigüidade. Na literatura, por exemplo, encontram-se inversões do tipo acima. Meu propósito aqui, porém, não é estudar estes casos de inversão que parecem mais comuns na língua literária. Quero apenas ressaltar que o uso da língua é sempre um uso inteligente e não mecânico, de modo que, quando não há perigo de confusão é possível a inversão, mesmo no caso de orações transitivas. O que reafirma a finalidade da ordem que se observa na 1a. S: ela existe para assegurar a comunicação.

Drummond pôde inverter a ordem no exemplo a seguir, colocando o verbo no princípio, em seguida o sujeito e depois o objeto (VSO) porque a distinção animado/inanimado entre os dois SNs faz com que só o primeiro SN seja possível como sujeito:

«Debatem os lazaristas
o grave dilema» (C.D.A. 22)

Já a anteposição do objeto indireto é possível nesta outra S porque a preposição o distingue do sujeito (ambos são animados):

«fala ao padre lazarista
o emissário paulista» (C.D.A. 19)

No exemplo seguinte, a ordem SOV é possível por causa do pronome, porque o verbo **esperar** supõe sujeito animado:

«As crianças tudo esperam» (M. Y. 38).

Estas afirmações parecem óbvias, mas durante algumas décadas essa «inteligência» do falante no uso da língua não foi levada em conta, com a hegemonia dos lingüistas mecanicistas, que acreditavam que a gramática era um mecanismo de regras automáticas. Atualmente já é possível escapar deste dogmatismo e admitir que as regras sintáticas têm uma finalidade, que é assegurar a comunicação e que não se aplicam cegamente. A diferença está em que o falante não é um autômato, ele usa as regras na medida em que elas são necessárias. Quando é possível violá-las sem prejuízo da clareza para conseguir algum efeito extra (como na literatura tanto se vê) elas são violadas.

Os lingüistas gerativistas, por exemplo, ao analisar a ordem das palavras, como faziam com outros fatos da língua, queriam estabelecer regras que especificassem de maneira mecânica quando a inversão era possível. A discussão sobre ordem de palavras na gramática gerativa se centrou no problema de qual ordem era a básica, a que devia figurar na estrutura profunda. Assim, Mc Cawley (1970) quis provar que o inglês era uma língua basicamente VSO, e Perlmutter, segundo Berman (1974) quis fazer o mesmo em relação ao português. A discussão dos gramáticos gerativos, porém, a meu ver, estava equivocada, inclusive porque desconhecia a diferença fundamental de comportamento entre as orações transitivas e as intransitivas. Arlene Berman, por exemplo (1974), que refuta Mc Cawley e Perlmutter, usa argumentos quase todos de orações transitivas para mostrar que estas línguas são SVO. Já Perlmutter (1976) em seu trabalho sobre o português usa quase exclusivamente orações intransitivas. O fato é que, se olharmos somente orações transitivas, encontraremos uma predominância massiva de SVO. Já se olharmos orações intransitivas,

esta estatística é diferente: a ocorrência de VS é mais significativa. Mattoso Câmara Jr observou que a inversão do sujeito se dá «quando não há um objeto direto para opor, pela colocação, ao sujeito ou quando mesmo com objeto direto, o mecanismo da concordância pode entrar em ação. Daí, a freqüente posposição do sujeito — a) com verbos intransitivos, b) com verbos transitivos desde que o sujeito e o objeto direto são de número nominal diferente. Ex.: Chegaram os viajantes; Viram os meninos um lobo». Ainda observa a ocorrência de VS «desde que a compreensão geral do contexto o indica implicitamente: Comeu o lobo o menino» (1976: 253).

Vanda Bittencourt (1979) que estudou a posposição do sujeito na perspectiva da Gramática Transformacional, declara que esta regra «se aplica a estruturas com verbos intransitivos» (p. 80) «deixando de atuar em estruturas com verbos transitivos» (p. 84) ressaltando o caso das orações passivas.

Na verdade, a maioria esmagadora dos casos de ordem VS se encontra com verbos intransitivos, como veremos a seguir. Mas é possível com transitivos, desde que a compreensão o permita. Há até casos em que se encontra o verbo seguido de dois SNs e apenas a ordem distingue o que é sujeito do objeto. Neste caso, que é raro, o que vem 1º é o sujeito (ordem VSO). Encontrei casualmente estes exemplos em Silveira Bueno (1958):

«Nas orações gerundiais **fixará** a língua clássica a ordem: verbo sujeito, (...)» (p. 225).

«Nas orações intercaladas **fixou** também a língua a ordem: predicado sujeito (id.).

Nestes exemplos, parece que a ordem está nos indicando o que é sujeito e o que é objeto, pois o 1º SN é que é o sujeito. Mas é possível que seja o sentido da S que nos dá a indicação, de modo que não vou arriscar nenhuma hipótese com dados tão rarefeitos.

No presente trabalho, pretendo verificar a extensão do fenômeno da ordem VS em Português, sua ocorrência em língua escrita e oral, sua freqüência, e procurar uma explanação com base na Análise do Discurso.

O PROBLEMA DA COLOCAÇÃO DO SUJEITO NAS GRAMÁTICAS

Nossos gramáticos não deram a devida atenção ainda ao fenômeno da ordem das palavras em Português. Contreras (1976), que estuda esse fenômeno em espanhol, assinala que esse descaso é geral: nem os gramáticos indus, nem gregos, nem romanos, nem mesmo os de Port Royal estudaram com grande interesse o problema da ordem. Dos gramáticos lógicos herdaram os nossos a concepção de que a ordem SVO refletia uma ordem «natural» do pensamento. Ver por exemplo Celso Cunha: «Em português, como nas demais línguas românicas, predomina a **ordem direta**, isto é, os termos da oração se dispõem preferentemente na seqüência: sujeito + verbo + objeto direto + objeto indireto ou sujeito + verbo + predicativo» (1976: 168).

Greenberg (1978) veio mostrar que as línguas do mundo tanto usam a ordem SVO, como VSO, SOV e outras, o que indica que não existe uma ordem «natural» para as palavras na frase.

Conforme assinala Contreras, «a única escola estruturalista que devotou alguma atenção à ordem das palavras é a escola de Praga, particularmente Mathesius (1928) e mais recentemente Firbas (1964, 1966) e Danes (1967), entre outros» (1976: 15).

AS GRAMÁTICAS DO PORTUGUÊS

Apesar de tudo, encontramos em Epiphânio Dias (1969) uma descrição sistematizada dos casos em que o verbo ocorre antes do sujeito em Português. Observa ele que se pospõe o sujeito ao verbo nos seguintes casos:

a) «Nas or. principais que designam o discurso de outrem, quando se intercalam no discurso ou vão no fim d'elle vae o sujeito depois do verbo: «Não me enfada nada — **redarguiu este**».

b) «Quando uma or. interrogativa direta começa pela expressão interrogativa e esta não encerra o sujeito, pospõe-se o sujeito ao verbo».

c) «Quando o sujeito é um nome não precedido de artigo definido, pospõe-se não havendo emphase:

1) Aos verbos **existir**, **aparecer**, **ocorrer** e aos de significação semelhante;

2) Aos verbos de sentido passivo» (p. 310).

d) «Quando os pron. **isto, isso, aquilo, o mesmo, este, esse, aquele, o mesmo** (com os seus substantivos) sendo complementos do predicado, se transportam emphaticamente para o princípio da or. (principal), o sujeito pospõe-se ao verbo:

«Isto fazem os principes alheos de soberba» (p. 311).

e) «Quando o n. predicativo se colloca emphaticamente antes do verbo, o sujeito vae usualmente depois do verbo: Impio é elle!».

f) «O sujeito de uma or. infinitiva não precedida de prepos. (exceto a prepos. **a**, em sentido temporal) pospõe-se normalmente ao infinitivo de verbos intransitivos ou passivos (nos tempos compostos pode ir depois do auxiliar).»

g) Nos participios absolutos, o sujeito colloca-se depois do participio (em tempo composto, depois do auxiliar, ou depois de todo o participio) (...): «Acabada a solennidade daquelle acto...» (p. 312).

Segundo Epiphanio, esta regra é do Português moderno: «anteriormente o sujeito antepunha-se ou pospunha-se indiferentemente».

h) «Quando aos verbos **deixar, fazer, mandar, ouvir, sentir, ver** se liga um infinitivo referido ao compl. directo d'estes verbos, o compl. directo não sendo pron. pessoal, ou relativo, ou interrogativo pode ir depois do infinitivo». (p. 312).

Sousa da Silveira (1960) apresenta regras iguais às de Epiphanio mas quanto ao caso f) lembra que se o infinitivo tiver «objeto, predicativo ou complemento circumstantial, a ordem direta é preferível e algumas vezes até se impõe:

«vira Alvaro falar a Cecília»;

«ouvindo as aves piarem nas ramas» (p. 251).

Ou seja, a ordem VS é encontrável com verbos intransitivos de preferência. Com verbos transitivos ela será restrita, a fim de assegurar a perfeita comunicação.

Acrescenta ainda um outro caso, o das orações **optativas**:

«Pudera eu dilatar-lhe a vida!» (id.).

Sousa da Silveira é mais preciso quanto às or. interrogativas: «Idem nas orações interrogativas em que a interrogação é feita pelos pronomes, adjetivos ou advérbios **que, qual, quem, quanto, como, quando, porque, onde** etc.: Que caraminhola é essa? Quanto tinha ele?» (251).

Também é mais esclarecedor quanto aos «verbos reflexos de sentido passivo»: «Encomendaram-se às mães da Ajuda as compotas e marmeladas: lavaram-se, arearam-se, puliram-se as salas, escadas, castiçais, arandelas, as vastas mangas de vidro, todos os aparelhos do luxo clássico». (M. de Assis, Brás Cubas, 39).

Silveira Bueno (1968) acrescenta ainda aos casos de Epiphânio e Souza da Silveira:

a) no estilo narrativo: «... Foi um homem ao mato...»

b) nas orações exclamativas: «Como é tão belo o sol!».

c) nas orações imperativas: «Não suba o sapateiro além da chinela»

d) nas orações com verbo impessoal, cujo sujeito é a frase imediata: «Convém que se diga a verdade».

Cunha (1976), como vimos atrás, considera SVO como a «ordem direta» e a que predomina em nossa língua. Mas acrescenta: «Esta preferência pela **ordem direta** é mais sensível nas orações enunciativas ou declarativas (afirmativas ou negativas)». E exemplifica com quatro orações, todas transitivas. Ressalta, em seguida, que nossa língua permite as inversões com mais facilidade do que outras línguas, sendo que algumas inversões até «se tornaram para nós uma exigência gramatical». Para ele, as inversões de natureza estilística têm por fim realçar o sujeito. Considera ele que enquanto a maneira de realçar o sujeito é pospô-lo ao verbo, realça-se o predicativo antepondo-o ao verbo. E oferece os seguintes exemplos, sendo o 1º de realce do sujeito e o 2º de realce do predicativo (p. 168-69), segundo ele:

«Sublime **és tu, bradei eu**, lançando-lhe os braços ao pescoço» (M. de Assis, OC, I, 547).

«**Curta** foi a visita de Rubião» (M. de Assis, OC, I, 611).

Não é possível deixar de notar que, embora seja bastante atraente a teoria de que as inversões tenham por finalidade realçar o elemento deslocado, ela se torna bastante implausível no momento em que se verifica que na mesma frase, ao mesmo tempo que o sujeito foi posposto, o predicativo foi anteposto, como acontece nos dois exemplos acima. Parece-me que, se a finalidade é realçar um elemento, não se pode realçar o outro também ao mesmo tempo. E como decidir, nesses casos, qual foi o elemento realçado? Cunha arbitrariamente considera o 1º exemplo como de realce de sujeito e o 2º como realce do predicativo. Mas poderíamos trocá-los, pois os exemplos são idênticos. Não vejo como sustentar, portanto, esta idéia, aliás muito vaga, de realce.

Há ainda um outro problema com o 1º exemplo de Cunha: é que ele sublinhou a frase intercalada **bradei eu**, levando-nos a pensar que esta é uma inversão estilística. No entanto, mais adiante ele cita as orações intercaladas entre os casos de inversão gramatical. Parece-me um pequeno lapso. No mais, Cunha apresenta um resumo das regras que Epiphânio e outros já haviam estabelecido. Apenas uma é novidade, em relação à que já examinamos: «nas orações subordinadas adverbiais condicionais construídas sem conjunção: **Aprendêssemos nós** essa mensagem...» (p. 171).

É digna de nota, também, a observação que ele faz de que «nas orações que se iniciam pelo predicativo, pelo objeto (direto ou indireto) ou por um adjunto adverbial» se dá geralmente a VS.

Epiphânio já notara a VS quando se antepõe objeto e predicativo (ver regra c e d). A novidade aqui é em relação ao adjunto adverbial que não havia sido ressaltado pelos outros gramáticos.

Os exemplos de Cunha mostram a VS ocorrendo junto com a anteposição desses outros elementos da S (p. 172):

«Este é o mistério do meu coração» (M. de Assis, OC, II, 257).

«Essa justiça vulgar, porém, não me **soube fazer o velho mestre**» (R. Barbosa, R, 86).

«As advertências do velho Campos **sucederam as desconfianças de D. Glória**» (J. L. do Rego, E, 250).

«Na casa de Aristarco reinava o maior silêncio» (R. Pompéia, A, 266).

Pergunta-se também, a respeito destes exemplos, como no caso do predicativo: a que elemento se quis realçar, o anteposto ou o posposto? E por que esses exemplos são considerados de natureza gramatical mas os primeiros de natureza estilística?

O americano Earl Thomas fez observações interessantes sobre o português falado no Brasil. Ele abre seu livro com um capítulo intitulado: **Ordem das sentenças declarativas**. Este é seu primeiro parágrafo (tradução minha): «**Ordem standard**»: A ordem usual de uma sentença declarativa é sujeito, verbo e objeto direto ou complemento nominal, com o objeto indireto variando de posição em relação ao objeto direto. Há, contudo, uma liberdade considerável na variação dessa ordem, embora menos em Português do que em Espanhol e menos em **brasileiro falado** do que na língua literária. As mesmas práticas são seguidas nas orações subordinadas e nas principais, com as exceções notadas no § 3b abaixo» (p. 3). Em seguida ele trata das mudanças de posição do sujeito. Afirma que a VS é usada para enfatizar o sujeito, repete alguns casos que outros gramáticos já haviam assinalado, mas observa também a VS (p. 3-6):

- a) em sentenças muito curtas, com mais ênfase no sujeito:
«Aqui estou eu». «Lá vêm eles».
- b) com o verbo **ser**: «Quem esteve aqui? **Fomos nós**».
- c) para evitar abrir uma S com um nome sujeito não modificado:
«De vez em quando apareciam casas ao longo da estrada».
Mas nota que também se encontra: «Mulheres passavam na estrada».
- d) com **ao** e infinito pessoal: «Ao chegarmos João e eu...».
- e) com infinitivo perfeito: «Foi ótimo ter seu filho ganho uma bolsa».
- f) com certos verbos: «Alguns verbos são quase sempre seguidos por seus sujeitos. Em alguns casos o verbo recebe mais ênfase do que o sujeito; em outros a situação é revertida.

A maioria dos verbos expressa uma afirmação ou negação de existência: existir, faltar, sobrar, ficar (restar), aparecer, surgir, sumir» (p. 5).

Em relação às orações exclamativas, ele acha que o sujeito tende a seguir o verbo se aquele é mais longo: «Que caras estão as casas!». «Como é bonita aquela moça!».

Em relação às interrogativas, esclarece que a ordem varia conforme o tipo de pergunta: sem uma palavra interrogativa, a ordem é igual à declarativa. A ordem muda quando a palavra interrogativa não é sujeito (como diz Epiphanyo). Mas ele vai mais além: se o sujeito é um pronome, ele pode preceder ou não o verbo «desde que não haja possibilidade de confusão»: Que acha você? «O que você acha?». Se tanto o sujeito quanto o objeto são pessoas, o sujeito **deve** preceder o verbo: «Quem você viu?».

X Veja-se a relação destas regras de Thomas com o que afirmei no princípio: desde que não haja possibilidade de confusão, a ordem é mais livre.

No 1º exemplo de Thomas (Que acha você?), um pronome é + animado, o outro -animado, logo não há possibilidade de confusão. Já se ambos forem pessoas, tem que haver ordem, porque não será possível distinguir sujeito de objeto. Isto porque de modo geral, os sujeitos, principalmente de verbos transitivos, são agentes e portanto animados, enquanto os objetos são pacientes e, portanto, quase sempre inanimados. Assim, com um verbo ativo, como **fazer**, se há um SN animado e outro inanimado, nosso conhecimento do mundo nos leva a identificar o animado como sujeito e o inanimado como paciente. Já no 2º exemplo, o verbo é **ver** e o objeto pode ser +animado, então «Quem viu você?» é diferente de «Quem você viu?».

Vê-se aí a intervenção, no uso da língua, do conhecimento semântico e pragmático.

Outra observação interessante de Thomas a respeito das interrogativas: «É mais provável o sujeito seguir o verbo se ele é um nome, especialmente se é modificado: Quantos comprou o farmacêutico?» (p. 309).

Com um advérbio interrogativo ele acha que há «de algum modo maior probabilidade de colocar o sujeito depois do verbo: «Para onde vai você?» (id.).

Por outro lado, para ênfase do sujeito, ele pode ser colocado antes da palavra interrogativa: «Você o que acha?».

Quando se põe «é que», segundo Thomas a ordem da oração interrogativa é a mesma da declarativa: «De quem é que você está falando?» (p. 310).

Thomas diz que não observou tendência de colocar o sujeito em orações interrogativas depois dos complementos do predicado, mesmo quando existe a VS, e que perguntas como «É bonita a moça?» indicam um «afterthought» (pensamento ulterior).

Em tempos compostos, diz que «o sujeito quase sempre precede o verbo» e que no «brasileiro falado» não se coloca o sujeito nem depois do auxiliar nem depois do sintagma verbal: «Você já tinha feito a barba?».

OBRIGATORIEDADE DA ORDEM VS

Os gramáticos nem sempre são explícitos a respeito da obrigatoriedade ou não da ordem VS.

Para Epiphânio Dias a ordem SVO é a «mais simples (quero dizer, sem ênfase)». E dá como exemplo de ordem enfática: «A vaidade e o orgulho que são, senão duas espécies de um gênero único de fraquezas?» (p. 310).

Note-se que este exemplo é semelhante ao de Thomas («Você o que faz?»). Trata-se de topicalização.

Nas três primeiras regras (a-c) sua formulação parece mais taxativa, já que na 4a. regra ele usa o advérbio «usualmente», o que indica que esta é optativa. Na 5a. ele usa «normalmente».

No entanto, sabemos que verbos como **existir** podem vir com sujeito anteposto. Talvez ele queira dizer que no caso de sujeito anteposto a verbos como **existir** haveria ênfase, pois ele afirma que com estes verbos pospõe-se «não havendo emphase». É uma hipótese interessante, pois então ele estaria considerando normal a ordem posposta neste caso.

Das primeiras palavras de Epiphânio poder-se-ia deduzir que as inversões são enfáticas. Mas logo adiante ele diz que o sujeito pospõe-se a verbos como **existir** sem ênfase. Logo, há inversões que não são enfáticas. Não fica muito claro, portanto, o que ele acha da função da ordem VS.

Cunha (1976), ao analisar «inversões de natureza gramatical» diz que vai examinar «as condições que aconselham a alteração da ordem normal do verbo relativamente ao sujeito e ao predicativo» (p. 169).

Suas regras não diferem essencialmente das acima levantadas. Sua conclusão é importante: «Em princípio os verbos intransitivos podem vir sempre antepostos ao seu sujeito» e «embora nos casos mencionados a tendência da língua seja manifestamente pela inversão verbo-sujeito, em quase todos eles é possível — e perfeitamente correta — a construção sujeito + verbo».

O que se pode deduzir, então, a respeito da ordem VS nesses casos? Se é uma **exigência** gramatical não devia ser «perfeitamente correta» a outra ordem. Parece que o sentido desta **exigência gramatical**, portanto, não deve ser entendido como sendo obrigatoriedade. Para mim, essa «doutrina» gramatical não ficou clara. Gladstone Chaves de Melo (1976) faz essa mesma crítica a Cunha e afirma que «é hoje obrigatória a posposição do sujeito ao verbo nas orações explicativas, intercaladas ou finais do tipo: «Não digo mais nada, **acudiu o cocheiro**». Obrigatória também, segundo ele, a posposição nas interrogações iniciadas por palavra interrogativa (res-salvadas as interrogativas com **é que**). E nas imperativas e optativas «também costuma haver inversão, principalmente na língua literária» (p. 205). Nos casos de voz passiva, analítica ou pronominal, «também se costuma preferir a posposição do sujeito» (p. 206).

DADOS DE LÍNGUA ESCRITA CONTEMPORÂNEA

Fiz um levantamento da ocorrência de sujeito posposto em **Galo das Trevas**, de Pedro Nava (1981), **Discurso de Primavera e Algumas Sombras**, de Carlos Drummond de Andrade (1978) e na revista **Isto É** (10-3-82), a fim de verificar se no uso da língua escrita se confirmavam as regras encontradas nos gramáticos citados. O resultado foi o que se segue.

Quanto à regra a) de Epiphânio Dias, que diz que em orações «principaes que designam o discurso de outrem» (às vezes chamadas orações intercaladas, embora venham no fim de período): confirmada. Todos os exemplos encontrados de orações deste tipo apresentavam o sujeito posposto. Vejam-se alguns dos exemplos:

«Não desejo cumprir o final do meu mandato com um conjunto de derrotados», **desafiou** Figueiredo» (I.E, 14).

«E me dói a cabeça, **diz** alguém». (C.D.A. 8).

«A Constituinte, **sonha** o deputado Ulisses Guimarães. Ou a eleição direta do Presidente da República, **imagina** ao lado o Senador Tancredo Neves» (I.E. 14).

Quanto à regra b) também encontrei confirmação, pois todas as orações interrogativas encontradas apresentavam a ordem VS. Eis algumas:

«**Quem seria** a segunda esposa de Pedro I?» (I.É 20).

«**Onde estão?** meus convivas e as flores d'antanho, onde estão?» (PN 37).

«**Que vale** ter Ataíde?» (C.D.A. 13).

Mesmo exemplos de interrogativa (colhidos em poesia) sem pronome interrogativo apresentavam VS, como este:

«**Terão endoidecido** esses meus santos e a dolorida mãe de Deus?» (C.D.A. 13).

Parece-me que este tipo de interrogativa em que o futuro composto exprime dúvida, tem mais probabilidade de desencadear a VS. Esse evidentemente não é um caso de «interrogativa **sim** ou não», ou seja, não é uma pergunta comum. Equivale às interrogativas iniciadas por «será que», muito comuns na língua coloquial.

Outras interrogativas (também em poesia):

«**Veleja** o poeta em mar desconhecido?

Bebe de novo em invisível fonte?» (C.D.A. 34).

«**Dói** muito o seu dodói de alma?» (C.D.A. 15).

Houve duas interrogativas em que a VS pode ser devida a outros fatores: uma é uma S truncada e a outra tem verbo reflexivo:

«**Ou foi** em nome deles que pastores deixam de pastorear para faturar?» (C.D.A. 13).

«**Dissolve-se** a seresta no sereno?» (C.D.A. 14).

Houve ainda uma interrogativa em que a inversão foi da S inteira:

«**Que negócio** é esse de ansiedade?» (C.D.A. 14).

Quanto à regra c) confirmou-se porque a maioria de exemplos encontrados com verbos de existência (ou falta dela) ocorreu com VS:

«**Pensando** bem, **acontece** alguma coisa em tais ocasiões, entre vendedor e comprador?» (I É 11).

«**Falta** alguma coisa no Brasil...» (C.D.A. 39).

«... **foram-se** velhos quarteirões e em seu lugar ficou uma esplanada sem lógica...» (PN 10).

«**Sobra-lhe**, ainda, o reconhecimento de ter sido um dos melhores governadores...» (I É 17).

»E ainda assim **restaria** a delicada questão...» (I É 18).

«Depois da morte da escritora em BH, **surgem** (...) poemas e crônicas...» (I É 10).

«... próximo **existe** pequeno belvedere» (PN 16).

«e **some** o México, **somem** seus amantes, suas cores» (PN 39).

A maioria dos sujeitos pospostos a estes verbos é também indefinida, como notou Epiphanyo Dias.¹ Mas encontramos dois exemplos com SN definido:

«**Falta** aquele homem no escritório...» (C.D.A. 37).

«**Falta** o casal passeando no trigal...» (C.D.A. 37).

Embora a maioria dos exemplos encontrados com estes verbos seja com VS, encontram-se também alguns exemplos em que o sujeito não está posposto:

... Casas que vão morrer e que em breve não **existirão** mais (PN 25).

Os doces mineiros que teimam em **existir** no caos e no tráfico» (C.D.A. 20).

«A questão é que ele **existiu** e...» (PN 10).

«Se um responsável **existe**, ele habita em algum gabinete palaciano» (I É 13).

«Seus bem amados discípulos... **sumindo**» (C.D.A. 20).

«onde nenhum caboclo d'água,
nenhum minhocão ou cachoeirinha d'água,
cativados a nacos de fumo forte,
restam para semente
de contos fabulosos e assustados» (C.D.A. 5).

Devo notar a respeito destas orações em que o sujeito vem antes, que as duas primeiras são orações relativas em que o sujeito é um pronome relativo que, obrigatoriamente, tem que vir no princípio da oração: é igual ao caso da oração interrogativa em que o sujeito é um pronome interrogativo. Por esse motivo, elas não desmentem a regra.

Quanto à terceira oração com **existir**, parece-me que o fator que intervém aí é o pronome **ele** como sujeito. Quando o sujeito é pronome, é mais difícil ele vir posposto. Isto já foi constatado para o Português por Vanda Bittencourt (1979: 80) e para o Hebreu por Givón (1977: 211).

Já o quarto exemplo me parece que é uma violação da regra para conseguir um efeito estilístico (seja enfatizar ou topicalizar o sujeito), porque o normal seria a posposição nesse caso. Creio que essa mesma é a explicação para os dois últimos exemplos. Epiphanyo Dias afirma que a posposição do sujeito com estes verbos se dá sem ênfase. Sabemos que quando queremos enfatizar um elemento, tiramo-lo do lugar habitual. Como o lugar habitual do sujeito com estes verbos é no fim, colocá-lo no início é enfatizá-lo.² No caso do último exemplo, veja-se que o autor repete a palavra **nenhum** (e a repetição é um processo de ênfase) e coloca os sujeitos no início da S, separados por uma oração inteira, o que concorre, na verdade, para topicalizá-los.

Quanto à 2a. parte da regra c) também encontramos confirmação:

«E entre os atuais ministros do STF **encontram-se** alguns ex-colaboradores de Buzaid» (I É 20).

«**Iniciava-se** também o processo de punição exemplar...» (I É 23).

«As quintas **instala-se** na nossa calçada e sobe Conde de Laje a feira semanal...» (PN 22).

«Já **se viam** dois partidos entre os padres pressionados» (C.D.A. 21).

«**Desfaz-se** com o ministério, uma antiga aliança, um rito da cidade» (C.D.A. 13).

Em poesia encontrou-se também um sujeito anteposto com verbo reflexivo:

«... enquanto vida
ou memória de vida **se consente**
neste planeta enfermo» (C.D.A. 10).

Quanto à regra d) de Epiphânio: não encontrei nenhum exemplo com pronome anteposto. Mas o fenômeno a que ele se refere nesta regra é o de uma topicalização (do objeto). E tenho observado que a inversão do sujeito é muito freqüente em orações topicalizadas. Isto pode ser verificado nas orações que alisto como exemplos de VS: há co-ocorrência de sujeito posposto com a anteposição (topicalização) de outros elementos da oração: adjuntos adverbiais de lugar, de procedência, objetos indiretos, e até orações inteiras.

Parece bastante claro também que não se trata de simples posposição do sujeito ao verbo, mas sim de colocação do sujeito na posição final da oração. Este fato é importante de ressaltar. São dois fatos simultâneos: um é a topicalização de um ou mais elementos da oração e outro é a colocação do sujeito no fim da oração. Segundo a Escola de Praga, a posição final da oração é a mais importante do ponto de vista da informação, porque é onde se encontra a informação nova. Mattoso Câmara Jr. (1972) endossa essa posição, ensinando que «nos padrões frasais portugueses, é o último termo da oração que dá em princípio, a informação nova da comunicação feita» (p. 145).

A regra e) também se refere a topicalização: do predicativo. Exemplos encontrados:

«Marcadas **ficarão**

as casas coloniais da praça da Matriz» (C.D.A. 9).

«Envenenada **morre** a flor de outubro» (C.D.A. 9).

«se pecado é viver entre rios sem peixe» (C.D.A. 9).

A regra f) também é confirmada pelos exemplos:

«... **deixa cair** de seu manto estas sugestões que me aniquilam...» (PN 42).

«**fazem secar e morrer**

a flor de água de um rio» (C.D.A. 7).

«que num instante **faz passar** nas retinas a sucessão prodigiosa dos contrafortes...» (PN 24).

«quando **vi surgir** das lajes (...) a figura do Conselheiro Rodrigues Alves» (PN 37).

«**vi crescer** sua igreja à sombra do Padre Artur» (C.D.A. 12).

Encontrei também este exemplo em Pedro Nava, que foge ao comum no Português do Brasil(mas ocorre em Portugal):

«sempre se esquecia de **fazer encher** aos fregueses sua ficha de inscrição» (PN 23).

Este outro exemplo apresenta a VS com gerúndio:

«... em que **vi passeando** a pé, na Praça da Liberdade, o Presidente...» (PN 43).

Quanto à regra g), sobre **participios absolutos**, também se confirma pelos exemplos:

«O mercado acaba ao meio-dia e **carregadas as bancas** — surge o batalhão terrível dos mendigos...» (PN 22).

«... **computada** a inflação» (I É 22).

«**Encurralados** todos,/ a serra do curral, os moradores -/ cá embaixo...» (C.D.A. 13).

Encontrei apenas um exemplo de anteposição com PP (mas é nitidamente menos comum:

«Era duma franqueza extraordinária e, **ocasião apresentada**, não teve nenhuma hesitação...» (PN 35).

Thomas (op. cit.) assinala VS com verbo **ser**. Encontrei alguns casos curiosos de verbo **ser** em início de S:

«**São** doze standards, músicas muito conhecidas e...» (I É 8).

«**São** mulheres, crianças, velhos. Não são gatos nem cães. **São** seres humanos» (PN 22).

«**Era** gente querendo saber...» (I É 23).

«**É** gente que vai murchando» (C.D.A. 6).

O verbo **ser** nestes exemplos parecer equivaler a: «Trata-se de...»

Há outros exemplos como esses em que parece que houve omissão de um pronome anafórico que se referiria a fatos narrados no discurso antecedente. Só que não houve nenhum pronome antes, mas a S se refere ao discurso anterior:

Era, sem dúvida, um progresso. (I É 23).

E foi (isso) exatamente o que o presidente J.F. começou a fazer. (I É 20).

(estas) São manifestações encorajadoras (I É 20).

«É bom negócio» (C.D.A. 21).

«É um fato do passado» (I É 20).

«Foi um período histórico em que o governo...» (I É 20).

«Não é muito, certamente. Mas é mais do que muitos esperavam» (I É 18).

«Foi o caso do deputado M.P. ...» «Foi o caso também do ex-prefeito de S.P.». (I É 16).

Em todos estes casos, para se entender a que se referem as orações iniciadas pelo verbo **ser**, é necessário se reportar às sentenças ou parágrafos anteriores. E não há nenhum substantivo ou pronome explícito que possa ser considerado como tendo sido elidido. É difícil, portanto, falar-se em elipse do sujeito, pelo menos do ponto de vista sintático. Esses são casos em que se vê a impossibilidade de separar a sintaxe do discurso. A interpretação das Ss é condicionada nitidamente pelo contexto pragmático (do discurso) não só semântica como sintaticamente.³

Exemplos de sujeitos oracionais encontrados:

«**Sabe-se** que essa divergência entre parlamentares...» (I É 19).

«Para isso não **basta** estar a seu lado a contar vitória...» (I É 20).

«é **impossível** criticar a inclusão de...» (I É 8).

«é bem **verdade** que, antes Gl. R...» (I É 9).

«Antes de mais nada, **cabe** ressaltar que...» (I É 11).

«**Seria conveniente** que as imagens de T. e V. se destacassem...»
(I É 13).

«Mas **convém** atentar para os riscos incrustados em sua instrução» (I É 13).

«Mas já no final da semana, **começava** a ficar evidente que...»
(I É 16).

«Pode ser, mas **é difícil** acreditar que o governo...» (I É 18).

Outros casos encontrados foram os das orações imperativas e optativas, que são raras no corpus observado:

«**Vai** Luís, pelos espaços, incendiando os astros». (PN 33).

«Que me **livre** o céu
da praga dinamite» (C.D.A. 25).

Casos de sujeito entre o aux. e o participio passado (cf. Cunha: orações sub. adverbiais condicionais construídas sem conjunção. p. 171).

«É sempre fácil discordar de antologias, **sejam** elas **apresentadas** em páginas de livro ou faixa de disco» (I É 8) (aqui é passiva e subj.).

«**Tivesse** ele **acrescentado** que o regime...» (I É 18).

Este é um caso em que o sujeito não vai para o fim da oração. Os casos seguintes não foram alistados pelos gramáticos examinados.

Em orações passivas sem o agente explícito:

«Desde que **foi desencadeado** o processo de incorporação...»
(I É 16).

«**Não foi possível apoiá-la**, pois o «distritão» — conforme **ficou conhecido** o sistema eleitoral proposto na emenda...» (I É 15).

«**Esperemos apenas dentro de nossas precárias rotinas, que nos seja dado conhecer** outras preciosidades...» (I É 11).

«quando **será escolhido** o sucessor de Figueiredo» (I É 20).

Interessantes esses exs., porque o sujeito posposto na verdade é o objeto direto da oração ativa correspondente. São orações passivas sem agente expreso. Ora, o efeito normal da passiva sobre a ativa é antepor o objeto e pospor o agente (que corresponde ao sujeito da ativa). Vamos explicar melhor: a frase ativa correspondente à primeira oração seria a seguinte:

“(Alguém) desencadeou o processo de incorporação”.

E a passiva completa seria:

“O processo de incorporação foi desencadeado (por alguém)”.

Ou seja, o objeto direto passaria a sujeito, e o sujeito passaria a agente da passiva.

Nas orações acima, no entanto, o sujeito da passiva está na posição final da sentença. Que ele é um sujeito posposto demonstra-se pela possibilidade da concordância:

«Desde que foram desencadeados os processos...».

É verdade que também se encontra muito o particípio sem concordar, como se vê na 3a. oração acima («que nos seja dado conhecer outras preciosidades») e se encontra a todo momento em tabuletas:

«**E proibido** a entrada».

«**Permitido** carga e descarga» (CB. Merci, Pampulha, BH)

Este é um fenômeno freqüente na língua oral e na escrita menos policiada.

Givón (1979) afirma que a passiva é usada principalmente para escamotear o agente. Nestas orações acima não se encontra agente, ele é indeterminado. Não estando presentes os dois argumentos que acompanham o verbo transitivo, a oração se torna semelhante às de verbo intransitivo, e a VS ocorre.

Note-se que na Passiva completa, o agente se distingue do paciente não apenas pela posição final quanto pela preposição: **por**. Então, a ordem pode ser mudada, porque se assegura a comunicação pela **prep**. Sem o agente, o objeto fica na sua posição final e não se sabe mais se ele é sujeito ou objeto (a não ser pela concordância, mas esta é violada freqüentemente na fala e na escrita).

Um caso que não foi apontado por nenhum dos gramáticos citados, mas que impressiona pela freqüência é o das orações subordinadas iniciadas por **onde, que, em** (entre) **cujos, por que** (relativas): altíssima freqüência, uma vez que só encontrei uma oração iniciada por **onde** com ordem SVO — mas esta era com verbo transitivo. Pode-se dizer que a freqüência foi absoluta nesse caso.

«Mais para cá o pedaço urbano **onde foi** a Taberna da Glória» (PN 54).

«... **onde se não estão**, pelo menos **estiveram**, em maior quantidade, os testemunhos de nossa melhor qualidade arquitetônica» (PN 24).

«**onde repousam** as cinzas dos grandes do segundo reinado» (PN 8).

«É justamente assim que **acaba** esse lance de via pública **em cujo** ângulo fronteiro **fica** a moradia...» (PN 16).

«Mais lances de paredões de pedra que o tempo foi desconjuntando e **entre** cujas frestas **irrompem** árvores» (PN 15).

«... a **cujos** passos logo **crepitava** de leve a areia das aléias» (PN 39).

«... transformações químicas e geológicas **por que** passa nosso corpo no seu caminho para a morte» (PN 54).

«no desgaste que lhe **inflige**
o dente roaz do tempo (...)
em sua faina cruel?» (C.D.A. 20).

«... em que, à tarde, **ressoa**
a melodia dos poemas
de Henriqueta Lisboa» (C.D.A. 21).

Encontrou-se VS até com verbo transitivo:

«de onde, na escuridão, **desfere** o pássaro
— surpresa —
melodia jamais ouvida antes» (C.D.A. 29).

Note-se que em quase todos estes casos, houve a topicalização de um constituinte, um S Prep., para a 1a. posição na sentença.

Outros exemplos de inversão foram encontrados com **quando e como**, que também representam topicalizações:

«... **quando se vizinhos** o bolo confeitado do Palácio Tiradentes» (PN 10).

«Há pouco tempo **quando se anunciou** a vinda do Presidente da República» (PN 21).

«Como **soa** o sonil...» (C D.A. 15).

Outro caso de posposição do sujeito não arrolado pelos gramáticos citados é o das chamadas, em Gramática Gerativa, «sentenças truncadas» e «pseudo-truncadas».

«**Foi** o ministro P. G. quem apresentou o voto mais substancioso...» (I É 15).

«**Mas foi** exatamente porque o Governo não soube acatar uma decisão do Legislativo que o pacote de novembro foi editado» (I É 18).

«e **eram** muitos, muitíssimos, os que esperavam uma retaliação imediata» (I É 18).

«É justamente assim que acaba esse lance de vida pública...» (PN 16).

Com outros verbos (que não os de existência) também foi encontrado sujeito posposto:

«Em frente, sem placa de numeração (mas entre o 32 e o 36) **ressalta** um dos mais lindos chalés do bairro» (PN 15).

«Pensando nisto durante as caladas da noite de insônia **assalta-me** o desejo de me estudar também» (PN 55).

«Agora já não me **obseda** a morte» (PN 54).

«Aqui outrora **retumbaram** hinos» (PN 20).

«Nas lajes desse adro **pisaram** (...) os personagens imaginados de M.A.» (PN 23).

«**Vão melhorando** os sinais físicos do outro estado» (PN 28).

«**Cai** neve em Parnaíba» (C.D.A. 8).

«**Correm** todos a ver a neve santa» (C.D.A. 8).

«**Sai Glauber**, entra...» (I É 9).

Com o verbo **vir**:

«**Vêm** depois, do lado par, sobradões de portas e janelas com cercadura de granito» (PN 15).

«Num raio branco **vem** o fantasma de João Alphonsus» (PN 54).

«Também das mãos da amiga me **vieram** mais livro das bibliotecas do seu pai e do seu avô...» (PN 36).

Com o verbo **estar**:

«Lá **está** a representação das caveiras e esqueletos sentados...» (PN 42).

«Neste Ilusões do Mundo **estão** crônicas escritas por C.U.» (I É 10).

«**Está de pé**, irredutivelmente de pé, o compromisso democrático que...» (I É 19).

Com estes verbos ou verbos semelhantes foram encontrados também exemplos de ordem SV:

«A pele frontal **caiu** sobre os olhos...» (PN 56).

«e percebe se é dia, noite e se vulto **passa** à sua frente» (PN 51).

«Se a televisão **continua** assim...» (I É 13).

«A sessão, com efeito, **começa** de forma favorável à oposição...» (I É 15).

«Numa noite apenas,
o verdor **perece**,
já no chão vencido
a vagem **fenece**» (C.D.A. 25).

Em orações negativas também se encontrou VS:

«entre os mais próximos e diletos
não **estou** eu» (C.D.A. 37).

«Não vem resposta de Chico,
e **vai** sumindo seu rastro...» (C.D.A. 6).

«Para o moderado Tancredo Neves, portanto, **não passaria despercebido** o tom com que, na 2a. feira, (...)» (I É 20).

«até hoje, passados cinco anos do crime e da condenação,
não aconteceu rigorosamente nada ao delagado» (I É 13).

«**não existia** nada de oficial» (I É 22).

Note-se que, como em outros casos, há negativas com VS obrigatória (como quando se começa a S com **não** e o sujeito é um pronome indefinido) e outras negativas com VS optativa.

Encontramos também casos em que o verbo vem iniciando a oração, mas o SN que o segue não costuma ser caracterizado como sujeito e a oração é considerada sem sujeito.

Incluem-se aí os casos de verbos impessoais como **chover** e **fazer** indicando tempo ou fenômenos atmosféricos: «Faz calor», «Faz um ano que não vou lá».

«e adverte que **é** hora de preparar o partido (...)» (I É 18).

«Se **era** para chegarmos a isso, melhor não ter havido o pacote» (I É 18).

«**havia** um clima de crioulo doido...» (I É 22).

«Para ele, **não houve** presidente, na história da República, que tivesse sua imagem mais preservada pelas oposições que F.» (I É 20).

Estes casos colocam o problema dos critérios para classificar um SN como sujeito ou não. No caso do verbo **haver**, por exemplo,

que é tão semelhante a **existir** semântica e sintaticamente, a dúvida se instala: o que distingue o SN que vem depois de **existir** do que vem depois de **haver**?

Por que considerar o SN de **haver** como objeto e o de **existir** como sujeito? Parece-me que a justificativa sintática para dizer que o SN de **existir** é sujeito é o fato de ele poder ocorrer anteposto, como acontece com os SNs que acompanham outros verbos intransitivos (**cair**, **subir**, etc). Já com o verbo **haver** isto não acontece. A outra justificativa é a concordância: o verbo **existir** vai para o plural se o SN for plural, mas o verbo **haver** não. No mais, parece-me que os SNs que seguem ambos os verbos têm características semelhantes: não-agentes, com tendência a serem indefinidos e inanimados. Há uma tendência para os SNs pospostos a **existir**, como a outros verbos, serem indefinidos e inanimados.

As características prototípicas principais do sujeito em Português (aqueles casos claros, de oração transitiva com verbo de ação) são: ser agente, vir antes do verbo e este com ele concordar. Quando se espõe o SN, e ele não é animado (os agentes costumam ser animados) resta a concordância. Para a língua escrita, a concordância pode ser usada como critério, mas este critério, como se sabe, é bastante fluido. Escritores menos cultos, ou revisores menos tensos podem deixar passar, e o deixam cada vez mais freqüentemente, orações em que o verbo **haver** vem no plural, como se pode constatar em jornais e revistas conceituadas.

Tanto se encontra **haver** com SN plural como **existir** com SN singular. Ouvi em aula de concurso para professor na FALE:

«**Haveriam** leis... **existem** hipóteses...»

Encontrei em provas de alunos da FALE (graduação):

«Esta é uma questão que até hoje **existe** controvérsias a respeito»

«Não **existe** duas línguas exatamente iguais. **Existe** algumas expressões iguais».

«e não **existe** novas combinações de palavras»

Como se sabe, pesquisas sociolingüísticas já demonstraram a baixa ocorrência da concordância com sujeito posposto na língua oral.⁵ Fenômeno semelhante ao de **haver** ocorre com **fazer** indicando tempo, pois vê-se comumente:

«Fazem muitos anos...»

E com **ter** na língua oral se ouve: «Vieram doze, mas já **tinham** dezessete pessoas lá».

Assim, o que sobra? Para manter a classificação gramatical tradicional que distingue o SN posposto a **haver** do de **existir**, sobra apenas a consciência de que com **existir** é possível antepor o sujeito e com **haver** não. Toma-se então, como básica, a posição anteposta e considera-se que o SN posposto a **existir** é um sujeito posposto e o SN posposto a **haver** é um objeto direto (embora nunca se possa ter passiva com este objeto).

Muita coisa ainda poderia ser examinada com respeito ao caso de **haver** (que corresponde a **ter** na língua oral), mas seria um outro trabalho.

Uma maneira de evitar tratar diferentemente os SNs pospostos a verbos seria estudá-los sob a denominação de casos em que o verbo ver anteposto, ou em que o verbo é inicial.

Partindo da denominação (VS) que adotei aqui, o fenômeno é tratado com uma restrição que talvez, muito provavelmente, não se justifique. Adotei o ponto de partida de ordem VS porque esta é a maneira adotada pelos estudiosos de Tipologia Lingüística até agora. Por exemplo, Bernard Comrie (1980) continua considerando como **sujeitos** os SNs que têm alguma(s) das características prototípicas apontadas por Keenan (1976) e continua adotando as nomenclaturas SVO, VSO, etc., para classificar as línguas. Mas a idéia de partir da nomenclatura V inicial também tem sido adotada e o estudo de Ruth Berman (1980) para o Hebraico nos induz a acreditar que o fenômeno pode ser o mesmo num âmbito que transcende o do Português. Ruth Berman estudou as construções impessoais em Hebraico, que são semelhantes às nossas, pois o Hebraico não tem sujeito «dummy».

Ela arrola como orações sem sujeito, em Hebraico, todas as orações existenciais (enquanto apenas as com **haver** são assim consideradas em nossas gramáticas), as relativas a fenômenos atmosféricos e comentários relativos ao clima, as com predicados afetivos (tipo **é óbvio** que ...) as com predicados modais (**é possível** que..., **é necessário** que...) as passivas impessoais (**é sabido** que...) e orações

impessoais de 3a. pessoa plural que podem funcionar no lugar de passivas sem agente, além de orações possessivas e experienciais (que não existem em português).

Estas construções são consideradas em nossas gramáticas como de posposição do sujeito (com exceção das de comentários sobre o clima). No entanto, me parece que as construções são semelhantes nas duas línguas, porque começam sempre com o predicado, e não apresentam sujeito «postiço», como em inglês ou francês («it is possible», «il est possible», etc.).

Se considerarmos todas estas construções como do mesmo tipo, ou seja, V inicial, será possível talvez alcançar uma generalização maior. Para Berman há uma correlação tipológica entre estas construções e as construções VS. «Assim o Hebreu, enquanto basicamente SVO, faz largo uso de construções com verbo-inicial» (p. 759). O Hebreu é, para Berman, uma língua (S) VO que «tem uma extensa gama de tipos de orações em que falta um sujeito gramatical expresso».

Outras correlações tipológicas que ela aponta para línguas que têm orações sem sujeito são: a língua não ter proeminência de sujeito (no sentido de Li e Thompson, 1976) e tolerar numerosas operações de topicalização. Quanto ao fenômeno da não-proeminência do sujeito em Português e das operações de topicalização já tratei em artigos anteriores (1980, 1981a, 1981b, 1981c). Parece-me que as observações de Berman se aplicam ao Português, que é uma língua sem nenhum parentesco com o Hebreu.

Para ver a semelhança entre construções tradicionalmente consideradas como de posposição do sujeito, pode-se comparar uma sentença com o verbo **faltar** e uma com **haver**:

«**Tá faltando** uma fita aqui embaixo»

«**Havia** uma fita aqui embaixo»

Assim como antepor «uma fita» a **haver** é estranho, também o é com **faltar** (a não ser que se trate de topicalização contrastiva):

?«Uma fita tá faltando aqui embaixo»

?«Uma fita havia aqui embaixo»

LINGUAGEM COLOQUIAL

Para comparar com os dados da língua escrita, examinei dados colhidos por 5 alunos do Mestrado em Linguística, e por mim mesma. As 5 gravações tiveram de 15 a 30 minutos. Todos foram diálogos informais, feitos com pessoas de Belo Horizonte, de nível universitário. Além dos dados colhidos de gravações, há outros exemplos anotados por mim à medida que ouvia alguém usar uma frase com VS: estão marcados como avulsos (av.).⁶

Intercaladas — Há orações na linguagem oral que se parecem com as intercaladas da escrita, por exercerem a mesma função, mas costumam vir no início do período. Apresentam a ordem VS:

«**Diz** o médico que não tem nada a ver uma coisa com a outra». (av.).

«**Disse** ela que o Carlos André guardou a nota». (av.).
São típicas do estilo narrativo.

Interrogativas — Apresentam VS mesmo com **é que**:

«Cumé que **chama** isso, é um... microfone».

«Aquele domingo não **ficou** gente aqui em casa?».

«Mas de minha parte num **tá saindo** muito... impropérios gramaticais, não?».

«**Vai sair** o que que ocê falou?»

«**Onde fica** o correio?» (av.).

«**Veio** alguma notícia sobre a bolsa?» (av.).

«Então, cumé que **foi** tudo lá no forum?» (TV Globo, novela das 6).

«**Por que** naquele lugar não **nasce** mato?» (av.).

«Como é que **foi** o almoço lá domingo?»

«Como é que **tava** a festa lá do...?»

«**Onde está** aquela gramática?» seguido de: «Aquele gramática onde está?» (topicalização) (av.).

«**Você sabe** que **sumiu** a caneta daqui, né?» (av.).

«**E qual é** a vantagem disso?» (av.).

«**Será que** **passa** algum ônibus lá?» (av.).

«**Passaram** algumas meninas por aqui?» (av.).

Interrogativas com palavras gramaticais ou sem elas (perguntas sim/não) ocorrem com ordem VS em Português. Contrariamente ao que diz Thomas, mesmo com **é que** ocorreu a ordem VS. Todos os exemplos encontrados são intransitivos.

Verbos existenciais

«**Tinha** umas três ou quatro escovas aí, só **sobrou** uma» (av.).

«Não, mas (se) **tá faltando** um, tem que jogar».

«**Fica** muita coisa».

«**Existe** aquele artigo que foi chamado atenção pela comissão».
(av.).

«Aqui nunca **falta** água». (av.).

«**Existe** um certo tipo de robô, se você perguntar prá ele...».

«**Tá faltando** uma fita aqui embaixo».

«Aqui **tá faltando** uma fita» (av.).

«... porque **sumiu** a minha escova!» (av.).

Exemplos de **existir** com SN anteposto (em TV Globo novela das 7):

«Nós já sabemos que dois desses cupidos **existem**».

«Quem garante que esses quatro cupidos **existem?**»

«Alguma coisa me diz que esses dólares **existem**»

Note-se que estes exemplos de SNs antepostos são todos definidos e podem ser considerados como tópicos (dentro da linha de Givón, 79).

Verbos reflexos de sentido passivo

Na língua oral, como já foi assinalado por outros pesquisadores (Veado, 1980; Dutra, 1981) o «se» está desaparecendo e em seu lugar está-se usando simplesmente o verbo na 3a. pessoa do singular, para indicar indeterminação do agente. Eis alguns exemplos em que o verbo ocorre sem o «se» e o agente não é expresso:

«**Tritura** (se) o vidro e **mistura** (se) com pó de pedra... porque o vidro triturado é prá dar brilho».

«**Precisa** disso ser considerado uma linha de pesquisa ou poderia (se) colocar como duas teses à parte?».

«Mas **tira** (se) coisa daqui».

«Não, com o vento não (se) **aproveita** nada, a voz vai toda embora».

«Era bom um dia que (se) **pudesse reunir** as famílias».

Estas frases, dentro do contexto, têm o mesmo sentido que na língua escrita têm as construções com «se». Coloquei o «se» entre parênteses, embora não tenha sido falado, porque as frases fora do contexto dão margem a outras interpretações, ficam ambíguas. Na verdade, elas não são propriamente casos de posposição do sujeito, uma vez que o sujeito não está expresso. Mas são casos semelhantes aos da língua escrita com «se», que os gramáticos têm considerado como de posposição do sujeito, por isso vão aqui arrolados.

Topicalização do objeto (um só exemplo)

«Isso **fica** fácil lavar depois»

Topicalização de predicativo

«Interessante esse bairro aqui» (av.).

«Muito bonita aquela região» (av.).

Sujeito de oração infinitiva (pouco freqüente; não encontrada nas gravações).

«O sal faz parar o sangue» (av.).

Passiva (o particípio absoluto não foi encontrado nas gravações; os exemplos de passiva foram de aula de concurso na Faculdade):

«Sempre é **usado**, como forma de ensinar essa brincadeira, uma fórmula...».

«**Deve ser inserido**... uma frase»

Com gerúndio:

«**Entrando** todo mundo a gente dá conta».

Com verbos diversos:

«**Acumula** muita água, **vem** a ferrugem e aí também costuma sempre **ficar** um pouco de mosquito, sabe disso?»

«**Cresceu** as trepadeiras» (av.).

«**Está começando** o Jornal das Sete» (TV Globo).

«Agora **tá escurecendo** as folhas» (falava-se deavenca).

«Agora **diminui** o movimento, né?» (av. ouvido numa loja iniciando conversa).

«**Passava** esses mesmos filmes que passa aqui».

«**Vai morrer** o filho dela» (novela de TV).

«**Tá** ali na sacola, ali, acho que é torresmo com pão».

«**Tá** tudo aqui, ó!».

«**Tava** lá minha tia».

«**O, fechou** aquela banca ali» (av.).

«**Chegou** duas cartas pr'ocê» (av.).

Subordinadas em geral:

«Vou preparar esta galinha desta maneira, como **fazia** minha mãe» (Thomas, 245).

«Vamos a Vassouras, de onde **vem** um bom queijo» (id. 245).

«Não pode subir na árvore, que **cai** as flores» (av.).

«Agora dá, porque não **vem** carro» (av.).

«Acho que **deu** rato aí debaixo de sua camisa, viu?» (av.).

«Toda a polícia de Minas procura o fiat no qual **fugiram** os assaltantes» (noticiário de TV).

«... porque **queimou** o termostato do fogão» (av.).

Em orações principais, com verbos de movimento:

«... e pode **entrar** aqui também o seguinte: é... essa pesquisa, essa tese da Suely, sabe? que é sobre adjetivos».

«Caiu terra aqui» (av.).

«Veio uma bola mais de dois palmos do nosso lado».

«Cai o preço do petróleo no O.M.» (TV Globo, Jornal Nacional, 23-2-82).

«Todo dia caía uma garota na minha sopa. Agora não: todo dia caem duas» (TV Globo: 26-3-82).

«Já deve ter descido muita terra aí» (av.).

Exclamativas:

«lh, vai cair uma chuva!» (av.).

«Ó, germinou alguma coisa aqui na areial!» (av.).

Sentenças truncadas e pseudo-truncadas:

« o Cristo fui eu».

«Pos é, mas é isso que eu quero saber».

«... quem cai é a T».

Em resposta com verbo ser:

«Sabe o que era?» «Era um frango à espanhola».

Em «afterthought»:

«Começou a fazer efeito mesmo, os remédios» (av.).

Oração subjetiva:

«porque parece que vi em quadros, em peças...».

Optativa:

«Tomara que faça bom tempo amanhã» (av.).

Alisto, em seguida, alguns exemplos em que o sujeito vem antes do verbo, embora os verbos sejam os mesmos que ocorrem com VS. São interessantes para mostrar que a posposição não é obrigatória. A maioria dos sujeitos é de pronomes. Há dois casos que me parecem topicalizações (um com gerúndio e o outro com **aparecer**).

«O preço da gasolina **baixou** nos Estados Unidos» (estava-se falando do carro a álcool no Brasil — Fantástico, 14-3-82 — TV Globo).

«Com vara cê **fica** só no barranco».

«Cês num **foram** aquele dia à noite, **pescar**, não?»

«... prá que lado que nós **vamos**, e, no final do passeio, onde é que nós vamos almoçar».

«Aonde é que nós **vamos**?»

«Aí, ocê **ficando** com o dedo aí, quando a bala **entra**, a agulha **funciona**».

«Camarada **aparece** lá... daqui que desembulhe tudo...».

«E como é que tem esses acidentes que a arma **caiu** e **disparou**?».

«Em vez da bala **cair** quem cai é a T...».

Ocorreram vários casos de V inicial, em que ou não se segue um SN ou o SN que segue não costuma ser considerado sujeito, tradicionalmente. Optei por não os considerar como de ordem VS, mas sim de V inicial, sem discutir se a tradição está sempre correta. Costumam ser considerados impessoais, tanto os comentários sobre o tempo, como os outros:

«Eu cheguei já **era** nove horas da noite. **Tava** muito tarde».

«**Foi** domingo, **foi** dia dezessete, né?».

«Pois é, sô, **deu** azar que eles responderam agora, né?».

«Se ocê fechar tudo aí **dá** até uma gravação boa...».

«Pois é prá ela ir lá todo dia...».

«Tanto que **dá** muito marimbondo lá...».

«Eles tão arrumando, é nego que num paga, eles pega e às vezes tão tirando... É uma parada!».

Com o verbo **dar** acontece a mesma coisa que com **faltar** e outros: é possível ocorrer um SN a ele anteposto, mas neste caso o SN tem uma conotação contrastiva, o que indica uma topicalização:

«Marimbondo dá muito lá» (= o que dá muito lá é marimbondo).

O que se observa a respeito da língua oral é que há uma incidência de certos verbos que ocorrem mais em posição inicial. Em todos os tipos de oração, tanto afirmativas, como negativas, como exclamativas, etc., os verbos que aparecem são daqueles que Ephiphanyo Dias coloca na regra c): **existir, ocorrer, aparecer** e seus sinônimos. Contreras (1976) diz que verbos que denotam **começo, surgimento, existência**, etc., parecem ter a função apresentacional e Givón (1979) chama-os de «existenciais-apresentativos»: «**be, exist, stand-sit-lie down, live, appear, often remain, be left** and sometimes verbs of entrance into the scene such as **come or enter**» (p. 28). Segundo Givón, esta tendência para estes verbos aparecerem em posição inicial é universal nas línguas SVO. No Português oral coloquial, os casos de VS mais freqüentes são, de longe, aqueles em que um verbo deste tipo aparece: **vir, entrar, chegar, passar, estar, existir, aparecer, sumir, sobrar, faltar, cair**, são verbos que ocorrem a todo momento, em todo tipo de frase. Pode-se dizer que, do ponto de vista da freqüência de ocorrência, os casos de VS em Português coloquial mais significativos se resumem àqueles em que um destes verbos ocorre.

FREQUENCIA EM TEXTO DA ORDEM VS

Partindo das regras das gramáticas, tem-se a impressão de que a ordem VS é mais significativa do que a ordem SVO, em Português, uma vez que são tantas as situações em que ela ocorre, e nos mais diversos tipos de oração. Por esse motivo, é interessante verificar, no discurso, qual é a freqüência de ocorrência dessa ordem. Examinei, para este fim, as primeiras 100 estruturas em que ocorria algum verbo na revista **Isto É** (10-3-82), a fim de verificar quantas vezes ocorria verbo seguido de sujeito. Encontrei, contando com a capa, os seguintes casos:

«Como **ficam** as eleições» (capa).

«... é uma extravagância haver duas cinematografias» (p. 3).

«... onde **fica** a cama da prostituta Penélope» (p. 4).

«... é fácil prever o final» (p. 4).

«Imprevisível, porém, é a graça, a agilidade e a musicalidade do filme» (p. 4).

«É tudo muito grandioso...» (p. 4).

«Ali **se passam** grandes cenas eróticas...» (p. 4).

O resultado, portanto, foi de 7 para 100. Não incluí nestas 100 frases contadas casos de oração sem verbo, evidentemente. Houve um caso duvidoso, que se for incluído como de ordem VS, aumenta para 8 os exemplos deste tipo:

«Outras, mais solitárias, explodiram e desapareceram por falta de seguidores, como **foi** o caso de Luiz Sérgio Person em S. Paulo S/A...».

Excluí da contagem este exemplo, porque pode ser considerado de elipse do sujeito (pragmática), uma vez que é possível ter-se: «Este foi o caso de L.S.P.».

Para ter certeza de que esta contagem não é aleatória, contei mais 100 estruturas em seguida (na mesma revista p. 4-9) em que algum verbo aparecia (excluí orações sem verbo) e encontrei novamente 8 casos de ordem VS em 100. Excluí orações como as seguintes, em que o sujeito elítico se refere ao discurso anterior (pragmático):

«**São** doze standards...» (p. 8).

«**É** o início de minha fase internacional...» (p. 8).

Os exemplos contados foram oito:

«**Faltava** a ele a fluidez e a cintura...» (p. 7).

«**É** sempre fácil discordar de antologias, **sejam** elas **apresentadas** em páginas de livros ou faixas de disco» (p. 8).

«... **é** possível criticar a inclusão de...» (p. 8).

«**Sai** Gláuber, entra...» (p. 9).

«**É** bem verdade que, antes, Gláuber Rocha chegou a procurar Callado...» (p. 9).

«... o grande sucesso que **vem fazendo** sua peça...» (p. 9).

«onde o **esperam** dois meses de seminários na Universidade de Yale...» (p. 9).

Note-se que o último exemplo tem verbo transitivo e o objeto direto é um pronome oblíquo, ou seja, que não pode ser sujeito: o caso aí indica o objeto, de modo que a inversão não interfere na identificação do sujeito e do objeto.

Vê-se que a proporção é praticamente a mesma, nas duas amostras examinadas. Esta estatística demonstra a percentagem de ocorrência de VS nas estruturas com verbo expresso.

Para se ter uma idéia mais completa do quadro em que se inserem estes exemplos, é interessante notar que se encontrou uma alta percentagem, em texto escrito, de verbos sem sujeito expresso, por causa da possibilidade de elidir o sujeito quando ele é co-referente. Encontrei nas primeiras 100 estruturas estudadas, 39 casos de elipse do sujeito, em que o verbo estava na 3a. pessoa, concordando com o sujeito expresso em outra oração.

Segundo Givón (1981) este é o caso mais alto numa escala de estratégias para manter a continuidade do tópico no discurso. Em seguida, vêm os pronomes anafóricos, que neste texto são 3 pronomes pessoais de 3a. pessoa e 6 pronomes chamados indefinidos em nossa gramática (**todos** e **outros**). Este texto também apresenta uma alta percentagem de pronomes relativos sujeitos: 13. Todos contribuem para a coesão do texto e para manter a continuidade do discurso, uma vez que são anafóricos. Sintagmas nominais definidos também, segundo Givón (1981) contribuem para a continuidade do tópico. Neste texto, há 29 SNs plenos, todos ou definidos e anafóricos ou nomes próprios, todos referentes aos títulos de filme, personagens, atores, alguns repetidos mais de uma vez. Todos também contribuindo para a continuidade do discurso, uma vez que o tópico aí é cinema, crítica de filmes. Não há nem um sujeito anteposto com SN indefinido. Há ainda dois casos de elipse pragmática (já exemplificados) e um verbo considerado impessoal: **haver**. O quadro do resultado é o seguinte:

Sujeito expres- so SV 51	VS		7
	SNs def.		29
	Pro. anaf. (22)	rel.	13
		pes.	3
outros		6	
Sujeito não-ex- presso 42	Elipse pragm.		2
	Elipse p/concord.		39
	Verbo impes.		1
Total			100

Quadro de freqüência: VS na escrita.

Por este resultado, vê-se como predominam, no texto, as estratégias que favorecem a continuidade do discurso: são 93 casos de continuidade. Sobraram 7 exemplos que, segundo Givón (1979-1981), são estratégias de descontinuidade: construções de ordem VS e existenciais. Examinando esses exemplos, vemos que eles se destacam dos outros por não serem anafóricos, e portanto apresentarem alguma coisa pela primeira vez no texto, ou seja, são «novos» de algum modo. Assim são «as eleições», que ocorre na capa, e portanto pela 1a. vez na revista, assim também com «haver duas cinematografias», «a cama da prostituta Penélope», «grandes cenas eróticas», «a graça, etc.». Nenhum desses SNs havia ocorrido antes no texto, todos são novos. O único que foge a essa classificação é o pronome **tudo**, que é anafórico e ocorre na posição pós-verbal. Dependia de uma análise estilística discutir esse exemplo, o que eu deixo para outra ocasião. Parece-me que a afirmação de Givón, de que a ordem VS é uma estratégia de descontinuidade, se evidencia nesse texto, contrastada com o pano de fundo das estratégias de continuidade (93 versus 7). Vê-se também o caráter marcado da ordem VS, que aparece em minoria no discurso.

Em virtude da alta incidência de orações sem sujeito explícito, por causa da anáfora por elipse, não se tem uma idéia, por essas estatísticas, da relação existente entre ordem VS e SV, uma vez que quando o sujeito está elítico, não podemos saber se ele viria antes ou depois de V. Para ter idéia desta correlação é necessário contar os casos de sujeito exposto e ver a percentagem de ocorrência de sujeito antes e depois do verbo. Por esse motivo, contei 100 estruturas em que o verbo aparecia com sujeito exposto e encontrei o seguinte resultado: 85 sujeitos antepostos para 15 pospostos. (I.E. 10-3-82, p. 3-9). Acho que isso confirma a superioridade de anteposição do sujeito sobre a posposição e o caráter não-marcado da primeira em relação à segunda.

LINGUA ORAL

Para comparar a língua escrita com a oral, examinei primeiro 100 frases em que ocorria algum verbo, num diálogo informal entre duas pessoas jovens, de Belo Horizonte, de nível universitário.

Encontrei apenas dois casos claros de VS:

«Não, mas **tá faltando** um, tem que jogar».

«E o Cristo **fui eu**».

Outros casos me deixaram na dúvida, porque o verbo pode ser interpretado como impessoal: ⁷

«Engraçado... num devia **dar** um barulhinho aqui?».

«Se ocê fechar tudo aí, **dá** até uma gravação boa...».

Outros podem ser considerados de elipse pragmática:

«J. falou **é** traíra e tal, né?».

«**Tá** ali na sacola, ali, acho que **é** torresmo com pão».

Há ainda os casos em que a 3a. pessoa do singular indica sujeito indeterminado (sem o se):

«Ah, já é outro departamento, porque (se) **enxerga** a minhoca, (se) **enxerga** o anzol».

A porcentagem de VS na língua oral é bastante reduzida, portanto. Isso foi confirmado por um estudo de outro diálogo, também de dois jovens de nível universitário, de Belo Horizonte, em que não se encontrou nenhum caso de VS em 100 estruturas em que apareceu verbo.

Esta diferença entre língua escrita e oral é explicável, se considerarmos que vários dos casos que a gramática arrola como de VS são estruturas típicas de língua escrita: participio absoluto, construções com **se**, construções com infinitivo, orações subjetivas. Se também, como vou discutir adiante, a construção com VS é mais conservadora, a menor frequência no diálogo é explicável, pois sabemos que a língua escrita tende a ser mais conservadora do que a oral.

Neste texto também se confirma a teoria de Givón acerca da escala das estratégias de continuidade no discurso. Há, porém, uma diferença entre a língua oral e a escrita. No diálogo, há maior frequência de ocorrência de pronomes pessoais em detrimento da elipse por concordância. Há uma alta incidência de pronomes de 1a. e 2a. pessoa, característicos do diálogo. Esta não é uma diferença significativa em termos de discurso, pois o pronome pessoal é também

considerado como uma estratégia de continuidade. Em Português muitas vezes o pronome pessoal é redundante, porque a flexão do verbo já indica o sujeito. Esta é a razão porque na língua escrita ele não ocorre. Sua alta freqüência no discurso oral deve ser devida às condições de ruído típicas da conversação, em que a redundância é necessária, provavelmente, para assegurar a comunicação (um fator pode ser que o fim das palavras costuma ser surdo em Português, e a terminação dos verbos fica pouco audível). Outro fato diferente na língua oral é a ocorrência de elipses pragmáticas da 1a., 2a. e 3a. pessoas do tipo:

«Tónico, **come** um».

«**Comi** banana».

«É uma delícia».

O resultado geral do primeiro diálogo examinado revelou uma predominância maciça do pronome pessoal de 1a. pessoa do singular, (23 exemplos) seguido dos de 2a. (6 exemplos) e 3a. p.s. (7 exemplos), o que confirma uma afirmação de Givón, de que na conversação diária a 1a. e a 2a. p.s. são os tópicos predominantes. Ocorreram também cinco exemplos de 2a. p.s. indeterminada, como se vê abaixo:

«Molinete, que aí é mais... principalmente em lagoa, **cê** joga lá no meio, aí **cê**...» (...)

«— Mas com o molinete **cê** pode, na lagoa **cê** joga no meio.

— Exato.

— Com vara **cê** fica no barranco, é só peixinho que **cê** vê ali, né?».

Nota-se que a 2a. p.s. é indeterminada, aí, pelo contexto, sobretudo pelo adjunto adverbial «na lagoa», que dá à oração um sentido mais geral do que aquele das outras orações do texto.

Ocorreram no texto 47 pronomes pessoais antepostos.

Pronome relativo ocorreu só uma vez, antecedido de pronome demonstrativo **o**:

«Não, deixa aberto, **o que** puder aproveitar, aproveita».

Esta frase exemplifica, também, o uso do verbo na 3a. pessoa do singular simplesmente, sem sujeito expresso, o que corresponde à

construção impessoal com (se) na língua escrita. Ocorreram 9 casos como esse, de 3a. p. sing. sem sujeito exposto. Na língua oral, quando não se quer determinar o sujeito, basta colocar o verbo na 3a. p.s. e não colocar sujeito nenhum. Isso acontece tanto com verbo transitivo como intransitivo:

«Toda hora tem que jogar».

Acredito que esta construção é sinônima da construção com «a gente», que ocorreu apenas duas vezes no texto. Se colocássemos «a gente» na sentença acima, o sentido seria o mesmo:

«Toda hora a gente tem que jogar».

Com relação a sujeito indeterminado, ou processos de escamoteação do agente, notam-se os seguintes recursos neste texto:

1º — uso da 3a. p.s. sem sujeito exposto — 9 casos

2º — uso do pronome pessoal da 2a. p.s. — 5 casos

3º e 4º — uso de «a gente» e da 3a. pessoa do plural — 2 casos cada.

Exemplo de 3a. p. pl.:

«Ali, é, **descobrir(am)** um lugarzinho assim bem na lagoa, mas prá lá atrás assim».

Enquanto que a ocorrência de pronome pessoal anteposto é bem alta na língua oral, a anáfora ou elipse por concordância deu apenas oito exemplos, o que mostra uma boa diferença em relação à língua escrita. Se raciocinarmos estritamente do ponto de vista da sintaxe, esta parece uma diferença significativa para a nossa pesquisa, porque com o pronome exposto tem-se ordem SV e sem o pronome, tem-se o verbo iniciando a oração. Mas se analisarmos os dados segundo o ponto de vista do Discurso, vemos que tanto um como outro são o mesmo processo de manutenção do tópico. São ambos processos anafóricos, seja anáfora pragmática ou de texto. A diferença entre o oral e o escrito está, a meu ver, em que na língua escrita é possível eliminar

o pronome, porque se vê a terminação do verbo e também se pode voltar atrás, sempre que necessário, para procurar o referente. Além disso, faz parte do processo de educação da língua escrita aprender a eliminar os pronomes quando considerados redundantes. Quem já ensinou crianças a escrever sabe que elas têm tendência a escrever os pronomes que usam na língua oral e a professora tem que insistir durante muito tempo para que elas aprendam a evitá-los nas redações. No Brasil, é considerado elegante suprimir os pronomes na escrita, daí não ser surpreendente que eles não apareçam no texto escrito.

A elipse que ocorre na língua oral mais vezes é a pragmática: 14 casos foram contados neste texto, sendo os mais freqüentes os casos de imperativo e de 1a. p.s. do presente do indicativo, em que a flexão do verbo já indica sujeito (já exemplificado).

Outra freqüência que me pareceu significativa foi a de verbos impessoais: 6 ocorrências. Segundo Givón (1981) os verbos existenciais, alguns dos quais são classificados em nossa gramática como impessoais, têm a mesma função no discurso que a ordem VS: discontinuidade do tópico. Sua função é apresentativa: apresentam algum elemento novo à consciência do ouvinte. Se isso é verdade, então a baixa percentagem de ordem VS no discurso oral é contrabalançada pela ocorrência dos verbos impessoais.

Veja-se, em resumo, o quadro geral que a língua oral apresentou:

Suj. expresso	VS	2	2
	SV	Pro. Pes. SNs	47 12
Suj. elítico (anafórico)	Elipse prag.	14	22
	Elipse por concord.	8	
Sem sujeito	V. impes.	6	17
	3a. p.s. ind.	9	
	3a. p. pl. ind.	2	
Total			100

Quadro de freqüência: VS em língua oral.

Os SNs antepostos (12) foram, em sua maioria, nomes próprios, às vezes repetidos.

Podemos notar, a respeito deste quadro, que há uma quantidade significativa, também na oral, de orações começando com verbo: para 59 casos de sujeito expresso antecedendo o verbo, 41 casos de orações com V inicial, dos quais 2 são VS, e 39 têm apenas V, que pode ser seguido de um SN (como «dá marimbondo lá») ou não. Se a oposição for posta em termos de SV versus V —, há um balanço em Português entre as duas possibilidades. Vários falantes manifestaram a intuição de que quando o verbo vem antes, a ação é considerada de algum modo o foco da atenção. Isto se sente particularmente em exemplos como os seguintes:

«Olha, **germinou** alguma coisa aqui».

«Ó, **fechou** aquela banca ali».

«Ó, **desce** gente aqui».

Quando falei estas frases eu estava considerando importante comunicar **o que** aconteceu, não **a quem** aconteceu. As duas primeiras foram observações em contexto, não se ligando a nada que fora dito antes. A última foi dita a propósito de um lugar em que eu não sabia que o ônibus parava. O que importava era o fato de **descer, quem** descia era secundário, daí ter sido usada a palavra «gente», que equivale a uma indeterminação do sujeito. Os SNs destas frases não são agentes, são pacientes, semanticamente.

Nota-se, enfim, por este resultado, que para 59 exemplos de sujeito anteposto, tivemos apenas 2 de sujeito posposto.

Para verificar a frequência relativa SV versus VS de maneira mais clara, contei 100 estruturas em que havia sujeito expresso claramente. Eliminei, portanto, verbos impessoais, e os casos de sujeito indeterminado indicados pelo verbo na 3a. pessoa (sg. ou pl.), além das elipses de sujeito.

Encontrei em 100, além dos dois exemplos de VS já exemplificados, mais os seguintes:

«**Veio** uma bola mais de dois palmos do nosso lado».

«Num **foi** só eu, não, eu fui um dos que falou, né?».

«Quando é ontem à noite ele chegou, **tava** A., E. e eu lá».

Deu, portanto, uma proporção de 5 VS para 95 SV, o que demonstra o caráter marcado, em termos de frequência, da ordem VS. A ordem normal, não-marcada, é SV.⁸ Confirma-se também a diferença entre oral e a escrita, em que encontrei 15 exemplos de VS em 100, em estruturas com sujeito expesso. Na língua oral informal, em relação à escrita formal, os casos de VS são ainda mais marcados, mais inusitados e a ordem SV é a norma.

Concorrem para a maior ocorrência de VS na língua escrita a maior frequência de certos tipos de oração que são mais raros na língua oral: particípio absoluto, reduzidas de gerúndio, intercaladas, orações com infinitivos, relativas, ou seja, as subordinadas de modo geral, são mais freqüentes na língua escrita.

Como é exatamente nelas que ocorre a ordem VS, forçosamente haverá uma redução desta na oral. É interessante observar que encontramos exemplo de oração reduzida de gerúndio e de infinitivo nos diálogos examinados, mas o sujeito estava topicalizado:

«Mas ocê **pegar** e cortar a trajetória da bola com a rede isso também já é demais».

«Eu **convidando** o L. prá gente ir lá pegar pocã, serra d'água, ameixa, uma pá de (...) e era dele».

«a gente **podendo** evitar a anestesia... seria o ideal, porque...».

NOTAS

1. Observei também que há uma maioria de SNs inanimados na posição pós-verbal—isto se constata nos exemplos citados neste trabalho e também notei nos infinitivos pospostos dos exemplos que Maurer Jr. (1968) alista em sua obra. Acredito que na VS existe uma escamoteação do agente. O assim considerado «sujeito posposto» se identifica mais com o paciente do que com o agente não só na posição como no fato de ser inanimado e não haver concordância na maioria dos casos (ver Décat 1981 para desenvolvimento

deste ponto). Em trabalho anterior (1973) observei que com o infinitivo dependente de verbos causativos o sujeito de verbos intransitivos vem posposto quando é inanimado ou quando não é agente: «Manda vir a cerveja», «Faz entrar o cliente». Os argumentos que Perlmutter (1976) alista em favor da tese de «sujeito rebaixado» são todos válidos para considerar os SNs objetos.

2. Veja-se o que digo, mais no final deste trabalho, sobre o verbo *existir*. Acredito que a posição não-marcada com este verbo é aquela em que SNs indefinidos aparecem pospostos. Parece-me que o autor colocou **um responsável** antes de **existir porque**, neste caso, não se trata de indefinido. Se ele tivesse escrito: «Se existe um responsável...» o SN seria indefinido, e poderia haver ou não algum responsável. Colocando antes, ele parece estar se referindo a uma pessoa determinada. É a diferença que existe, a meu ver, entre: Ele acredita que Papai Noel existe x Ele acredita que existe Papai Noel. No 1º caso, é um Papai Noel determinado, no segundo não.

3. Mais adiante, esclareço que não vou considerar esses casos como de posposição, mas sim de V inicial.

4. Não posso dizer que as negativas condicionem VS. Os exemplos encontrados, excetuando os iniciados por **não** e seguidos de Pronome Indefinido, vêm com verbos do tipo existencial-presentativos, que discuto mais adiante.

5. Ver Lemle, 1978. Anotei também os seguintes casos de não-concordância: «Eu vi pouco apontado os caminhos da autonomia» «É muito espalhado hoje em dia as idéias de Althusser». «Tá justificado a inclusão de mais alguém». Todos estes exemplos são de linguagem oral formal, pois foram falados em um simpósio de professores universitários.

6. A transcrição que faço da linguagem oral segue a ortografia oficial, a não ser em alguns detalhes que não afetam em nada a compreensão. É óbvio que o (r) do infinitivo em final de palavra não tem realização fonética e que o morfema de gerúndio de modo geral é pronunciado -nu, em vez de -ndo. Para uma descrição do verbo no Português Coloquial, ver Pontes (1972), em que as razões para uma escrita morfofonêmica são apresentadas.

7. O Prof. Marco Antônio de Oliveira, a quem agradeço diversas sugestões, me sugeriu considerar como casos claros apenas aqueles em que fosse possível também a anteposição. Mas é difícil decidir de antemão o que é possível e o que não é. Por exemplo, a anteposição é possível com o verbo *existir* (mas o significado muda, a meu ver). Com o verbo *ter* é considerada impossível, mas encontrei em um diálogo um exemplo em que *existir* e *ter* são comutados:

A — Ardósia, só existe preta, ou existe rosa também?

B — Eu só conheço preta, né? Ardósia!

A — Ardósia só tem preta? Hein, J.?

Trata-se de topicalização, mas nem sempre é possível distinguir sujeito de outro elemento topicalizado, como discuto em outra parte (casos como «o relógio estragou o ponteiro» ver Pontes, 1982).

8. A conclusão deste trabalho, por questão de espaço, teve de ser publicada em outra parte. Deve sair nos Anais do VII Encontro Nacional de Linguística (Pontes, 1982). Lá, eu apresento uma tentativa de explanação da ordem VS em português, ao nível do discurso.

BIBLIOGRAFIA

OBRAS USADAS PARA COLETA DE DADOS:

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Discurso de Primavera e Algumas Sombras**. 2a. ed. Rio: José Olympio, 1978 (p. 5-40).

NAVA, Pedro. **Galo das Trevas**. Rio: José Olympio, 1981 (p. 5-57).

YOURCENAR, Marguerite. **Memórias de Adriano**. Trad. Martha Calderaro. 9a. ed. Rio: Nova Fronteira, 1980 (um exemplo só).

Revista **ISTO É**, nº 272. São Paulo: Ed. Caminho, 10-03-1982 (até p. 23).

OBRAS CONSULTADAS

BERMAN, Arlene. «On the VSO hypothesis». **Linguistic Inquiry**, 5:1. 1-38. Cambridge, Mass. MIT. 1974. Citado de: Nápoli, D.J. e Rando, E. **Syntactic Argumentation**. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 1979.

BERMAN, Ruth. «The case of an (S) VO language». **Language** 56 nº 4, p. 759-775. 1980.

BITTENCOURT, Vanda O. **A Posposição do Sujeito em Português**. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 1979.

COMRIE, Bernard. **Language Universals and Linguistic Typology**. Chicago: Chicago University Press. 1981.

CONTRERAS, Heles. **A Theory of Word Order with Special Reference to Spanish**. Amsterdam: North Holland. 1976.

CUNHA, Celso. **Gramática da Língua Portuguesa**. 3a. ed. Rio: Fename. 1976.

DIAS, Epiphânio da Silva. **Syntaxe Histórica Portuguesa**. 4a. ed. Lisboa: Livr. Clássica. 1959.

DÉCAT, M. Beatriz N. **Movimento do Sintagma Nominal Interrogado em Português**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. 1978.

- _____. «Verbal Agreement differences in spoken and written Brazilian Portuguese and their consequences for the teaching of composition» In: **Ensaio de Lingüística 5**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. 1981.
- DUTRA, R. «Considerações sobre o «se»: o pronome camaleão». In: **Ensaio de Lingüística 5**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. 1981.
- GIVÓN, T. «On Understanding Grammar». New York: Academic Press, 1979.
- _____. «Topic Continuity in Discourse: The Functional Domain of Switch Reference». July 1981. A sair em: Haiman, ed. **Switch Reference. Typological Studies in Language**. vol. 2. Amsterdam: J. Benjamins. 1982.
- GREENBERG, J. H. «Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements». In: Greenberg, J. H. **Universals of Language**, 2a. ed., Sixth Printing. Cambridge, Ma: The MIT Press. 1978.
- LEMLE, M. «Heterogeneidade dialetal: um apelo à pesquisa». In: Lobato, L. e outros, **Lingüística e Ensino do Vernáculo**. Rio: Tempo Brasileiro. 1978.
- MATTOSO CÂMARA JR. J. «Um caso de colocação». In: **Dispersos**. Rio: Fundação Getúlio Vargas. 1972.
- _____. **História e Estrutura da Língua Portuguesa**. 2a. ed. Rio: Padrão. 1976.
- MAURER JR., T. H. **O Infinito Flexionado em Português**. S. Paulo Ed. Nacional 1968.
- MC. CAWLEY, J. «English as a VSO language». **Language** 46, 286-299. 1971.
- MELO, Gladstone Chaves de. **Ensaio de Estilística Portuguesa**. Rio: Padrão. 1976.
- PERINI, M. A. «Um aspecto da interpretação do tópicio em português». **Série Estudos**. Uberaba. 1980.
- PERLMUTTER, D.M. «Evidence of subject downgrading in Portuguese». In: Schmidt-Radefeldt, ed. **Readings in Portuguese Linguistics**. Amsterdam: North Holland. 1976.
- PONTES, E. **Estrutura do Verbo no Português Coloquial**. 2a. ed. Petrópolis: Vozes. 1972.
- _____. **Verbos Auxiliares em Português**. Petrópolis: Vozes. 1973.
- _____. «Da importância do tópicio em Português». **Comunicação ao V Encontro Nacional de Lingüística**. Rio: PUC. 1980. Publicado nos ANAIS. 1981.
- _____. «A problem in teaching first language: topicalization in oral Portuguese». **Comun. Congresso Internacional da AILA em Lund, Sweden**. 1981. Publicado em: **Ensaio de Lingüística 5**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1981.

- _____. «Tópicos em Língua Escrita». In: **Ensaio de Lingüística 5**. Belo Horizonte: UFMG. 1981.
- _____. «Ordem VS em Português: Tentativa de Explicação». Com. apresentada ao VII Congresso Brasileiro de Lingüística. Rio: PUC-RJ 1982.
- SAID ALI, M. **Dificuldades da Língua Portuguesa**. 5a. ed. Rio: Acadêmica. 1957.
- _____. **Gramática Histórica da Língua Portuguesa**. 5a. ed. São Paulo: Melhoramentos. 1965.
- SILVEIRA BUENO, F. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa. Curso Superior**. 7a. ed. São Paulo: Saraiva. 1968.
- _____. **A Formação Histórica da Língua Portuguesa**. 2a. ed. Rio: Acadêmica 1958.
- SOUSA DA SILVEIRA. **Lições de Português**. 6a. ed. Rio: Livros de Portugal, 1960.
- THOMAS, Earl W. **The Syntax of Spoken Portuguese**. Nashville, Vanderbilt University Press, 1969.
- VEADO, Rosa Maria Assis. **Comportamento Lingüístico do Dialeto Rural**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1980.

EUNICE PONTES

Universidade Federal de Minas Gerais

Anacoluthon and "Double Subject" Sentences

ABSTRACT: This paper examines constructions that portuguese grammarians have studied under the label «anacoluthon». It is argued that they are similar to sentences Li & Thompson call «double subject sentences». They differ from Ross's (1968) topicalizations because it is not possible to say that the SN to the left was raised from any point of the S to the right. They differ also from left dislocated Ss because there is no copy pronoun in the S to the right. It is concluded that anacoluthon can be interpreted by rules of discourse.

Li & Thompson (1976), describing topic-comment sentences in topic-prominent languages, refer to «double subject» constructions as «the clearest cases of topic-comment structures». They say that «all Tp languages have sentences of this type, while no pure Sp languages do as far as we know» (p. 468).

An example of Japanese was:

- (1) Gakkoo-wa buku-ga isogasi-kat-ta «School, I was busy».

I want to show, in this paper, that what is called «double subject» sentences in so-called Tp languages is also found in Portuguese, under the label of «anacoluthon». Consider the following example from oral Portuguese:

- (2) And the lunch, I'll come back earlier. «E o almoço, eu volto mais cedo».

As in other languages, this construction is formed by an initial NP-the topic-followed by a comment S containing subject and predicate. It is not possible to say that the initial NP was moved from any point of the comment S, since it is complete. There is no element missing in it, as in topicalized Ss, nor any copy pronoun left behind, as in left dislocated Ss. Anacoluthons are perfect examples of Ss which depart from syntax. They are discourse-dependent and consequently, an interesting case for pragmatic study.

In order to interpret a construction like (2), we need to know what was said before in the discourse as well as the context of situation. S (2) was said in the following context: the housekeeper was giving instructions to her maid. She said:

- (3) Tina, pode botar a louça na máquina. **E o almoço, eu volto mais cedo.**

Tina, you may put the china in the dishwasher. And the lunch, I'll come back earlier.

She meant that, as for the lunch, she would come back earlier from work and she would prepare it. Out of context, S (2) could be understood as if the speaker was coming back to have her lunch

earlier. But, in the context of situation this does not make sense, and the maid understood it as it should be. This shows how a S has to be understood in the context of situation as well as of the discourse.

I think S (2) illustrates well Grice's (1975) maxim: «be brief (avoid unnecessary prolixity)». In a very economic way, speaker and hearer understand themselves, not saying what can be supplied by the whole of the discourse and the context of situation.

From the syntactic point of view, these constructions are different from Sp sentences. There is an intonational break between the initial NP and the following S, which is complete. The relation between the initial NP and the following S is a discourse relation, since the following S is always a comment about the initial NP which is the topic. It is the juxtaposition of the NP with the S which creates the semantic link between them.

Keenan-Schieffelin (1976) studied constructions similar to (2) in English under the label of left-dislocation. They describe them as having «the following format: Referent + Proposition. That is, some referent is specified initially and then followed by a proposition relevant in some way to this referent» (p. 240). Although many linguists, following Ross (1967), define left-dislocation as constructions which contain a coreferential pronoun, for Keenan-Schieffelin such constructions may not have a coreferential pronoun, as can be seen in the following example (p. 240):

(4) «The mo-the modern art the twentieth century art, there's about eight books».

I am reserving here the label «anacoluthon» to those constructions which are similar to LD constructions, but do not have a coreferential pronoun, like (3) and (4).

Keenan-Schieffelin (1976) and others (e.g. Prince, 1980) state that LD constructions are typical of spontaneous, or informal, or unplanned discourse. This may be true of English or even Italian, but surely is not true of French, Portuguese, or Classical Greek as attested by traditional grammarians, who study LD under the label of «Pleonasm» and Anacoluthon (see Pontes, 1981, for more information on LD in written Portuguese, French, Spanish). Anacoluthon is described by

Portuguese Grammarians as «putting in the beginning of a clause, without a grammatical link to the rest of the sentence, the object's name after which an assertion follows».

Portuguese grammarians give examples of anacoluthon found in the best writers of our language, from archaic to contemporary Portuguese. I will give here only one example, quoted by Câmara Jr. (1968), from a Brazilian modern poet:

- (5) «Estas estradas, quando novo Eliseu as percorria/as crianças
These roads, when as another Eliseu I crossed them/the children
lançaram-me pedradas».
threw stones at me.

As for the function of Anacoluthon in discourse, Keenan-Schieffelin say that constructions like that introduce a new topic or reintroduce topics. They say that LD constructions «appear most often in (...) an environment in which the referent does not appear in the immediately prior discourse». Its function is to introduce discourse-new referents. They state further, that «Typically, the initial referent is some entity known to or knowable by the hearer from the non-verbal context of the utterance from some prior background experience» (p. 240).

Examples (2-3) tell us that Keenan-Schieffelin are right in one respect: the word «almoço» 'lunch' is introduced by this construction. But I don't think it constitutes a new topic. I think there is, in the conversation, a main topic, which is «kitchen work». The householder and the maid were talking about the work to be done in the kitchen. One was to wash the china, the other was to prepare lunch. Washing the china and preparing lunch are both sub-topics related to the main topic, which is «kitchen work». If one speaks of a 'new' topic in discourse one might be giving the impression that speakers are changing topics entirely as the conversation goes on.

It might be more accurate to speak of a main topic, the discourse-topic, a text-topic and of sub-topics, or sub-text topics. Prince (1980) seems to be thinking along these lines, when she says, about LD, that «Upon hearing a LD sentence, with NPi in leftmost position, infer that the speaker is about to begin a (sub-) text in which some entity is salient and which is judged to be of a certain «bigness» (p. 21).

It is interesting to notice that, although the Anacoluthon is also found in written language, it is not well accepted in formal written language. In this register, what corresponds to Anacoluthon is a construction exactly equal to (2), but beginning with an expression as «quanto a», «in relation to», as far as X is concerned», etc. If we want to transform (2) in a construction well accepted in written formal language, it is sufficient to add «quanto a», before 2:

(6) «Quando ao almoço, eu volto mais cedo»

As for the lunch, I'll come back earlier

This expression, «quanto a», is used, in written formal language, to begin paragraphs, and has the same function, I think, that «anacoluthons» have in other registers. We use «quanto a» in order to call attention to another sub-topic. This sub-topic, usually, is related to some antecedent in the text as a sub-part of a main topic, the text-topic.

Prince (1980) noted that 23% of LD occurrences in a corpus were transcribed as paragraph-initial. Based in McKeon (1980) she observes that a «text-piece meets two criteria: (A) it must be (expected to be) a coherent (sub) text, and (B) it must be big» (p. 17). These two criteria are used by Prince to define LD structures, as can be seen from the quote I mentioned earlier on. I suspect that there is a relation between Anacoluthons and paragraphs. This suspicion is corroborated by an early research a student of mine is doing on connectives. She is finding a correlation between some connectives which we suspect are paragraph-introducers and the occurrence of LDs.

Anacoluthons occur in Portuguese as topic-reintroducers:

(7) A. Não, realmente, João, acho que eu te falei, eu pretendo

Not, really, John, I think that I told you, I intend to

fazer acupuntura em Odontologia. É só aparecer e eu vou...

do acupuncture in Odontology. When it comes up, I'm going

enfiar a cara prá ver se a gente faz um curso diferente.

to... work hard so that we may have a different course.

Um curso de **especialização**, né? A gente clini... fazer

A specialization course, ok? We clini... to do

clínica geral é muito bom, a gente... (a) prende muito

general practice is very good, we... learn a lot

ganha muito, né? O conhecimento não fica muito limitado...

earn a lot, uh? Knowledge ins't very limited...

B. Humm-hum.

A. enquanto que **especialidade**, a gente limita muito o
while in specialization, we narrow down knowledge too much.
conhecimento.

In this example, we see that the speaker began speaking of «specialization», then changed to «general clinic», contrasting the two fields of work in Odontology. After, that, he returned to the first sub-topic: «specialization».

We see a similarity between this example and (2): there is a main topic, more general (kitchen work, odontology) and two sub-topics, two «alternatives», following Keenan-Schiffelin.

I have another instance which also exemplifies well this process:

(7) B. Não fica toda vida? a metralhadora atirando?

Does'nt it stay indefinitely? the machine gun, firing?

A. Não! Não fica toda vida não. Esse negócio de ficar toda
No! It does not stay indefinitely. This business of firing

vida é conversa fiada! Toda vida só arma automática. Se
indefinitely is rubbish. Indefinitely only automatic gun. If

ocê ficar com o dedo ali, se ficar com o dedo ali ela vai
you keep your finger there, if you maintain your finger

e volta e... pá! Vai e volta e... pá!...

there (thegun) it goes and comes back... pá! It goes and comes
back...

B. Feito metralhadora?

Like a machine gun?

A. É. Feito metralhadora. Porque a arma automática quando a

Yes. Like a machine gun. Because the automatic gun when

gente dá um tiro, o cano abre...

we fire it, the... barrel opens up.

The speaker was talking about «automatic gun». The listener interrupted with a question, in which a new word appeared: «machine gun». When the speaker returns to «automatic guns», he uses an Anacoluthon.

Keenan-Schieffelin (1976-246) considered that referents like «speaker» or «hearer» «are less likely to be foregrounded or «topicalized» through constructions like LD. We found some examples of anacoluthon with «speaker» foregrounded:

- (8) Eu agora, cabô desculpa de concurso, né?
Me now, no more excuses about exams, he?
- (9) Cê fuma também? Eu, graças a Deus, é só café.
Do you smoke too? Me, thank God, it's only coffee.
- (10) Eu, Brasília não era a primeira vez.
Me, Brasília it wasn't the first time.

These were examples found in sparse dialogues. But in traditional grammars of Portuguese, examples of Anacoluthon with foregrounding of the speaker are very frequently found. In these cases the anacoluthon occurs when the speaker wants to call attention to himself, while contrasting at the same time his person with another (or others).

To sum up, Anacoluthon differs syntactically from LD and Topicalization because it does not have a resumptive pronoun, neither is it possible to say that some part of the comment-sentence was transformationally transposed to the beginning of the sentence. It is similar to topicalized and LD sentences in the fact that it begins with a referent followed by a comment-sentence. The comment-sentence, as it happens with the so called «double subject sentences» in Chinese or Japanese, is complete, with subject and predicate. The relation between the referent-topic and the comment-sentence, which are juxtaposed, is one of discourse: we establish a link between them based on what Grice describes as maxims of conversation: «Be relevant» and «Be brief» (p. 46).

As Keenan-Schieffelin noted, we link the referent and the proposition «because they follow one another in real speech time and because we assume that speakers normally make their utterances relevant to prior talk, and because it makes sense to link them (given their content and our knowledge of the world» (p. 255). I agree with these authors in the sense that there is a continuum between syntax and discourse.

The distinction Morgan (1982:200) shows between: «Peter burned the look because he didn't like it x Peter burned the look. He didn't like it» — does not hold for anacoluthons. Morgan says that in the first there is a syntactic relation, in the second a discourse relation, since these are independent sentences. But in Anacoluthons there are no independent sentences, and, nevertheless, the relation is one of discourse. As in the second case, the mechanism involved is «our ability to make common sense inference» and «it can be cancelled by contextual factors, in the manner of Grice's (1975) conversational implicatures» (Morgan, 1982: 200).

What Prince says about the function of Topicalization (1981) and LD (1980) apply also to Anacoluthon, although it differs from them syntactically. This construction illustrates well what Green & Morgan (1980: 177) say about the way we interpret language: we use all our world knowledge and we recreate in order for it to make sense.

This construction, we see, is not found only in topic-prominent languages as Li & Thompson believed. Portuguese, as can be seen from studies on frequency of occurrence in texts (see Pontes 1982) is a subject-prominent language, and it has «double-subject» sentences. They are less frequent than subject-predicate sentences, they are «marked», in the sense of Givón (1979). I think it is quite natural that a marked construction like that be used for calling attention to a particular referent, or to mark a change of sub-topic in discourse.

I also think Anacoluthons have a role in the text, in the organization of the sub-topics in relation to the main, general topic. They perform, therefore, the same task expressions like «quanto a» perform in written formal discourse. They occur in oral language as well in some less formal registers of written language. LD constructions are also found in modern poetry, (see Pontes, 1981) which confirms Tannen's assertion: «features which have been identified as characterizing oral discourse are also found in written discourse» (1982:1) and «literary discourse, rather than being most different from ordinary conversations, is, in fact, most similar to it» (p. 2).

* Comunicação apresentada ao XIII Congresso Internacional de Linguistas, realizado em Tóquio, Japão, de 29/8 a 4/9 de 1982. Agradeço ao CNPq o auxílio que me permitiu participar deste Congresso.

REFERENCES

- CAMARA JR, J. Mattoso. **Dicionário de Filosofia e Gramática**. 3a. ed. S. Paulo, J. Ozon. 1968.
- GIVÓN, T. **On Understanding Grammar**. New York, Academic Press, 1979.
- GREEN, G. M. & MORGAN, J. L. "Pragmatics, Grammar, and Discourse". In: COLE, J. ed. **Radical Pragmatics**. New York, Academic Press, 1981.
- GRICE, H. P. "Logic and Conversation". In: COLE, P. & MORGAN, J. L. eds. **Syntax and Semantics 3: Speech Acts**. New York: Academic Press, 1975.
- KEENAN, E. O. & Schieffelin, B. "Foregrounding Referents: A Reconsideration of Left Dislocation in Discourse". In: THOMPSON, H. et al eds. **Proceedings of the second annual meeting of the Berkeley Linguistics Society**, University of California, Berkeley, CA. 1976.
- LI, C. & THOMPSON, S. "Subject and Topic: A New Typology of Language". In: LI, C. ed. **Subject and Topic**. New York: Academic Press, 1976.
- MORGAN, J. L. "Discourse Theory and the Independence of Sentence Grammar". In: TANNEN, D., ed. **Georgetown University Round Table on Languages and Linguistics 1981**. Washington, D. C.: Georgetown University Press, 1982.
- OCHS, E. "Planned and Unplanned Discourse". In: GIVÓN, T. ed. **Syntax and Semantics 12: Syntax and Discourse**. New York, Academic Press, 1979.
- OCHS, E. & DURANTI, A. "Left Dislocation en Italian Conversation". In: GIVON, T. **Syntax and Semantics 12: Discourse and Syntax**. New York, Academic Press, 1979.
- PONTES, E. "Construções de Tópico em Língua Escrita". In: M. C. Magro e R. Dutra, eds. **Ensaio de Lingüística 5**. Belo Horizonte, UFMG, 1981.
- . «Ordem VS em Português». In: **Ensaio de Lingüística 8**. Belo Horizonte, UFMG. 1982.
- PRINCE, E. "A Functional Approach to Text Analysis: Left Dislocation and Topicalization". **Symposium on Approaches to Text Analysis**, University of Chicago, 1980.
- . Topicalization, Focus-Movement, and Yiddish-Movement: A Pragmatic Differentiation. **Papers from Berkeley Linguistics Society**, 1981.

Discussion of the Anatomy, Physiology and Pathology involved in Dysarthria and Apraxia

ABSTRACT: The articulation of the speech sounds depends on the coordination and the movements of the articulator's muscles, the oral sensation and the overall sensory information (feedback mechanism) about the articulator's performance. When something is wrong with one or more parts of those units, phoneme misarticulations may occur.

Dysarthria and apraxia are disorders of speech due to lesion that affect the coordination and the movements of the articulator's muscles. We are going to discuss the anatomy, physiology and pathology involved in those two kinds of speech disorders.

A DYSARTHRIA:

Articulation of the speech sounds is the result of the bilateral muscle movement of the articulators. This process involves the motor system, the coordination centers, some cranial nerves, some cortico-spinal nerves and a great number of muscles.

The motor system is formed by the pyramidal and extra pyramidal tracts. The nerve fibers come from the precentral gyrus, in both hemispheres, travel downward by the pyramidal tracts, and after decussation of the axons of the pyramidal tract in the medulla, those axons concerned in articulation by the way of some cranial nerves, such as the trigeminal (V), the facial nerve (VII) and the hypoglossal (XII) innervate the muscles responsible for the movements of some articulators such as: the lips, the tongue, the velum, the larynx.

The process of speech utilizes the respiration process and the cortico-spinal nerves that are concerned in the movements of the thoracic cage. The respiration process is important to phonation, resonance and articulation.

The cerebellum, whose white matter includes three bundles of projection fibers connecting it to other parts of the brain, and the basal ganglia in the diencephalon are the centers for coordination and regulation of the processes involved in speech such as the articulation of the sounds.

The muscles involved in speech production and, mainly, those responsible for the movements of the articulators are related to dysarthria: muscles of phonation, of the pharynx, the velum, the tongue and some facial muscles.

When some of these structures are damaged, dysarthria may occur. The varieties of dysarthria depend on the damage or damages to a structure, but it may also occur a combination of dysarthrias, related to lesions in more than one structure. The lesions are related to pre-natal or para-natal or post-natal periods. The causes of brain damages are various. There are some lesions that the child is born with, the congenital ones. Others occur during the birth process-para-natal lesions. Most of these lesions are due to anoxia. A child that is normal at birth, but by some diseases or accidents has brain damage and an adult that contracts sclerosis or muscular dystrophy are examples of natal lesions.

The bilateral lesion of the precentral gyms or the pyramidal tracts, or the basal ganglia cause dysarthria. As articulation depends on both side movements, when there is an unilateral lesion, dysarthria may occur, lent it is not as severe as in case of bilateral dysarthria. In case of bilateral pyramidal lesions related to articulatory muscles, the tongue may appear firmer and shorter than the normal, the palatal and pharyngeal reflexes are exaggerated, the articulation of the consonants, especially the labials and dentals are affected.

Lesion of the extra-pyramidal tract may cause muscular rigidity, immobility of lips and tongue and intelligibility. The pitch of the voice may be monotonous.

When the cerebellum or the basal ganglia are damaged, the speech is explosive, with separate syllables, irregular pitch (excessively low or high) and incoordinated respiratory movements may occur.

Lesion of the cranial or the cortico-spinal nerves or of the muscles cause weakness of the muscles of the articulators, affecting the movement of the lips (labial sounds), of the tongue (affecting dentals and gutturals), of the velum or/and the pharynx (bringing nasality) or of the larynx.

Lehiste (1965) described all speech deviations observed in dysarthria individuals and divided them in different features which characterize the speech of these individuals. He classified those features into three parts:

— Dysarthric deviations due «to lack of control over the activity of the velum», such as denasalization of initial or/and final consonants, nasalization of the syllable nuclei or of non nasal consonants;

— Dysarthric deviations due to misarticulations such as, palatalization, retroflexion of no retroflex sounds, or vice-versa, devoicing of initial plosives, misplacements, distortions in manner of articulation, distortions in syllability and others;

— Dysarthric deviations due to insufficient control of activity of the vocal folds; such as laryngealization of consonants or syllable nuclei, breathy segments, voiceless transitions, devoicing of initial or/and final resonants.

Those deviations may be due to one or more lesions.

B. APRAXIA:

Apraxia is an inability to perform certain voluntary actions with conservation of the power of movement.

Apraxia was first described by Hughlings Jackson in 1866 (Brown, 1972):

«A patient will be unable to put out his tongue when we ask him, although he will use it well in semi-in-voluntary actions—for example, eating and swallowing. He will not make the particular grimace he is told to do, even when we make one for him to imitate. There is power in his muscles and in the centers for coordination of muscular groups, but he — the whole man, the «will» — cannot set them agoig».

(Lord Brain, 1965 p. 160).

This disorder was called differently «phonetic desintegration» by Alapouanine et al. (1939), «cortical dysarthria», (Bay, 1962) and «apraxia dysarthria» (Nathan, 1947), (Schuellis, 1975).

Apraxia is not related to automatic movements and is «not a separate entity related only incidentally through anatomical connections, but is the result of the interference in the genesis of voluntary movements». (Brown, 1972). This movement involves connections between the conceptual and motoric forms, as well as the sensory system. The development of an voluntary action, generally involves idea, kinaesthetic factors and sensation, which are largely unconscious processes, depend on the act, are organized in space and time and each new stage starts after the preceding one has been completed. In other words, each of those components of the voluntary movement shares constant correspondence between «the deep and surface mechanism» (Brown, 1972), whose correspondence gives the sequence of the act. The voluntary act, generally, involves visual and auditory sensations. It does not mean that both have to be present in all the action. Some acts may involve vision, other audition, other both, and it may happen that other senses may be present in the acts. The process of speech, for example, involves an idea, motor movements, auditory sensations and sometimes, visual sensations. The «conceptual» language area is located in the parietal lobe at the level of the cerebral cortex. The Liepman's localization of the voluntary movement extended region is also located in the parietal cortex plus the precentral gyrus of the frontal lobe and is related to the language's area.

Apraxia is a disturbance of these areas: conceptual area of language that underlies the voluntary movement area in the cerebrum, that affects the «lowest level (...) of a motor pattern which regulates the selection of appropriate muscles» (Lord Brain, 1965) for speech.

Apraxia is also related to lesion or lesions in the corpus colossum. Different types of apraxia exist, according to the location of the lesion.

The three major types were proposed by Liepmann in 1920 (Brown, 1972). They are:

— Limb — kinetic apraxia, which involves the lowest level of the motor system, causing a clumsiness of movement. This disorder is always limited to one side of the body or one limb and may occur in case of precentral lesions;

— Ideational apraxia is a result of lesion of the parietal lobe of the dominant hemisphere. The individual can not perform a complex movement because he does not have an «idea of the body parts to be used, the speed, rythm and sequence of movements». (Brown, 1972);

— Ideamotor apraxia, the individual can not organize the movements in space and time. He may perform automatic acts but not the voluntary ones. This type of apraxia may be present on both sides of the body, on the right side only or on the left side only. This type may occur when the parietal lobe of the dominant hemisphere is damaged. «If the lesion is somewhat further forward it may produce ipsilateral apraxia and contralateral hemiplegia» (Lord Brain, 1965).

If the lesion is of the corpus colossum other types of apraxia may occur or a combination of lesions of this part and of the cortex may also occur.

This is also a Liepman's classification: The «sympathetic dyspraxia» may occur in case of cortical and subcortical lesion of the left frontal part of the corpus colossum. It may occur with lesions of the right frontal cortex. It consists of apraxia of left arm and leg in patient with right hemiparesis. The corpus colossum lesion occur with left apraxia, and the subcortical lesion of the right side of the corpus colossum may bring the left side apraxia. (Brown, 1972). The Liepman's divisions were the basis for other studies and more specific types of apraxia are found and generally their names indicate its localization or its function. They are: facial apraxia, trunk apraxia, apraxia for dressing and constructional apraxia.

* This article was made up during the course of Speech Pathology and Audiology — Downson State University, Maryland, USA — during the Fall of 1977.

REFERENCES

BRAIN, Lord. **Aphasia, Apraxia and Agnosia. Speech Disorders.** 2nd edition, Washington, Butterworths, 1965.

BROWN, Jason W. **Aphasia, Apraxia and Agnosia.** Springfield, Charles C. Thomas, 1972.

LEHISTE, Ilse. «Some acoustic characteristics of dysarthric speech». **Biblioteca Phonetica.** # 2, 1965.

SCHUELL'S, Hildred. **Aphasia in Adults.** 2nd edition, Hagerstown, Harper and Row, 1975.

RICHARD JACKSON HARRIS

Universidade Federal de Minas Gerais

The Kansas State University

Cognitive Psychology and Applied Linguistics a timely rapprochement

ABSTRACT: This paper reviews several central theoretical constructs in contemporary cognitive psychology and argues that such knowledge can be useful for the applied linguist. An example of such a use is then discussed: the study of the way consumers draw inferences about products from advertisements and then remember those inferences as facts. A second example of the influence of the wording of a question on eyewitness memory is also examined.

1. INTRODUCTION

In recent years it is becoming more difficult totally to separate linguistics and psycholinguistics, or, more generally, linguistics and cognitive psychology. To truly understand how language works requires the consideration of psychological factors, such as the intention of the speaker, the context of the utterance, and the knowledge in the mind of the hearer. This knowledge and its effects on comprehension and memory are the subject of this article. I will argue that applied linguists can benefit from some knowledge of some current research in cognitive psychology. First, some concepts from current psycholinguistic research will be briefly discussed. Next, I will demonstrate the application of these constructs in studies of two issues in applied linguistics, namely, the questions of the effects of language in deceptive advertising and eyewitness memory.

2. SOME RELEVANT CONCEPTS FROM COGNITIVE PSYCHOLOGY

2.1 The Source of Meaning

The most common current theoretical position in cognitive psychology and psycholinguistics can be described as «interactionist», that is, neither empiricist like the Behaviorists nor nativist like Chomsky. The mind is active in the processing of information from the world. The meaning of this information emerges from the interaction of the information and the active mind interpreting that information. Therefore, the meaning is neither a property of the words that contain the stimulus nor of the mind that comprehends them. Rather, it exists only after the linguistic stimulus and the activities of the mind interact with each other. The meaning then emerges from this interaction and becomes the basis of the construction of the memory representation of that new linguistic information.

2.2 The Constructive Nature of Memory

Basic research in cognitive psychology in recent years has shown that the nature of memory is constructive (e.g., Spiro, 1980). Our memories do not record everything verbatim like a tape recorder or computer that stores information literally and later retrieves it in the

same form. On the contrary, memory interprets everything, constructing representations of these interpretations in order to store them in permanent memory. It is these stored interpretations that we remember. This phenomenon has been demonstrated to be very general across a wide variety of tasks with both linguistic and nonlinguistic materials (see Harris, 1981, and Harris & Monaco, 1978, for detailed discussions of these issues).

2.3 The Schema as a Knowledge Structure

Another important theoretical notion coming out of the last five years or so of research in cognitive psychology is the **schema**. First introduced by computer scientists studying questions of natural language processing and artificial intelligence, the construct has become very important in cognitive psychology (see Rumelhart, 1980, for a detailed discussion of the schema).

Rather informally, a schema may be defined as «a unit of organized knowledge about events, situations, or objects» (Moates & Schumacher, 1980, p. 33). As such, schemas guide the acceptance of new information entering from the senses. Schemas also guide the retrieval of old information stored in permanent memory.

For example, suppose that you have a schema of Portuguese people, that is, a body of knowledge about people from that particular country. Your schema could include factual information, particular personal experiences, stereotypical biases, etc. When someone says to you «That new professor is from Portugal», your knowledge schema about Portuguese people is retrieved from memory to help understand this new information. This schema guides the acceptance of new information; for example, if your schema about Portuguese people includes the beliefs that they are stupid and lazy, you probably will be more likely to attend to and remember details about the new professor which are consistent with that schema (e.g., he arrives late) and more likely not to notice or disregard information about him that is inconsistent with the schema (e.g., he has written 25 books).

As well as guiding acceptance of new information, your schema will guide the retrieval of old information from permanent memory, i.e., you will be more likely to retrieve information compatible with your schema, for example, remembering two stupid Portuguese people

you have known and forgetting the smart ones, because they do not fit the schema as well. This example is, of course, greatly oversimplified for explanatory purposes, but it serves to illustrate the principles.

In this way schemas guide the construction of inferences by the person hearing or reading language. The specific nature of these inferences is different depending on the particular schemas in our memory. The inferences that are constructed are thus a product in part of the knowledge schemas in the memory of the person doing the inferring. They are also, of course, in part a product of the language of the stimulus itself.

2.4 Linguistic Influences in the Construction of Inferences

Psycholinguistics research in the last ten years has shown that even very small changes in the wording of an utterance can greatly affect the way the information it contains is remembered. For example, many people that hear (1) remember that they had heard (2). This happens not because they they did not understand.

(1) The prisoner was able to escape from jail.

(2) The prisoner escaped from jail.

(1) correctly but rather, because, upon hearing, (1) they interpreted it according to their schemas about prisons and prisoners that had been retrieved to aid in comprehension. The final memory representation of this sentence is thus a constructed interpretation, which often includes the inference that, since the prisoner was able to escape from jail, he must have done so. Although this consequence may be highly likely, depending on the context, it is not certain; it is possible, for example, that the prisoner did not know that he had the opportunity to escape or that he was too stupid to take advantage of it.

This type of inference is called a pragmatic inference, because it involves more than was present linguistically in the utterance. Whether or not a given inference is actually made will depend on the context of the utterance and the knowledge in the memory of the hearer or reader (see above), instead of merely being a product of the linguistic properties of the utterance.

Our laboratory, and others as well, have shown that people make such inferences in a wide variety of situations with a wide variety of linguistic materials (Harris, 1981). Moreover, they remember that these inferences had been directly stated as facts in the original utterance (Brewer, 1977). They often seem to have no realization that this information was constructed by themselves, not spoken by the speaker or written by the writer. This ability to construct inferences is typically very useful and necessary in normal language comprehension. There are times, however, when it becomes important to distinguish information that was stated directly from that which was constructed upon hearing or reading the language. Some such cases involve important questions of linguistics. We will now examine two examples of research using the concepts and methods of cognitive psychology to study such problems of applied linguistics.

3. THE PROBLEM OF MISLEADING ADVERTISING

One such issue is the processing of advertisements by the consumer prior to making a purchase. If consumers in fact infer more than an ad claims directly, it is thus possible that an advertiser could imply that the product is better than it really is — **without lying**, because it is the consumer who is concluding the false information, not the advertiser who is stating it. There are many ways that an ad can imply something that is not necessarily true without stating it directly. (See Preston, 1975, for a more thorough examination of these issues).

Before looking at examples of such claims, it is worth mentioning one important point about the relationship of truth and comprehension. That is, literal truth is not the opposite of deception, or misleadingness. An ad can be false without being misleading, as in the case of a humorous ad that state something ridiculous with no intention that anyone would believe it, e.g., (3). Literally (3) is false,

(3) These jeans will make you fly off into the sunset into the arms of your sweetheart.

but it seems unlikely that anyone would be terribly suprised or disappointed when their jeans did not lift them off the ground.

On the other hand, an ad can mislead without being literally false; it is this type of ad that is discussed below. Although truth may be a linguistic, and sometimes legal, question, misleadingness, or deception, is a psychological question, specifically one dealing with the processing of the information in the ad, because what is important is the interpretation constructed by the consumer, regardless of the semantic and syntactic properties of the language of the ad itself.

3.1 How to Mislead without Lying

One way of implying something without stating it directly is by the use of hedge words. These are words which seriously weaken the literal truth of a claim but may still leave a strong implication, e.g., (4) does not insure that the toothpaste will **defeat** or **prevent** cavities, only that it will **fight** them. Similarly,

(4) Our toothpaste fights cavities.

(5) This beer could be the best you've ever tasted.

(5) does not say that the beer is the tastiest, only that it **may** be.

A second type of true-but-potentially-misleading claim is the case where comparative adjectives or adverbs are used without giving the subject of the deleted deep-structure sentence, e.g., (6) would

(6) Ogo Detergent will make your clothes cleaner.

not be false if the deleted clause were «than washing with coal dust will» or «than washing with no detergent will». When the hearer hears a comparative adjective or adverb with no basis of comparison given, he/she uses relevant knowledge schemas to infer a probable basis (e.g., «than using any other brand») and uses that inferred information to understand the ad.

Two imperatives may be juxtaposed so as to imply dubious a causal relationship between the two actions, e.g., (7) does not assure

(7) Don't catch colds this winter. Take our pills.

that the pills will prevent colds. It is merely two imperatives spoken sequentially. Our minds infer the causal relationship.

A negative question can imply an affirmative response, which may or may not be true, e.g., (8).

(8) Isn't fine quality leather important for your family's shoes?

The inappropriate, incomplete, or inadequate reporting of statistical results of surveys and scientific studies may easily mislead the consumer. For example, giving only the number of people responding in a given manner, without reporting the sample size or percentage, or vice versa, presents only a portion of the picture. Thus (9) would still be true even

(9) 75% of the doctors recommend our brand.

if only four people were questioned and all were related to the manufacturer!

In our psychological laboratory at Kansas State University (USA) we have studied such advertisements, in order to determine if they are in fact misleading, and also to develop ways of teaching people to avoid making unwarranted inferences beyond what is directly stated.

3.2 Research on Inference Drawn from Ads

Method

To best explain this research, the procedure of a typical experiment will be described. Twenty-four short ads roughly comparable in length to the 30-second spots on television were written. Although they described fictitious products, they were of the type advertised daily on radio and television in the United States, Brazil, and many other countries.

Each ad had two versions, identical except that in one a critical claim was directly asserted, while in the other the same claim was only implied. In addition, two test sentences were written. One was a paraphrase of the critical information that was either asserted or implied in the ad. The other sentence was a control item, which was of either false (12 items) or indeterminate (12 items) in truth value. These items were included to avoid the appearance to the subject of too many true items. A sample set of materials appears below (10-13).

- (10) Asserted-claim Version: Aren't you tired of the sniffles and runny noses all winter? Tired of always feeling less than your best? Taking Eradicold Pills as directed will get you through a whole winter without colds.
- (11) Implied-claim Version: Aren't you tired of the sniffles and runny noses all winter? Tired of always feeling less than your best? Get through a whole winter colds. Take Eradicold Pills as directed.
- (12) Test Sentence (Critical): If you take Eradicold Pills as directed, you will not have any colds this winter.
- (13) Test Sentence (Control-Indeterminate): Eradicold Pills have been proven more effective in laboratory tests than Anacin or Bayer.

There were thus two lists of 24 stimulus ads each, with 12 claims directly asserted and 12 pragmatically implied in each list. An ad that appeared in its asserted version in one list appeared in its implied form in the other. There was one list of 48 test sentences, 24 over information either asserted or implied in the critical claims and 24 over the control items. The subjects were North American university students enrolled in Introductory Psychology classes; they received extra course points for participating. After being told this was an experiment on the comprehension and evaluation of commercials, they heard one of the two tape-recorded lists of 24 ads. After hearing the ads, they received a list of the 48 test sentences and evaluated each of them on a five-point scale (1 = false, 2 = probably false, 3 = indeterminate, 4 = probably true, 5 = true), according to their memory for the ads.

3.2.2 Results and Conclusions

The first result of these studies was that subjects indeed made the expected inferences from the implied claims in the ads and subsequently remembered these inferences as facts (Harris, 1977). Frequently they were not able to discriminate whether they had heard the claim implied or directly asserted. Thus it is possible to imply some information about a product without stating it directly and

produce the same effect on the consumer's perception that would have occurred if the information had been asserted as a fact.

In further examining this issue, we tried to develop some methods of teaching people to avoid making possibly unwarranted inferences from ads. In these studies of such training (e.g., Bruno & Harris, 1980), subjects received a short instruction session, which taught them some specific linguistic constructions (discussed above) which could invite unwarranted inferences. The subjects practiced identifying such inferences in sample ads similar to the stimulus ads they were to hear later. The experimenter insured that each person in the group responded aloud to at least one item. This point of the subjects actively responding in the training was very important. This type of training did affect the answers made later to the memory task described above; subjects responses indicated that they could discriminate asserted and implied claims better than a control group that also received an interactive training session but one that did not relate at all to the topic of inferences. This discrimination showed some tendency of becoming ever sharper over a ten-day period with repeated testing. In conditions where subjects heard or read only a set of instructions about avoiding the pitfalls of unwarranted inference-drawing, responses on the memory task did not differ from those made by a control group that received no training or instructions at all.

This research project was continued in examining different types of memory measures and using real commercials in real television programs viewed in the home (Harris, et al, 1980). This type of research has some clear application and usefulness for people designing consumer education materials. See Harris, Dubitsky, & Bruno (1982) for a review of the entire project in more detail.

4. THE PROBLEM OF LANGUAGE AND EYEWITNESS MEMORY

A second example, described in less detail, of applied linguistic research that uses the theory and method of cognitive psychology is the work of Elizabeth Loftus and her colleagues at the University of Washington. They have conducted an active research program over the last decade studying the problem of eyewitness memory. In a typical experiment, subjects see a short film of some event like an auto accident and later respond to questions about it. Loftus has demons-

trated that even very small changes in the wording of the question can influence the subject's memory for the event. For example, using a definite article (15) rather than an indefinite article (14) caused more subjects to respond that they saw a broken headlight, even though in fact

(14) Did you see a broken headlight?

(15) Did you see the broken headlight?

none had existed in the film. In this case they retrieved some knowledge schemas about automobile accidents; a broken headlight is very compatible with such a schema. For this reason, and because the use of the definite article generally presupposes the existence of a particular referent readily known to speaker and hearer, the hearer inferred, without realizing the error, that there was a broken headlight.

Loftus also demonstrated that the wording of such questions can have a longer-term effect. For example, Loftus and Palmer (1974) found that subjects questioned with (16), compared to those questioned with (17), both gave a faster average speed for the car questioned shortly after **and** were more likely

(16) About how fast was the car going when it smashed into the other car?

(17) About how fast was the car going when it hit the other car?

to falsely remember one week later that there was broken glass (in fact there was none). Thus the schematic knowledge brought to bear in comprehension of the question differed somewhat in the «smashed» and «hit» cases and thus altered the memory representation being constructed and stored in a way that affected information retrieved one week later.

That fact that eyewitness memory is so subject to distortion by the wording of questions asked in the courtroom or in pretrial questioning has important ramifications both for the legal process and the study of memory and language. See Loftus' (1979) book for a more detailed discussion of her research program and these issues in general.

5. FINAL COMMENTS

Obviously there are many more actual and potential applications of cognitive psychology to applied linguistics than the two described here. They serve only to illustrate some specific ways of implementing this promising, if still fragile and tentative, coming together of the two disciplines.

NOTES

This article was written while the author was a Visiting Lecturer in the Departamento de Lingüística e Teoria da Literatura da Universidade Federal de Minas Gerais. Support of the Comissão Fulbright and CAPES is gratefully acknowledged. Correspondence should be sent to the author at the Department of Psychology, Bluemont Hall, Kansas State University, Manhattan, KS 66506 USA.

REFERENCES

- BREWER, W. F. «Memory for the Pragmatic Implication of Sentences», In: ———. **Memory & Cognition**, 1977. 5, pp. 673-678.
- BRUNO, K. J. & HARRIS, R. J. «Effect of Repetition on the Discrimination of Asserted and Implied Claims in Advertising», In: ———. **Applied Psycholinguistics**, 1980. 1, pp. 307-321.
- HARRIS, R. J. «Comprehension of Pragmatic Implications in Advertising», In: ———. **Journal of Applied Psychology**, 1977. 62, pp. 603-608.
- . «Inferences in Information Processing», In: G. H. Bower (Ed.). **The Psychology of Learning and Motivation**. New York: Academic Press, 1981. Vol. 15.
- . & MONACO, G. E. «The Psychology of Pragmatic Implication: Information Processing between the Lines», In: ———. **Journal of Experimental Psychology: General**, 1978. 107, pp. 1-22.
- . DUBITSKY, T. M. PERCH, K. L., ELLERMAN, C. S., & LARSON, M. W. «Remembering Implied Advertising Claims as Facts: Extensions to the 'Real World'», In: ———. **Bulletin of the Psychonomic Society**, 1980. 16, pp. 317-320.
- . DUBITSKY, T. M. & BRUNO, K. J. «Psycholinguistic Studies of Misleading Advertising», In: R. J. Harris (Ed.). **Information Processing Research in Advertising**. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1982.

- LOFTUS, E. F. **Eyewitness Memory**. Cambridge: Harvard University Press, 1979.
- . & PALMER, J. C. «Reconstruction of Automobile Destruction: An Example of the Interaction of Language and Memory», In: ———. **Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior**, 1974. 13, pp. 585-589.
- MOATES, D., & SCHUMACHER, G. **An Introduction to Cognitive Psychology**. Belmont, Calif.: Wadsworth, 1980.
- PRESTON, I. L. **The Great American Blow-up: Puffery in Advertising and Selling**. Madison: University of Wisconsin Press, 1975.
- RUMELHART, D. E. «Schemata: The Building Blocks of Cognition», In: R. J. Spiro, B. C. Bruce, & W. F. Brewer (Eds.). **Theoretical Issues in Reading Comprehension**. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1980.
- SPIRO, R. J. «Constructive Processes in Prose Comprehension and Recall», In: R. J. Spiro, B. C. Bruce, & W. F. Brewer (Eds.). **Theoretical Issues in Reading Comprehension**. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1980.

Conceitos de Estilística

RESUMÉ: Le présent article est essentiellement un travail de réflexion. Il envisage le fait linguistique du **style** d'une perspective à la fois critique et poétique, ce qui met en question la définition même de **stylistique**. Nous voyons, en conséquence, que la stylistique n'est pas matière à des généralisations ardues, encore moins à une synthèse définitive. Les re-formulations successives de la théorie scientifique du langage nous amènent à une mise-au-point des discussions développées autour de l'expérience linguistique, en tant que fait d'expression. Comment les hommes font-ils du sens avec les mots, et comment font-ils des mots avec leur pensée et leurs sentiments, voilà un problème d'ordre sémantique et qui touche également le domaine poétique et littéraire. Nous sommes, pourtant, devant la question du rôle de la stylistique et de ses rapports aussi avec la science du langage.

Pluralizando a palavra **conceito**, o tema da reflexão poderia talvez sugerir uma temática de controvérsia. Mas não é este o nosso objetivo, menos ainda a nossa proposta. Não pretendemos também esgotar nenhum inventário de opiniões ou de esforços. Se parece realmente difícil delimitar o papel da **Estilística**, nosso trabalho é um estudo. E, como todo estudo, confinado a possibilidades circunstanciais de observação, anotação e questionamento.

Um denominador comum, entretanto, aparece nas tentativas realizadas nesse sentido: denunciar a manifestação de uma individualidade falante, em toda expressão tida como expressão de estilo. Dessa forma, já podemos desde logo depreender a necessidade de um posicionamento da **Estilística**, de um lado em relação à **competência** (ou **língua** saussuriana), de outro lado em relação ao **desempenho** (ou **realização de fala**).

Isso nos leva a indagar sobre os limites e implicações do sentido de **estilo**. Trata-se de indagação milenar. Se muitos se contentaram em repousar na fluidez de certo «não sei quê» peculiar ao escritor ou falante, ao tratar de **estilo**, antes de Cristo encontramos também uma **poiesis** platônica e uma **mimesis** aristotélica, como tipo de esforço para precisar aquele significado. Bem verdade, nenhum dos dois filósofos se restringiu ao campo das manifestações lingüísticas. Mas ambos nos levam aos efeitos da criatividade e, conseqüentemente, a fatos de **enunciação** versus **enunciado** na elaboração estética.

Até certo ponto longe das idiosincrasias estilísticas, Platão nos propicia a idéia da **Beleza**. Sendo tudo e cada coisa uma idéia, será bela essa idéia, como «fabricação» de reflexo da **Idéia, Beleza** imutável, absoluta e eterna. O estilista seria um artesão, inclusive de si próprio, e também o artesão seria estilista, tanto quanto o escritor ou o poeta. «Suas criações se dariam em conseqüência, não do saber, mas de um dom natural, inspiração divina semelhante à dos profetas e dos magos». Também estes criam beleza, «só que não têm ciência do que fazem».⁽¹⁾

1. PLATON, **Apologie de Socrate**, 22 b-e, texte établi par A. WILLEM, H. Dessain Editeur à Liège, 1951.

Como então explicar o mau estilo nesse gênero de artesanato poético? — Para Platão, o autor do «mal» se identifica nesse ponto como o autor do «feio». É aquele que voluntariamente vai optar pela ignorância. Se assim acontece, o «feio» também existe, e seu artesão, respondendo pela própria ignorância, será um artesão culpado.

Como vemos, aqui já nos achamos bem mais no campo de uma metafísica, que se sobrepõe ao estilo de fazer ou ser, e essa metafísica também incorporando a noção de **Estilística** em Platão. Uma ética aí se denuncia. Veremos então a **poiesis** platônica associar-se à **retórica** aristotélica. Esta arte, ou técnica, para Aristóteles, não corresponde à decantada «técnica de persuadir»: pela especulação, desvenda meios e instrumentos adequados ao procedimento da **mimesis**. Platão a definiria como técnica de «guiar as almas por meio do logos» (**psicagogia**, no dizer de Sócrates), executada no e pelo discurso, mas não necessariamente orientada apenas para a expressão lingüística ou literária.⁽²⁾ Aristóteles já evade o genérico domínio do Belo: sua **Poética** ⁽³⁾ analisa obras literárias e sua «retórica» se mergulha preferentemente no estudo da tragédia.⁽⁴⁾ Aí, sem dúvida, criar-se um estilo é, em última instância, um trabalho de **mimesis**. Mas: onde teremos nós a **Estilística**? estaria ela na atividade retórica, ou deveria ser buscada no processo da própria mimese literária?

*
*
*

Só muito recentemente teremos atitudes mais explícitas no que se refere tanto ao conceito de **estilo** como ao papel da **Estilística**.

Bally nos aparece para colocar a sugestiva hipótese das «três estilísticas». Discípulo de Saussure, apresenta-nos o conjunto homogêneo da linguagem como incognoscível. Não podemos, portanto, responder a todas as questões que o problema da expressão nos propõe com uma definição genérica de **estilo**. Poderíamos, sim, determinar um campo de trabalho para o estudo dos meios de expressão.

2. PLATON, *Phèdre*, 261, texte établi et traduit par Léon ROBIN, *Les Belles Lettres*, Paris, 1954.

3. Cf. ARISTÓTELES, *Poética*, trad. de Eudoro de SOUZA, Edição da Col. *Os Pensadores*, São Paulo, Abril Cultural, 1979.

4. Ver BOTELHO, Pero de, *Tratado da Mente Grega*, Belo Horizonte, Ed. da Revista *Candeia*, 1949, pp. 65-75.

Estes meios de expressão, traduziriam eles as «tendências universais do espírito humano, tais como se refletem na linguagem articulada»? Seriam meios específicos, fornecidos por um idioma determinado? Ou, por outro lado, traduziriam os traços de uma personalidade, deixados no falar característico de cada um dos indivíduos? (5) Atender às três interrogativas equivaleria, para Bally a hipótese inviável: uma estilística geral do procedimento da expressão humana; outra estilística voltada para o estudo do grupo lingüístico; e uma terceira que se ocupasse apenas da expressão individual. **Individual**, por sua vez, carece de delimitação. Pode referir-se, tanto ao falante do cotidiano, como ao falante da obra literária.

Quando um indivíduo se encontra nas mesmas condições que os outros membros de seu grupo, podemos admitir a existência de uma **norma** que o orienta e também determine seu comportamento na fala. No caso do escritor, já temos um emprego consciente da língua, além disso com deliberada intenção estética. Essa intenção é o que vai criar a distância imensa entre o falante do cotidiano e o falante artista.

Bally escolhe o falante do cotidiano. (6) Diante da relatividade dos fatos de expressão, admite a possibilidade do levantamento, por abstração, de alguns «tipos fundamentais» de virtualidades expressivas, correspondentes às categorias do pensamento e sobretudo do sentimento. Dessa forma, atribui à **Estilística** contraditoriamente a pesada tarefa do estudo dos fatos de linguagem, mas linguagem oral e organizada, organizada, ainda, do ponto de vista de seu **conteúdo afetivo**. (7) O **estilo** corresponderia à expressão dos fatos da sensibilidade por meio da linguagem oral. Só que não nos parece muito fácil precisar, e sobretudo sistematizar, a noção daquele «conteúdo afetivo».

Talvez seja aí que Bally se posicione em relação à **competência** lingüística. Apesar disso, não faz da estilística uma ciência autônoma. Coloca-a na situação de «ramo de lingüística», cuja tarefa consistiria em inventariar, não fatos de **língua**, mas potencialidades individuais (efeitos de **fala**), à disposição de qualquer usuário. O **estilo** seria

5. BALLY, Charles, **Traité de Stilistique Française**, Genève/Paris, Georg/Klincksieck, 1951, p. 17.

6. Idem, pp. 19 e ss.

7. Idem, p. 16.

caracterizado pela escolha individual. Haveria, então, para Bally, também uma «competência estilística», muito embora não a mencione ou defina nesses termos. Sugere, sim, a noção de *d e s v i o*, explicitada por Cressot em termos mais fortes, pensamos, na medida em que o «desvio» é provocado pelo sentimento do indivíduo perante a língua e definido como «deformação» suscitada pelo eu da expressão. **Estilística**, assim considerada, acaba por tornar-se verdadeira *p a t o l o g i a* da linguagem articulada.

Cressot,⁽⁸⁾ ao lado de Marouzeau,⁽⁹⁾ enfatiza a importância da escolha individual feita pelos usuários da **língua** nos seus comportamentos de **fala**. Distingue-se pela primazia atribuída em sua obra à fala literária. Se para Bally aquele que escreve se acha em desvantagem, despojado de todos os recursos adicionais que a situação na fala oral lhe oferece circunstanciadamente,⁽¹⁰⁾ para Cressot o encantamento estético e a clareza do enunciado escrito provocam no leitor, com maior eficacidade, a *a d e s ã o*. objetivo fundamental da comunicação humana.⁽¹¹⁾ A escolha da expressão adequada levaria o falante ao *d e s v i o* estilístico, e — o mais importante — **desvio deliberado e consciente**, atendendo ao apelo do interlocutor, de maneira mais direta e persuasiva.

Essa consciência voluntária o aproxima de Riffaterre: «a mensagem exprime; o estilo sublinha».⁽¹²⁾ Ao mesmo tempo, nos leva à controvérsia guillaumiana: «não é a linguagem que é inteligente; sim, o uso que dela fazemos».⁽¹³⁾ E os extremos se tocam. Pois, tanto para Riffaterre como para Guillaume, os efeitos da escolha individual se valorizam. Esses efeitos, **sobre a e na** expressão, também se organizariam em estrutura peculiar que define **estilo**. A **Estilística** desvendar essa estrutura. Guillaume nos traria certa ajuda através daquilo que preferiu

8. CRESSOT, Marcel, *Le style et ses techniques*, Paris, Presses Universitaires de France, 1947.

9. MAROUZEAU, Jules, *Aspects du Français*, Paris, Masson et Cie., 1950.

10. BALLY, Charles, op. cit., pp. 21-22.

11. CRESSOT, Marcel, op. cit., p. 2.

12. Apud DUBOIS, Jean, e outros, *Dicionário de Lingüística*, São Paulo, Cultrix, 1978, verbete **estilo**.

13. GUILLAUME, Gustave, «Psycho-Systématique et Psycho-sémiologie». In: *Langage et Science du Langage*. Paris/Quebec, Nizet/Laval, 1964.

chamar de **psico-semiologia**, em correlação à **psico-sistemática** da linguagem. A lei da **psico-sistemática** é a regiosa lei da «coerência»; a lei da **psico-semiologia** é a flexível lei da «conveniência expressiva».⁽¹⁴⁾

Perspectiva saussuriana? Sim, mas apenas tanto quanto a noção de «desvio» nos propõe referência imediata à **norma**. O estudo dos **efeitos de estilo**, em contraposição à virtualidade da **norma** (e, para Riffaterre, a obra, ou o texto inteiro, é **efeito**), seria a função propriamente estilística. Em Guillaume, esse estudo levaria em consideração, além do mais, os pressupostos da chamada «conveniência expressiva».

Por original que seja o enfoque de cada uma dessas concepções, duas tônicas vêm sendo sempre aqui reforçadas: o primeiro denominador comum da «individualidade» (já, pelo menos parcialmente, questionada por Bally), e o fator «escolha», como fundamento de realizações estilísticas.

* * *

Não pretendamos cair no idealismo alemão. O fator **escolha**, entretanto, nos leva a questionar também o objeto concreto dessa escolha. A impressão é de que permaneceria de pé ainda Bally, na eleição da linguagem oral. Quando muito, Cressot se lhe interpõe. Estamos, contudo, nos defrontando agora com o texto chamado «literário», quer para Spitzer ou para Vossler, para os Alonso, Hatzfeld ou Kayser.

Croce, voluntária ou involuntariamente a alma desse idealismo, se eleva contra o positivismo da época.⁽¹⁵⁾

Bally teria sido mais saussuriano que Saussure? Na sua engenhosa e laboriosa proposta estilística, **sincronia** assume tamanha relevância, que a dicotomia saussuriana praticamente desaparece. Teremos então a acronia da linguagem escrita, em oposição à pancronia da linguagem oral (tida como vulgar), mas existente «a serviço da vida» e como «função biológica e social».⁽¹⁶⁾

14. Idem, p. 242.

15. CROCE, Benedetto, **Breviario di Estetica**, Bari, Gius. Laterza & Figli, 1954.

16. BALLY, Charles, **El Lenguaje y la Vida**, trad. de Amado ALONSO, Buenos Aires, Editorial Losada S/A, 1957, pp. 17-18.

A negativa é o que se supõe da equipe idealista. A linguagem humana se caracteriza essencialmente pela sua intencionalidade. E só a fala literária realiza explicitamente esse ato voluntário. Só o texto literário poderá ser então objeto da **Estilística**. No dizer de Spitzer, associando-se a Hatzfeld, Vossler e Kayser, é esse texto que sugere «a unidade essencial entre lingüística e história literária» (17).

Algumas discrepâncias: Spitzer admite a existência do **étimo espiritual** do autor na obra literária, este autor identificado, através do texto, na sua própria personalidade histórica; Vossler já acha que o **étimo espiritual** denuncia a personalidade, sim, do autor, mas personalidade antropológica, produto do homem-escritor; Kayser e Hatzfeld se voltam para o homem-escritor em relação ao estilo de época, ou como personalidade sociológica; quanto aos Alonso, preferem considerar **estilo** como «fato lingüístico», sugerindo, entretanto, as delimitações necessárias entre estilo individual e estilo literário, o que nos devolve a Kayser.

Quase um retorno à intuição polêmica e laboriosa das «três estilísticas» imaginadas por Bally. Só que Dámaso Alonso vai rejeitar o fator escolha (18). Ou melhor: a escolha se daria apenas com referência ao código lingüístico, podendo haver conveniência expressiva até mesmo na exclusividade de uma única expressão possível, o termo próprio.

*
* *

Bem diferente a posição de Jakobson que, sem minimizar a importância desse esforço de estruturação epistemológica, vai preocupar-se com o estatuto científico daquele estudo. Mostrará a necessidade de delimitação do **objeto da Estilística** (tornando-a desse modo autônoma como disciplina), mas levantará também problemas teóricos de caráter intrinsecamente metodológicos. (19) Aspecto interessante da

17. SPITZER, Leo. **Lingüística e História Literária**, trad. de José Perez RIESCO, Madrid, Gredos, 1955, p. 7. Veja-se também VOSSLER / SPITZER / HATZFELD, **Introducción a la Estilística Romance**, trad. de Amado ALONSO e Raimundo LIDA, Madrid, Ed. Coni, 1942.

18. ALONSO, Dámaso. **Poesía Española**, Madrid, Gredos, 1950.

19. JAKOBSON, Roman, **Essais de Linguistique Générale**, trad. de Nicolas RUWET, Paris, Minuit, 1963, cap. **Poétique**, pp. 207-248.

perspectiva jakobsoniana é a preocupação com a **leitura** (o que aparece igualmente em Kristeva) dos caracteres estilísticos, atribuindo à **estilística**, de um lado a definição de uma **função** poética, de outro a identificação das **reações** do leitor atingido pelos **efeitos** daquela função. Em outras palavras, a **Estilística** teria a tarefa de analisar uma **poiesis**, mas também o **feed-back** produzido por essa mesma **poiesis** sobre o **real** ⁽²⁰⁾.

Perguntamos nós: não seria igualmente tarefa estilística o estudo de um novo tipo de feed-back, o feed-back produzido pelos «efeitos de estilo» sobre os fundamentos da própria língua? Outra questão, de caráter sobretudo metodológico, seria a fronteira (já nem mais entre **Linguística** e **Estilística**), sim, entre **Estilística** e **Teoria Literária**. A obra, pensamos, cria referências. E mais as cria do que delas parte. Cria modelos e procedimentos, padrões e motivos permanentemente renovados. Talvez isso explique a existência dos estilos de grupo e de época. Essas referências, no entanto, seriam objeto da **Estilística** ou da **Teoria Literária**? O que depreendemos até agora é que a **Estilística** vem repetidamente se propondo como «ciência auxiliar» ou da Linguística ou da Teoria Literária. Assim, com uma delas se confundiria (lembramos Kayser), ciência vinculada a outra ciência.

Paralelamente Hjelmslev sente a problemática. Mas também apresenta o **texto** como objeto da pesquisa estilística. Esse texto se sujeitaria a dois lances de análise: uma análise «lingüística», antes de tudo, e com referência ao **código**; outra análise, esta «estilística», com referência à **mensagem**. ⁽²¹⁾

Saussurianamente, e mergulhando na teoria do **valor** lingüístico, seria nosso momento de inquirir sobre o como dessa bipolarização epistemológica. A justificativa talvez se encontre na própria dicotomia **langue / parole**. De um lado, operaríamos ao nível das exclusividades, apelando para as **oposições** do **código**; de outro, teríamos recurso aos **contrastes**, nível das simultaneidades no corpo da **mensagem**. As

20. Sobre a função do imaginário no processo da **significação**, ver BARTHES, Roland, «Atividade Estruturalista». In: **O Método Estruturalista**, Zahar Ed., Rio, 1967, pp. 57-63. Ver também nosso trabalho **O Método Estruturalista**, Suplemento Literário do MINAS GERAIS, n. 594, 18-02-78.

21. HJELMSLEV, Louis, **Prologomènes à une théorie du langage**, trad. de Una CANGER, Paris, Minuit, 1971, cap. 22, pp. 149-150.

unidades de **língua**, institucionalizadas sob a forma de **oposições**, seriam referência de observação prévia; as unidades de **fala**, nível dos **contrastes**, caminhariam na **mensagem** para o lance do estudo estilístico. Essas unidades do texto (tomadas como **unidades de conteúdo**, nas palavras do próprio Hjelmslev), diferentemente dos **sinais**, se caracterizariam por sua natureza de **conotações**.⁽²²⁾

Ao distinguir os níveis de estudo para a abordagem das unidades de conteúdo, Hjelmslev vai-se colocar diante de pelo menos três perspectivas semiológicas distintas: a da **meta-semiótica**; a da **semiótica denotativa** e a da **semiótica conotativa**. A primeira se definiria como ciência semiótica propriamente dita, cujas semióticas-objeto se confundiriam com as diversas semiologias, no sentido saussuriano da expressão. A segunda seria a própria teoria lingüística, no estudo da linguagem natural como produto de organização sistematizável. Restam-nos agora os aspectos conotativos da **mensagem**, conseqüentemente a cargo da terceira semiótica.

Em outros termos, e como já vimos, terminada a análise semiótica denotativa, a **semiótica conotativa** iniciaria sua tarefa, para isso utilizando-se do mesmo tipo de procedimento metodológico. Necessário, portanto, distinguir primeiro um «sistema», para em seguida se chegar ao delineamento de um «uso» semiótico. Embora atuando no plano da expressão, Hjelmslev aqui se empenha em frisar o objeto desta **semiótica conotativa**, desvencilhando-a de qualquer preocupação de caráter social, como «dialeto», «língua comum», «forma vernácula» e até certo conceito de «estilo»⁽²³⁾. Se a primeira etapa de estudo se propõe a esquematização dos fatos expressivos do ponto de vista de seus indicadores unívocos, ou **sinais**, a segunda etapa abordará os indicadores equívocos, ou **conotações**.

Novo embaraço: de um lado, a equivocidade agora do próprio termo **conotação**; de outro, e conseqüentemente, a delimitação epistemológica do campo de trabalho estilístico, em Hjelmslev, e do campo de trabalho semântico.

Se **conotação** se opõe a **denotação**, caberia ao estudo lingüístico este segundo campo, concentrando-se o estudo estilístico nos aspectos conotativos da linguagem? Trabalhando na esfera das «unidades de

22. Idem, p. 147.

23. Idem, p. 150.

conteúdo», não acabamos por finalmente delinear, e bem longe da **Estilística**, uma astuciosa especulação semântica, ao encontro de verdadeira teoria da significação?

*
* *
*

De acordo com um dos mais importantes postulados da lingüística moderna, aquelas unidades, como qualquer outro fato lingüístico, só poderiam ser examinadas e delimitadas a partir de sua natureza de relação, e no interior do sistema de relações em que se inserem. Manifestam uma «categoria nova do objeto», traduzindo assim nem «o real» nem «o racional», mas o **funcional**, como produto de atividade essencialmente **poética**.⁽²⁴⁾ Nesse sentido, a oposição **denotação / conotação** acaba por perder sua operacionalidade.

Tomando o clássico exemplo do jogo de xadrez, na imagem saussuriana, jamais encontramos **denotação** ou **conotação**, seja para as peças, seja para os lances de jogada. O jogo é só o que nos poderá indicar a definição de cada elemento em contexto determinado. Distinguem-se, é claro, a definição da peça na «gramática do jogo» e a definição que ela assume em cada um dos lances executados. A «gramática» me dará a competência de jogar; o lance traduzirá meu «desempenho gramatical» no momento considerado. Inútil, portanto, dessa perspectiva, querer sistematizar indicações e indicadores nas unidades de conteúdo, unidades estas concebidas em cada uma das n variantes do emprego de um termo em contextos diversos.

Exemplificando:

Comi um peixão.

Ele pescou um peixão.

Ele é um peixão.

Consegui um peixão.

Só a isotopia do enunciado, e até da situação, poderá determinar qual é o **significado** (conceito que se associa a uma imagem acústica significante) da palavra ali quatro vezes repetida. Essa palavra, conse-

24. BARTHES, Roland, op. cit., p. 62.

qüentemente, será cada vez traduzida por unidades de conteúdo diferentes, o que nos leva a admitir a hipótese de quatro palavras, ou quatro valores lingüísticos nos enunciados distintos.

Seria então o **valor** uma nova denominação para a conhecida **significação** lingüística?

Nossa tendência é admitir para **significação** a referência ao processo de estabelecimento do próprio **significado**. Mas, apesar disso, a questão prevalece. Saussure constata, dentro e fora do domínio lingüístico, o princípio paradoxal que rege a constituição do **valor**. Seria esse valor estabelecido:

- 1) «pelo **dissemelhante** susceptível de ser **trocado** por aquilo cujo valor se deseja determinar»;
- 2) «pelos **similares** que se podem **comparar** com aquilo cujo valor se acha em causa».

«Esses dois fatores são necessários para a existência de um valor. Dessa forma, para determinar quanto vale uma moeda de cinco francos, é preciso saber: 1º que podemos trocá-la por certa quantidade de coisa diferente, por exemplo certa quantidade de pão; 2º que podemos compará-la com um valor semelhante do mesmo sistema, por exemplo uma moeda de um franco, ou moeda de outro sistema (um dólar, etc.)».⁽²⁵⁾

A própria palavra **moeda**, aqui traduzida do texto de Saussure, já se constitui em objeto de análise. Em português, ela tanto se emprega para designar o objeto de metal valorizado na escala do **cruzeiro**, por exemplo, como também o denominador comum dos valores em determinada escala econômica de trocas. É essa a distinção que aparece entre «moeda de um franco» e «moeda de outro sistema», no texto citado. No original francês, já teríamos **pièce** para o primeiro enunciado, ao lado de **monnaie** no final da citação. Saussure observa a palavra francesa **mouton**, que tanto se pode aplicar ao **carneiro** servido à mesa, como ao **carneiro** encontrado nas pastagens. No inglês, esco-

25. Cf. SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral**, trad. de CHELINI/PAES/BLIKSTEIN, São Paulo, Cultrix, 9a. ed., pp. 132-139.

lheríamos **mutton** no primeiro caso, ao lado de **sheep** na segunda enunciação. A diferença de valor entre **pièce** (francês) e **moeda** (português), bem como entre **sheep** (inglês) e **mouton** (francês), deve-se ao fato de terem os primeiros termos das duas comparações a possibilidade de se afirmarem cada um deles como **significado**, por oposição, e oposição esta inexistente no caso dos outros termos **moeda** e **mouton**.

O fator **escolha** se viabiliza mais evidentemente no primeiro caso, embora também prevaleça no segundo. Nesta última possibilidade não há limitação recíproca de valores. Em qualquer das hipóteses, entretanto, verificamos escolha determinada no cerne da própria **língua**, embora admitida como fato estilístico na visão de Dámaso Alonso. Reafirma-se a dimensão funcional do **valor** lingüístico, como postulado da saussuriana expressão **poética** através da linguagem.

Examinemos contudo as expressões:

Vejo um homem carregando uma panela na cabeça.

Vejo um homem que carrega uma panela na cabeça.

Vejo um homem com uma panela na cabeça.

Vejo um homem e, na sua cabeça, uma panela.

Nenhuma dúvida de que, pelo menos para Barthes, estaríamos diante de quatro enunciados «poéticos», ou quatro operações diferentes na habitual análise lingüística da realidade. Utilizar um desses enunciados num só contexto vai exigir, como vemos, a exclusão dos três outros enunciados. A preferência, nesse caso, será determinada aqui também pelo fator **escolha**. Essa escolha, entretanto, já não mais se acha pré-estabelecida no cerne da **língua**, em razão do sistema de **oposições paradigmáticas**. É uma prerrogativa de **fala**.

Na situação anterior, se escolha havia, era ela «obrigatória»: opção condicionada pela **mensagem**, sim, mas nada-mais nada-menos que uma imposição do sistema. Da perspectiva da «gramática tradicional» poderia até redundar no conceito de correção idiomática, donde acepções muito estritas de «paradigma», «regra» ou «norma». Era escolha sistemática e sistematizável. Agora já estamos diante da intencionalidade da expressão humana, aspecto individual da linguagem. E não seria este último tipo de escolha aquilo que interessa propriamente

à **Estilística**? — É, no entanto, uma questão de natureza também semântica.

*
*

É possível que a gramática gerativa nos retire desse impasse. Para ela, o texto é ainda objeto de estudo estilístico. Mas cada texto reflete um dialeto particular, onde notaremos as manifestações de estilo. A tarefa lingüística será estabelecer os modelos de **competência** e de **desempenho**, sem necessidade portanto de recursos auxiliares. O **estilo**, por sua vez, se caracteriza como «maneira de exibir o próprio aparelho transformacional de uma língua». Nessa exibição, a criatividade gerativa é uma atividade **poética**, e a **poesia** é uma maneira de viver a língua. O exercício da linguagem manifesta assim «escalas de poeticidade» na medida em que se concretiza.⁽²⁶⁾ Abre, além disso, possibilidades infinitas de expressão do pensamento e do sentimento, da observação e do raciocínio, sem também se restringir ao mero objetivo da comunicação. Para Chomsky, a faculdade criadora da linguagem humana tem como propriedade fundamental o fato de não se prender a nenhum estímulo imediato, nem se orientar por nenhuma finalidade de ordem prática.⁽²⁷⁾ É nesse ponto que Chomsky se distancia não só de Bloomfield, como de outros lingüistas modernos (inclusive Saussure), para quem o aspecto criador da utilização da linguagem se deve principalmente ao fator de *analogia*, ou até a questões de «hábito», «generalização» ou «condicionamento».

Kristeva mostra a importância da **leitura** no estudo estilístico. Essa **leitura**, como na psicanálise, ao mesmo tempo reconstrói o **genotexto** (estrutura profunda) e descobre ou recria o **fenotexto** (estrutura manifesta).

«O significado poético remete a outros significados discursivos, de modo a serem legíveis, no enunciado poético, vários outros discursos»⁽²⁸⁾.

26. DUBOIS, Jean, e outros, op. cit., verbetes **estilística** e **estilo**.

27. CHOMSKY, Noam, *La linguistique cartésienne*, trad. de E. DELANNOE e D. SPERBER, Paris, éd. du Seuil, 1969. Veja-se especialmente o capítulo *L'aspect créateur de l'utilisation du langage*, pp. 18-59.

28. KRISTEVA, Júlia, *Introdução à Semanálise*, trad. de Lúcia Helena FRANÇA, São Paulo, Ed. Perspectiva, 1974, pp. 174 e ss.

Não se refere, portanto, a um só **código**. É «ponto de cruzamento» de vários códigos inter-relacionados e em oposição, num «espaço textual» múltiplo. Dessa forma, a percepção estilística supõe verdadeiro diálogo entre discursos na reconstrução do texto poético, podendo então ser aqui entendida como espécie de «estilística comparada». Tal comparação nos leva ao conceito de **tradução**, neste caso intra-lingüística, sem excluir a possibilidade de extrapolar-se para o nível inter-semiótico.

Enfim:

Como vemos, e como todo esforço de criação, **estilo** pode ser igualmente entendido como **resultado de um trabalho**. Trabalhar a língua nesse caso, «implica remontar ao próprio germe onde despontam o sentido e o seu sujeito»⁽²⁹⁾. No dizer de Granger, esse despontar é **gênese**: «põe em relação, suscitando-os, a **forma** e o **conteúdo** do campo explorado»⁽³⁰⁾. Caberia à **Estilística** solucionar as dificuldades inerentes àquele trabalho, na surpresa permanente da **re-descoberta** de sua própria criação.

29. Idem, p. 10.

30. GRANGER, Giles Gaston, **Conteúdo, Forma e Prática**. In: **Filosofia do Estilo**, trad. de Scarlett Zerbetto MARTON, São Paulo, Ed. Perspectiva, 1974.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS



IMPRESA UNIVERSITARIA

Caixa Postal 1.621 — 30.000 Belo Horizonte — Minas Gerais — Brasil

